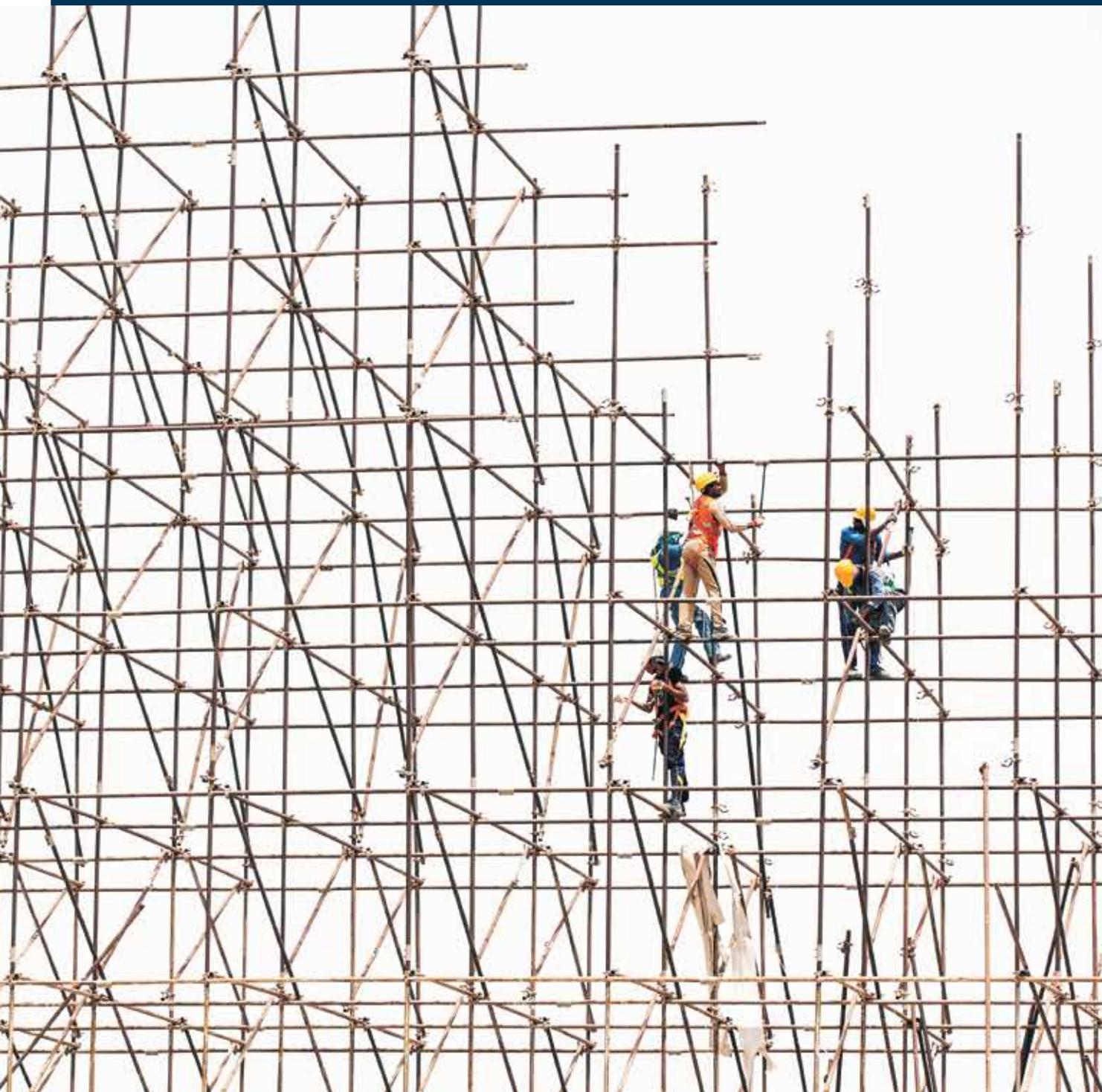


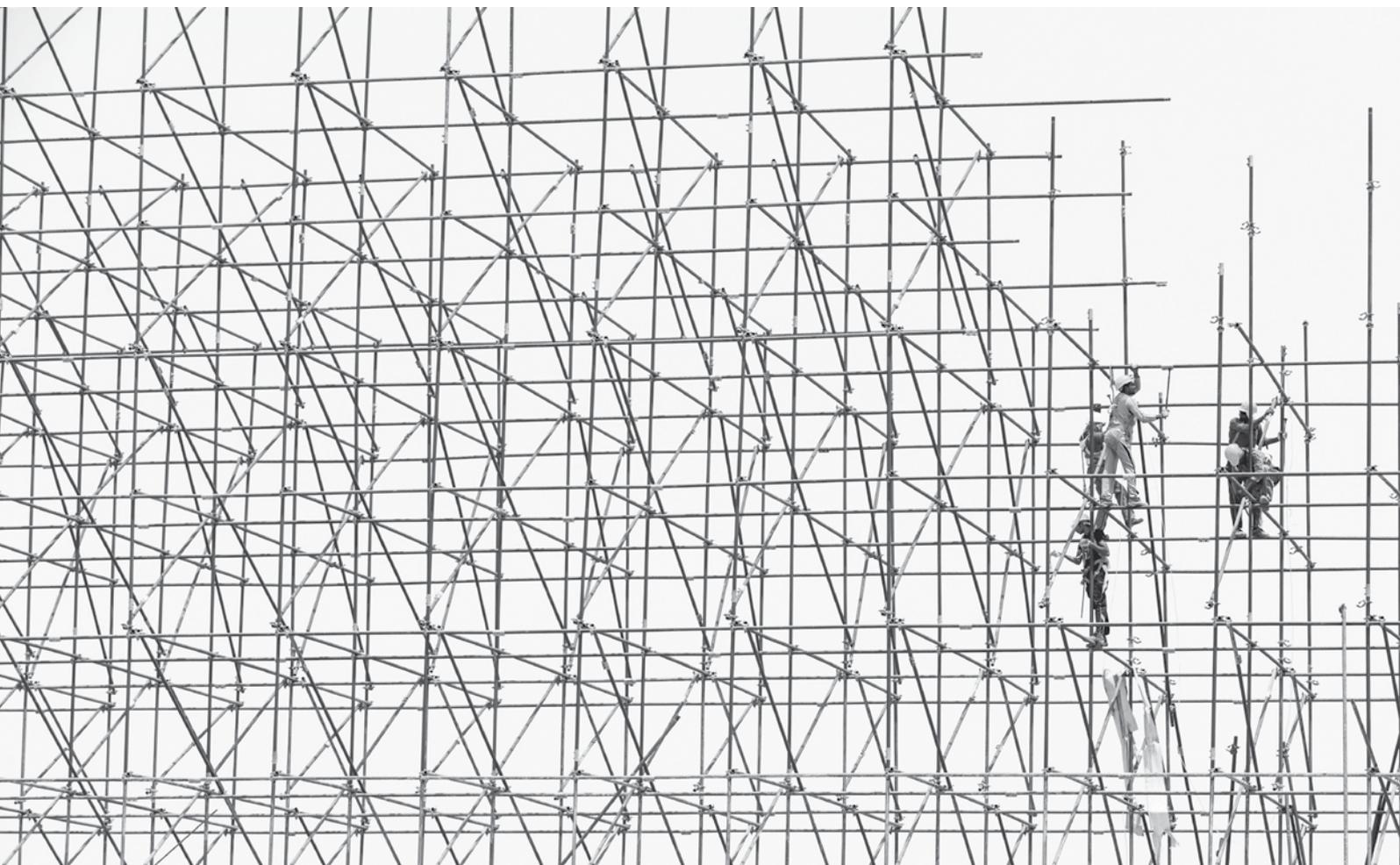
CADERNO METODOLÓGICO

OBSERVATÓRIOS DO TRABALHO: CONHECER PARA TRANSFORMAR



CADERNO METODOLÓGICO

OBSERVATÓRIOS DO TRABALHO: CONHECER PARA TRANSFORMAR



DiESE

FAT
AMPARO AO
TRABALHADOR

MINISTÉRIO DO
TRABALHO





Escritório Nacional

Rua Aurora, 957 – Centro – São Paulo - SP

CEP 05001-900

Telefone: (11) 3874-5366 – Fax: (11) 3874-5394

E-mail: en@diese.org.br - www.diese.org.br

Direção Executiva

Presidente: Zenaide Honório

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - SP

Vice-presidente: Luis Carlos de Oliveira

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP

Secretário Executivo: Josinaldo José de Barros

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

Diretor Executivo: Alceu Luiz dos Santos

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Diretor Executivo: Alex Sandro Ferreira da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

Diretor Executivo: Bernardino Jesus de Brito

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo - SP

Diretor Executivo: Carlos Donizeti França de Oliveira

Federação dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo - SP

Diretora Executiva: Cibele Granito Santana

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas - SP

Diretora Executiva: Mara Luzia Feltes

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Diretora Executiva: Maria das Graças de Oliveira

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Diretor Executivo: Nelsi Rodrigues da Silva

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Diretor Executivo: Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa

Sindicato dos Eletricitários da Bahia - BA

Diretora Executiva: Raquel Kacelnikas

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Direção Técnica

Diretor técnico: Clemente Ganz Lúcio

Coordenadora de pesquisas e tecnologia: Patrícia Pelatieri

Coordenador de educação e comunicação: Fausto Augusto Júnior

Coordenador de relações sindicais: José Silvestre Prado de Oliveira

Coordenadora de estudos em políticas públicas: Angela Maria Schwengber

Coordenadora administrativa e financeira: Rosana de Freitas

Equipe responsável

Samira Schatzmann, Joana Cabete Biava, Patricia Laczynski de Souza, Angela Maria Schwengber, Pedro dos Santos Bezerra Neto, Fernando Adura Martins, Tiago Cortes, Angela Tepassee, Leonardo Escobar, Marcos Aurélio Souza, Flávia Rodrigues, Ana Belavenuto, André Pinhel, Marianna Braghini, Nadia Vieira de Souza, Cristiane Bibiano, Ademir Figueiredo, Paulo Jager, Iara Heger e Lúcia Ferreira Leal (revisão de texto); Geni Marques (fechamento da publicação)

Projeto gráfico e diagramação: Caco Bisol Produção Gráfica Ltda.

Impressão: Rettec

Tiragem: 3.000 exemplares

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

CADERNO METODOLÓGICO

OBSERVATÓRIOS DO TRABALHO: CONHECER PARA TRANSFORMAR

São Paulo, 2016

DIIESE

FAT
AMPARO AO
TRABALHADOR

MINISTÉRIO DO
TRABALHO

**BRASIL**
GOVERNO FEDERAL

Presidente da República

Michel Temer

Ministro do Trabalho

Ronaldo Nogueira

Secretário de Políticas Públicas de Emprego (SPPE)

Leonardo José Arantes

Secretário Nacional de Economia Solidária (Senaes)

Natalino Oldakoski

Secretário de Relações do Trabalho (SRT)

Carlos Cavalcante de Lacerda

Ministério do Trabalho

SPPE - Esplanada dos Ministérios - Bl. F Sede

3º andar - Sala 300 - Tel.: 61 2031-6264

Senaes - Esplanada dos Ministérios - Bloco F Sede

3º andar - Sala 331 - Tel.: 61 2031-6533/6534

SRT - Esplanada dos Ministérios - Bloco F Sede

4º andar - Sala 449 - Brasília - DF

Tel.: (61) 2031-6651/6068

Secretaria de Políticas Públicas de Emprego – SPPE

Esplanada dos Ministérios Bl. F Sede

4º andar – Sala 400

Telefone (61) 2031-6264

Fax (61) 2031-8216

Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES

Esplanada dos Ministérios Bloco F Sede

3º andar - Sala 300

Telefone (61) 2031-6533/6534

Secretaria de Relações do Trabalho – SRT

Esplanada dos Ministérios Bloco F Sede

4º andar - Sala 449 - CEP: 70059-900 - Brasília – DF

Telefone (61) 2031-6651/6068

Equipe responsável

Vinicius Lobo, Viviani R. Anze Greer

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

D419

Caderno Metodológico Observatórios do Trabalho: conhecer para transformar /
Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. — São Paulo : DIEESE,
2016.

104 p.

ISBN 978-85-87326-82-9

1. Observatório do trabalho. 2. Mercado de trabalho. 3. Metodologia. 4. MTb. I.
Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. II. Título.

CDU 331.5

SUMÁRIO

PREFÁCIO	7
APRESENTAÇÃO	9
INTRODUÇÃO	11
PARTE I: CONCEPÇÃO, OBJETIVOS E ORGANIZAÇÃO DE OBSERVATÓRIOS DO TRABALHO	
Concepção, objetivos e organização de observatórios do trabalho	15
1. O que é um Observatório do Trabalho?	16
2. Justificativa do Observatório do Trabalho	16
3. Objetivos de um Observatório do Trabalho	22
4. Construção de um Observatório do Trabalho: aspectos institucionais e organizativos	22
5. Rede Observatórios do Trabalho	24
PARTE II: TERRITÓRIO E MERCADO DE TRABALHO: DESAFIOS DA ANÁLISE LOCAL	
Território e mercado de trabalho: desafios da análise local	29
ENCARTE: Dimensões temáticas da análise local do desenvolvimento e trabalho	33
Descrição dos temas e subtemas e fontes de dados	
PARTE III: GUIA PARA ANÁLISE LOCAL	
Guia para análise local	49
Produção de Informações: identificação, organização e disseminação	51
1. Identificação e organização	51
2. Disseminação das Informações	75
Produção de estudos analíticos	83
1. Diretrizes analíticas para a construção e disseminação do conhecimento	83
2. Tipos de produção técnica - detalhamentos	85
Discussão e elaboração com gestores e atores sociais de propostas para a ação pública	93
1. Participação da Comissão/ Conselho de Emprego nas reuniões e outras atividades	94
2. Seminários, Oficinas e Cursos	94
3. Difusão e divulgação dos produtos e atividades do Observatório do trabalho	96
Referências Bibliográficas	97
Sites de Interesse	99
ANEXOS	
Anexo 1 – Lista dos Observatórios Participantes das Oficinas	101
Anexo 2 – Relatórios Metodológicos dos Observatórios do Trabalho	104
Anexo 3 – Fichas de Qualificação de Indicadores	104

PREFÁCIO

O Caderno Metodológico **Observatórios do Trabalho: conhecer para transformar**, fruto da parceria entre o Observatório Nacional do Mercado de Trabalho (ONMT), da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE) do Ministério do Trabalho (MTb), e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) se propõe a apresentar, de maneira clara e objetiva, um conjunto de procedimentos que podem ser adotados para a construção e aplicação de uma metodologia para a análise local de mercado de trabalho, com o objetivo de facilitar e estimular o processo de implantação de Observatórios do Trabalho em nível subnacional, seja no âmbito de secretarias estaduais e municipais de trabalho ou em outro tipo de instituição, como universidades, por exemplo.

Reconhecendo a responsabilidade do MTb na coordenação inter-federativa das políticas públicas de emprego e do sistema nacional de emprego, cuja execução é feita em parceria com os demais entes federados, e, sobretudo, reconhecendo o papel que cabe à União desempenhar no sentido da equalização da capacidade de gestão e implementação das políticas sociais, a SPPE tem assumido publicamente e, com esta publicação, o faz uma vez mais, o compromisso com o fortalecimento da produção de informações e conhecimento no campo do trabalho e do emprego.

E o faz porque acredita que a disponibilização de conhecimento sobre a realidade local e nacional do trabalho e do emprego fortalece a governança das políticas públicas de emprego, trabalho e renda, contribuindo para que os atores envolvidos na sua execução possam tomar decisões levando em conta as prioridades que se colocam a partir da evolução da realidade do trabalho no seu território.

Este **Caderno** é um produto previsto no âmbito do projeto **Desenvolvimento de Instrumentos e Atualização dos Indicadores de Apoio à Gestão de Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda**, desenvolvido por meio do Convênio MTE/SPPE/Codefat Nº 003/2014 – DIEESE - Siconv nº 811485/2014, firmado entre o MTb e o DIEESE, financiado com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e traz uma sistematização da experiência de implementação de observatórios do trabalho desenvolvida e consolidada pelo DIEESE ao longo das últimas três décadas. No desenvolvimento deste trabalho, contou-se também com a contribuição de outras organizações que desenvolvem iniciativas similares. Assim, ao longo do ano de 2015, foram realizadas duas oficinas técnicas, conduzidas pelo DIEESE e pelo Observatório Nacional do Mercado de Trabalho do MTb¹, com o propósito de reunir e discutir essas experiências e iniciativas.

Assim, o **Caderno Metodológico Observatórios do Trabalho: conhecer para transformar** é um subsídio aos atores sociais e governamentais que desejem estruturar observatórios do trabalho nos estados e municípios brasileiros. Nele é apresentado o que constitui um Observatório do Trabalho e quais as principais características que, entende-se, deveriam configurar esse instrumento, em particular, num contexto de construção da Rede Observatórios do Trabalho.

A todos um bom trabalho!

Brasília, 14 de julho de 2016

Leonardo José Arantes

1. A lista das instituições que participaram destas discussões encontra-se no Anexo 1, p. 101.

APRESENTAÇÃO

O DIEESE e o Observatório Nacional do Mercado de Trabalho (ONMT), do Ministério do Trabalho (MTb) apresentam o ***Caderno Metodológico Observatórios do Trabalho: conhecer para transformar***, que tem o objetivo de apresentar a concepção metodológica de um Observatório do Trabalho segundo a experiência desenvolvida e consolidada pelo DIEESE ao longo das últimas três décadas. Para este fim, apresenta-se, por um lado, o escopo metodológico de seus estudos e de sua atuação e, por outro lado, os requerimentos organizacionais necessários para sua implantação e funcionamento.

Trata-se de um produto previsto no âmbito do projeto ***Desenvolvimento de Instrumentos e Atualização dos Indicadores de Apoio à Gestão de Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda***, desenvolvido, em outubro de 2014, por meio do Convênio MTE/SPPE/Codefat nº 003/2014 – DIEESE - Siconv Nº 811485/2014, firmado entre o Ministério do Trabalho (MTb), antigo MTE, e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), e financiado com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Durante 2015, foram realizadas atividades conduzidas pelo DIEESE e ONMT, como oficinas técnicas, metodológicas e seminário, com a participação de diferentes organizações envolvidas com a temática do trabalho e emprego. Essas atividades contribuíram para o desenvolvimento deste ***Caderno*** e culminaram no lançamento da Rede Observatórios do Trabalho, em novembro de 2015, que contempla a participação de quatro segmentos: gestores públicos da área do trabalho, conselheiros de emprego, trabalho e renda, pesquisadores e técnicos de Observatórios do Trabalho.

As Oficinas, o ***Caderno Metodológico*** e outros produtos elaborados no âmbito do Convênio entre DIEESE e MTb objetivam estimular a criação e articulação de Observatórios do Trabalho em torno de uma Rede Observatórios do Trabalho, que foi criada em novembro de 2015, com o objetivo de apoiar e fortalecer os Observatórios do Trabalho locais (municipais, estaduais e regionais) e articulá-los em uma rede de produção de conhecimento sobre as políticas públicas e o mercado de trabalho local. Reconhece-se, assim, o papel dos observatórios do trabalho como meio de produção e disseminação de conhecimento entre os atores envolvidos com a execução e o ciclo de vida das políticas públicas de emprego, trabalho e renda.

Assim, espera-se que o ***Caderno Metodológico Observatórios do Trabalho: conhecer para transformar*** contribua com a disseminação da metodologia desenvolvida pelo DIEESE e que cada vez mais atores estejam qualificados para produzir informações e conhecimento sobre o mercado de trabalho e, conseqüentemente, fortalecendo o debate público acerca das políticas públicas de emprego, trabalho e renda no Brasil, no nível regional e local.

APRESENTAÇÃO

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

No Brasil, os Observatórios do Trabalho surgiram na segunda metade da década de 1990. As primeiras experiências documentadas identificadas foram a do Observatório do Futuro do Trabalho, implantado em 1996 pela Secretaria de Emprego e Relações de Trabalho (Sert) do Estado de São Paulo e pelo Observatório do Trabalho do Rio Grande do Sul, criado em 2001 na Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social (STCAS) desse estado, ambos em parceria com o DIEESE (DIEESE, Sert e STCAS, 2001).

A experiência do DIEESE nesse campo, portanto, já completa mais de 20 anos, consolidando na instituição uma área voltada para o desenvolvimento metodológico da análise local. Desde então, o DIEESE participou da implementação de 22 Observatórios em parceria com diversas instituições e governos locais, assessorando, inclusive, a implementação do Observatório do Trabalho do Mercosul¹ e o Observatório Nacional do Mercado de Trabalho do Ministério do Trabalho (ONMT).

O Observatório Nacional do Mercado de Trabalho foi criado em 2002, no âmbito da Secretaria Executiva do Ministério do Trabalho, com o objetivo de “promover estudos sobre o processo de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas de trabalho, bem como de assessorar os órgãos do Ministério do Trabalho e Emprego² nas matérias pertinentes”, segundo a Portaria nº 339, de 23 de agosto daquele ano.

Em 2014, o MTb iniciou um processo de reestruturação do Observatório Nacional do Mercado de Trabalho com o objetivo de consolidá-lo enquanto ferramenta de acompanhamento do mercado de trabalho e das políticas públicas de trabalho, emprego e renda, para que o mesmo seja capaz de subsidiar o planejamento tanto das ações da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE) do Ministério, como da rede de atores responsáveis pela implantação dessas políticas em nível estadual e municipal.

Por fim, a partir de 2015, no âmbito do convênio entre o FAT, MTb e o DIEESE, várias ações de apoio à reestruturação do ONMT vêm sendo desenvolvidas, entre as quais se destacam a elaboração deste Caderno Metodológico e as atividades relativas à estruturação da Rede Observatórios do Trabalho, composta por representantes de gestores públicos, conselheiros do Codefat e por Comissões Estaduais e Municipais de Emprego, pesquisadores e técnicos de Observatórios do Trabalho. Nesse sentido, está em curso a mobilização e articulação de outras experiências de Observatórios do Trabalho, tanto as que se dedicam especificamente às questões do mundo do trabalho, quanto as que possuem abordagem temática mais ampla, que são desenvolvidas no âmbito de universidades e órgãos de governo locais.

A Rede tem como perspectiva estimular um processo de produção de conhecimento coletivo, com participação de atores públicos e da sociedade civil, com objetivos comuns, mas perspectivas diferentes e complementares. A retomada do ONMT tem papel fundamental nesse processo e implica propor, fomentar e fortalecer Observatórios do Trabalho em âmbito municipal e estadual, bem como articulá-los nessa rede de produção de conhecimento aplicado à promoção do trabalho digno e às políticas públicas desse campo.

1. O Observatório do Mercado de Trabalho do Mercosul foi uma experiência pioneira e de âmbito internacional, desenvolvida em parceria com o governo brasileiro. Foi implantado como um órgão técnico de composição tripartite e quadrinacional, cuja coordenação fica, anualmente, sob a responsabilidade de um representante de cada país membro do bloco.

2. Denominação anterior do atual Ministério do Trabalho (MTb).

Assim, a Rede Observatórios do Trabalho tem como desafio articular a produção de conhecimento que acontece nesses espaços, potencializando-os na medida em que trazem a riqueza posta pela diversidade de *locus* e perspectivas, e, ao mesmo tempo, consolidando elementos comuns e metodologias de análise que permitam comparabilidade e fortalecimento dos temas do trabalho na agenda pública.

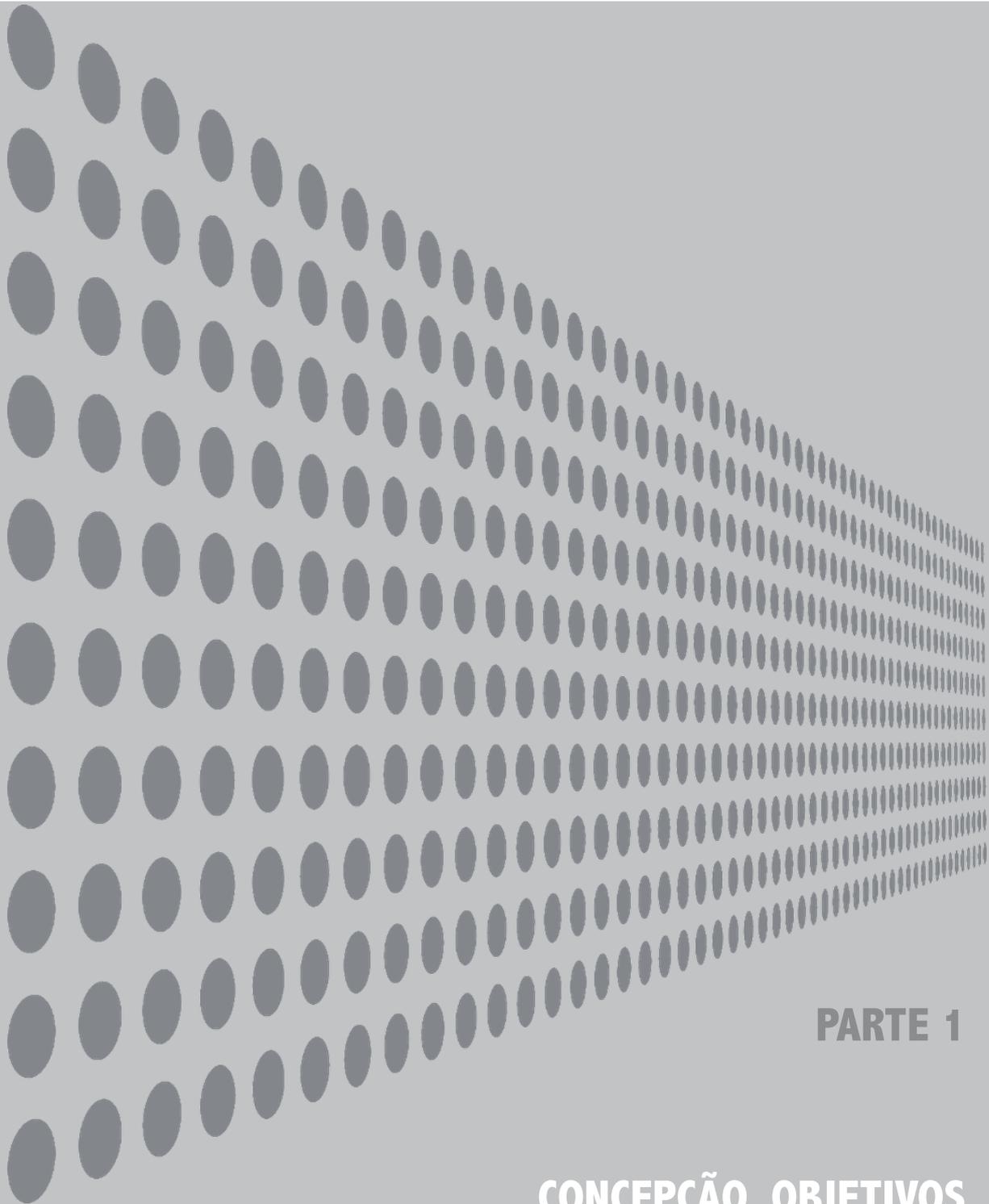
O PAPEL DESTA CADERNO METODOLÓGICO

Além da metodologia desenvolvida pelo DIEESE e da experiência do Observatório Nacional do Mercado de Trabalho, existem outras experiências de análise local em curso no Brasil. No âmbito do convênio do FAT/Ministério do Trabalho/DIEESE, foram realizadas, em junho e em agosto de 2015, duas Oficinas Metodológicas que reuniram representantes de diversos Observatórios e contaram, também, com a participação de gestores e de pesquisadores dedicados à análise do mercado de trabalho, que se propuseram a debater inúmeras questões pertinentes ao escopo e à organização do trabalho dos Observatórios³.

O conteúdo do presente Caderno fundamenta-se na metodologia desenvolvida pelo DIEESE e incorpora as contribuições das demais instituições que participaram das oficinas realizadas. Pretende-se, com isso, estimular a criação de unidades de observação do mercado local, apoiar as já existentes e tentar estabelecer um padrão mínimo de trabalho nessas unidades.

Este Caderno está organizado em três partes. Na primeira, apresentam-se a concepção, os objetivos e alguns aspectos institucionais e organizativos de um Observatório do Trabalho. A segunda parte volta-se para a discussão dos referenciais que orientam a análise do território e do mercado de trabalho. A terceira parte fornece um guia para a análise local mediante a apresentação da produção de conhecimento pelos Observatórios do Trabalho.

3. A lista dos Observatórios participantes encontra-se no Anexo 1, p. 101.



PARTE 1

**CONCEPÇÃO, OBJETIVOS
E ORGANIZAÇÃO DE
OBSERVATÓRIOS
DO TRABALHO**

CONCEPÇÃO, OBJETIVOS E ORGANIZAÇÃO DE OBSERVATÓRIOS DO TRABALHO

A primeira parte deste Caderno Metodológico está estruturada de acordo com cinco pontos norteadores:

- 1 **Conceituação do Observatório do Trabalho;**
- 2 **Justificativa de por que desenvolver um Observatório do Trabalho** – instrumento considerado responsável pela produção de conhecimento sobre o contexto socioeconômico em que se desenvolvem as políticas públicas de emprego, trabalho e renda, capaz de estimular a participação dos agentes sociais na solução das questões pertinentes ao mercado de trabalho, bem como de fazer o controle social das políticas públicas – e histórico de sua evolução;
- 3 **Finalidade da ação do Observatório do Trabalho**, compreendendo os principais propósitos e a importância que esse instrumento tem tanto no âmbito da afirmação da centralidade do trabalho nas estratégias de desenvolvimento como da qualificação das políticas públicas de trabalho;
- 4 **Elementos institucionais e organizativos para a atuação de um Observatório do Trabalho**, destacando-se pontos como os recursos mínimos necessários, as competências desejadas do corpo técnico, a infraestrutura etc.;
- 5 **Concepção e organização da Rede Observatórios do Trabalho**, seu papel, seus objetivos e sua importância.

PARTE 1

CONCEPÇÃO, OBJETIVOS
E ORGANIZAÇÃO DE
OBSERVATÓRIOS DO TRABALHO

1. O QUE É UM OBSERVATÓRIO DO TRABALHO?

O Observatório do Trabalho é um instrumento para produção e disseminação de informações, estudos e análises sobre o mundo do trabalho, com vistas a subsidiar atores públicos e privados que formulam, executam ou acompanham ações no campo das políticas públicas de emprego, trabalho e renda no Brasil.

Nesse sentido, os Observatórios do Trabalho e suas iniciativas ajudam a promover, de forma multidimensional e interdisciplinar, **a centralidade do trabalho e do emprego nas estratégias de desenvolvimento, do nível local ao nacional**, bem como contribuem para descortinar situações e perspectivas sobre questões do mundo do trabalho, entre as quais se destacam:

- as características socioeconômicas e demográficas das políticas públicas, entre outros aspectos das localidades estudadas, bem como os fluxos que perpassam esses territórios e as políticas macroeconômicas e sociais que os impactam;
- as condições de trabalho, buscando-se identificar as possibilidades sintetizadas nas situações gerais de inatividade, ocupação e desemprego;
- a caracterização das condições da inserção ocupacional dos trabalhadores, para a qual são necessárias análises capazes de discernir elementos relativos ao posto de trabalho, ao trabalhador e às relações de trabalho;
- a renda do trabalho e os aspectos da sua composição e apropriação.

Além de analisar e disponibilizar as informações já existentes, o Observatório do Trabalho propõe-se a gerar um conhecimento que deverá ser produzido na interação entre o que já está sistematizado na forma de estatísticas, informações e análises, e a percepção dos gestores e dos atores sociais sobre a situação presente e sobre a tendência de um determinado problema.

Um Observatório do Trabalho, portanto, tem a tarefa de **produzir informação e conhecimento a respeito do território onde está inserido, com vistas a evidenciar problemas e aprimorar a intervenção pública, para que esta tenha cada vez mais efetividade**. A ideia, em resumo, é qualificar a gestão pública para transformar a sociedade a partir da produção, sistematização e análise de informações e do diálogo social com atores políticos e sociais.

A vinculação dos Observatórios do Trabalho com a ação pública, local e nacional, deve-se ao reconhecimento da **importância do papel do Estado**, bem como da participação da sociedade organizada e ativa nos espaços públicos, no fomento ao desenvolvimento, na distribuição da riqueza produzida e na garantia de direitos por meio das políticas públicas.

2. JUSTIFICATIVA DO OBSERVATÓRIO DO TRABALHO

A fundamentação da importância do Observatório do Trabalho enquanto instrumento de produção de informações, análises e conhecimento sobre o contexto socioeconômico em que se desenvolvem as políticas públicas de emprego, trabalho e renda, remete à própria **história da evolução e consolidação das políticas públicas de emprego no Brasil**.

Historicamente, as políticas públicas de emprego foram estruturadas para atender as demandas gerais, permanentes ou específicas, de cada contexto histórico a partir: de uma determinada correlação de forças na sociedade; de diferentes visões sobre o papel do Estado e sobre a função

da política pública; da perspectiva segundo a qual se consideram questões como a promoção do trabalho e a proteção do trabalhador; da maneira como tais políticas atuam e se relacionam com o sistema de relações do trabalho. Via de regra, as políticas públicas de emprego foram pensadas com o objetivo de dar respostas ao desemprego, à (re)colocação no mercado de trabalho assalariado, à garantia ou geração de renda em momentos de desemprego alto (Proni, 2015).

No Brasil, o Sistema Público de Emprego nasceu em 1975, com a criação do Sistema Nacional de Emprego (Sine), que integrou serviços de recolocação e proteção ao desempregado. Sua criação foi uma resposta às determinações da Convenção nº 88 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata da constituição dos sistemas públicos de emprego para atender, principalmente, os trabalhadores desempregados. O Sine tinha como objetivo oferecer serviços de intermediação de mão de obra, orientação profissional, qualificação profissional e **geração de informações sobre o mercado de trabalho**. Em sua fase inicial, a intermediação de mão de obra foi o serviço que mais avançou e se consolidou¹.

A dinâmica do crescimento econômico, as crises econômicas, a reestruturação produtiva e as transformações institucionais ocorridas no Brasil desde meados da década de 1970 impactaram as diferentes dimensões das condições de trabalho da força laboral, assim como a estruturação das políticas públicas vinculadas às dimensões do trabalho e do emprego. Assim, embora previsto na Constituição de 1946, somente em 1986 foi instituído o Seguro-Desemprego, através do Decreto-Lei nº 2.284, de março de 1986, e depois regulamentado pelo Decreto nº 92.608 de abril do mesmo ano. Seu objetivo era prover assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado em virtude de dispensa sem justa causa ou paralisação total ou parcial das empresas. O programa foi implantado, à época, com critérios de elegibilidade ao benefício bastante restritivos.

As políticas públicas focadas no mercado de trabalho, operadas a partir do Ministério do Trabalho, passaram por amplas discussões e reformulações após a Constituição Federal de 1988, marco da redemocratização (MORETTO, 2007). As iniciativas tomadas até então careciam de integração e de uma fonte de recursos para seu financiamento. Com a Constituição de 1988, criou-se o FAT, tendo como fonte primária os recursos do PIS/Pasep, institucionalizado em 1990 pela Lei nº 7.998 (que regulamentou o artigo 239 da Constituição Federal) através do Codefat. O Fat é uma contribuição fundamental para viabilizar a consolidação de um Sistema Público de Emprego no país. Desde então, as políticas públicas no campo do emprego, da renda e do trabalho foram incrementadas com novos instrumentos e com diferentes iniciativas que ampliaram seu escopo de intervenção. Foi possível (re)estruturar um conjunto abrangente de políticas de emprego: intermediação de mão de obra e seguro-desemprego (já existentes), qualificação profissional e programas de geração de emprego e renda.

Esse incremento das políticas públicas se deu em um contexto de **ampliação da participação e do controle social**. Desde 1990, foram instaurados diferentes espaços de concertação que buscaram possibilitar a descentralização decisória. O Codefat foi criado em 1990 (Lei nº 7.988/90) e nasceu, como os outros conselhos nacionais de políticas sociais, com a finalidade de ampliar a participação da sociedade civil nas tomadas de decisão de políticas sociais, em resposta a um processo de democratização e descentralização pelo qual o país passava.

Esse conselho é uma instância decisória com poder deliberativo e sua composição é tripartite e paritária, ou seja, há igual número de representantes de três segmentos sociais: governo, trabalhadores e empresários. O Codefat delibera sobre normas e diretrizes de política nas áreas de sua competência, exerce controle e fiscalização sobre programas e ações de governo e gerencia o uso de recursos do FAT.

O Codefat tem seus correspondentes nos estados (Comissões Estaduais de Emprego) e municípios (Comissões Municipais de Emprego). As comissões estaduais e municipais, além de reproduzirem localmente a estrutura de composição nacional, têm um papel de elaboração e

1. Por isso a abreviação *Sine* está tão vinculada a esse tipo de serviço.

PARTE 1

CONCEPÇÃO, OBJETIVOS
E ORGANIZAÇÃO DE
OBSERVATÓRIOS DO TRABALHO

proposição de planos de ação no seu âmbito territorial, a partir dos parâmetros definidos nacionalmente. As decisões dessas esferas subnacionais precisam ser homologadas nacionalmente. O período pós-Constituição de 1988 também marca a regulamentação das Comissões Estaduais e Municipais de Emprego, em 1994, na esteira da ampliação dos espaços de deliberação.

O conturbado momento econômico que o Brasil vivia desde a década de 1980 - que ficou conhecida como “a década perdida” -, com as questões da dívida externa e os sucessivos planos econômicos para combate à inflação, levou, como consequência, a uma economia com fundamentos macroeconômicos muito fragilizados na década seguinte. Além desse legado, durante os anos 1990 o Brasil passou por uma série de reformas econômicas, como a abertura comercial e financeira, que visavam ao aumento da produtividade e à estabilidade macroeconômica, com claros impactos sobre o mercado de trabalho. Nesse contexto, essas duas décadas presenciaram o aumento da informalidade no mercado de trabalho e o crescimento acentuado do desemprego, que assumiu a característica de desocupação estrutural, ou seja, de desemprego de longa duração. Some-se a isso uma dinâmica econômica que gerava baixíssima capacidade de criação de postos de trabalho em um contexto de crescimento da População em Idade Ativa (PIA). As dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores e suas famílias para sustentar-se por meio da renda do trabalho e as condições desiguais de acesso ao mercado de trabalho submeteram parcela expressiva da força de trabalho à aceitação de formas de ocupação precárias e desprovidas de proteção social, o que levou ao aumento da informalidade do trabalho e à precarização das condições de vida urbana.

Promulgada em janeiro de 1990, a Lei nº 7.998 regula o Programa do Seguro-Desemprego, conforme previsto na Constituição Federal de 1988, ampliando seus objetivos iniciais (de assistência financeira ao trabalhador desempregado em decorrência da demissão sem justa causa) para auxiliar na manutenção e busca de emprego por meio da promoção de ações integradas de orientação, recolocação e qualificação profissional dos trabalhadores desempregados. Em 1991, os critérios de elegibilidade ao seguro-desemprego foram flexibilizados. A Lei nº 8.352/91 dispensou a comprovação de trabalho com carteira assinada durante 15 meses nos dois anos antecedentes: para receber o benefício, devia-se comprovar o exercício de trabalho com carteira assinada nos seis meses antecedentes. Em 1994, a Lei nº 8.900 tornou permanente essa regra de acesso e promoveu o aumento do número de parcelas do seguro para os trabalhadores com maior tempo de inserção anterior no mercado de trabalho. Em 1992, foi estendido o seguro-desemprego para o pescador artesanal que estivesse impedido de trabalhar por causa da decretação de defeso (ou seja, o pescador é proibido de pescar por razões de preservação ambiental).

A partir de 1994, a qualificação profissional também começou a ser financiada com recursos do FAT, e seus programas começaram a ser destinados aos trabalhadores em geral, e não apenas àqueles que solicitavam o seguro-desemprego. Merece destaque a execução do Plano Nacional de Formação Profissional (Planfor), em 1996, voltado à formação e requalificação da mão de obra através de convênios com os governos estaduais e com entidades sociais e públicas. Em um contexto de reestruturação produtiva derivada da abertura econômica, preponderava a interpretação - sobretudo por parte dos condutores das políticas públicas - de desajuste entre a qualificação do trabalhador frente às exigências do novo paradigma produtivo.

.....

Em suma, a última década do século XX foi marcada por uma proliferação das políticas de emprego, ainda que “num contexto de desarticulação e indefinição estratégica quanto ao papel de um Sistema Público de Emprego, assim como das funções das suas várias instâncias, num mercado de trabalho acossado pelo desemprego e pela generalização da informalidade” (MTE, 2005, p. 281). Nesse período, ainda que tenha havido um avanço quantitativo em relação ao volume de trabalhadores inscritos, uma ineficiência em termos de integração das políticas permaneceu, a despeito de algumas iniciativas nesse sentido.

.....

A partir de meados dos anos 2000, o país vivencia uma conjuntura de crescimento econômico que teve seu pilar no resgate do papel do Estado como propulsor do desenvolvimento. A política econômica valeu-se inicialmente das oportunidades oriundas de um mercado externo economicamente favorável. Essas oportunidades iniciais tiveram sequencialmente um conjunto de políticas econômicas voltadas para o fortalecimento do mercado interno. Desse modo, a ação do Estado e a atuação dos agentes econômicos por meio de políticas econômicas e sociais passaram a atender às iniciativas para a geração de emprego e renda a partir: da estruturação do trabalho protegido; da distribuição de renda e da garantia de renda mínima; da elevação da base salarial da economia; do combate à miséria e à pobreza. Isso foi possível a partir de uma combinação entre o aumento da participação brasileira no mercado externo de *commodities* e diversas políticas que, juntamente a uma dinâmica virtuosa do mercado de trabalho, cooperaram para a constituição de um mercado interno de consumo de massa. Nesse sentido, as políticas ativas e passivas passaram a atuar virtuosamente na estruturação do mundo do trabalho, favorecendo a criação de milhões de novos empregos protegidos, apoiando a indução da redução do desemprego, da informalidade e da desigualdade de renda. A superação da miséria e o enfrentamento da pobreza passaram a ser realizados - para além dos mecanismos de transferência de renda - pela inclusão produtiva possibilitada pelas oportunidades de trabalho e emprego oferecidas a milhões de brasileiros excluídos do mercado de trabalho.

A partir disso, as discussões que se encaminhavam para a construção do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, na primeira metade da década de 2000, tinham como pano de fundo a integração das políticas, além de uma série de outras questões, como as relativas à sobreposição de esforços entre as distintas instâncias do poder público – federal, estadual e municipal.

Após um primeiro Congresso Nacional, em 2003, e vários Congressos Regionais, foi realizado, em agosto de 2005, o II Congresso Nacional do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda. Buscava-se construir e consolidar as bases da reforma do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, por meio da integração e da articulação de suas funções. As resoluções desse II Congresso Nacional são um importante documento de pactuação em torno de uma proposta de construção de um Sistema Público a partir de vários princípios, entre os quais se destacam: a redução das desigualdades sociais e regionais por meio do trabalho, articulada ao desenvolvimento sustentado em âmbito nacional, regional e local; o fortalecimento e a participação ativa dos atores sociais na gestão do Sistema Público; a descentralização das políticas públicas de emprego, trabalho e renda; o acesso à informação sobre o mercado de trabalho para todos os atores sociais, visando à efetividade social das políticas de emprego, trabalho e renda e à estruturação de um sistema único (CARDOSO JR; GONZALEZ, 2007)². Em decorrência das resoluções do referido Congresso, que teve como uma de suas deliberações a constituição de um efetivo Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no país, foi aprovada a resolução Codefat nº 466/05, que instituiu, no âmbito do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, o Plano Plurianual Nacional e Estadual e o Convênio Único. Tal resolução viria a ser revogada pela Resolução nº 560/07, que faria alterações em relação à possibilidade de realização de Convênio Único, que deixou de ser prerrogativa exclusiva dos estados e municípios com mais de 300 mil habitantes³, e passou a possibilitar a realização de convênios com entidades privadas.

Outra iniciativa desse período foi a mobilização dos atores sociais no Fórum Nacional do Trabalho (FNT), criado pelo Decreto nº 4.796, de 30 de julho de 2003, com a finalidade de

2. Paralelamente, outro importante espaço de concertação criado em 2003 foi o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), com a participação de diversos ministros e de representantes da sociedade civil, ao qual compete “assessorar o Presidente da República na formulação de políticas e diretrizes específicas” e “apreciar propostas de políticas públicas, de reformas estruturais e de desenvolvimento econômico e social que lhe sejam submetidas pelo Presidente da República, com vistas à articulação das relações de governo com representantes da sociedade civil organizada e a concertação entre os diversos setores da sociedade nele representados” (decreto nº 4.744, de 16 de junho de 2003). Apesar de se diferenciar dos demais espaços por não ser organizado em torno do tripartismo tradicional (governo, trabalhadores e empregadores), o CDES, por contemplar a presença do Ministro do Trabalho e de diversos representantes ligados ao movimento sindical e dos empregadores constitui, até hoje, uma oportunidade de levar o debate das políticas públicas de emprego, trabalho e renda para o centro do debate sobre desenvolvimento.

3. De acordo com a resolução do Codefat nº 583 de 06/11/2008, que altera a resolução nº 560 de 28/11/2007, os convênios firmados com recursos do FAT para o sistema podem ser celebrados com municípios com mais de 200 mil habitantes.

PARTE 1

CONCEPÇÃO, OBJETIVOS
E ORGANIZAÇÃO DE
OBSERVATÓRIOS DO TRABALHO

coordenar a negociação entre os representantes dos trabalhadores, empregadores e Governo Federal sobre a reforma sindical e trabalhista no Brasil. No entanto, o nível de dissenso foi muito grande, o que dificultou o avanço na proposta de reforma trabalhista, resultando apenas na formulação de uma proposta de reforma sindical para a qual também não houve consenso, inviabilizando a sua tramitação no Congresso Nacional⁴.

O que se observa a partir dos elementos expostos acima é que as questões do mercado de trabalho foram gradativamente se transformando, passando de uma necessidade inicial de organizá-lo ao desafio de encontrar formas de enfrentar o desemprego e de inserir a força de trabalho no mercado em melhores condições, dialogando, na década de 2000, com o crescimento econômico e com a agenda do trabalho decente. Essa foi a dinâmica presente até o período mais recente.

.....

Em suma, a propósito da articulação de um sistema público que abarcasse de maneira integrada o conjunto de políticas públicas voltadas para o campo do trabalho, algumas iniciativas foram empreendidas desde a criação do Sine na década de 1970: criação do Programa do Seguro-Desemprego e Abono Salarial (década de 1980); criação do FAT e surgimento dos programas de geração de trabalho e renda, entre os quais figuraram o microcrédito e outros apoios às atividades empreendedoras individuais e associativas ou cooperativas (década de 1990). Entre 2003 e 2005, com a realização de dois Congressos Nacionais para discutir essas políticas, chegou-se à formulação da proposta de estruturação do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda (SPETR) que se assentaria em cinco pilares: intermediação de mão de obra; seguro-desemprego; qualificação profissional; fomento às atividades empreendedoras individuais e coletivas; produção de estatísticas e conhecimentos para as políticas públicas. Previu-se também a integração das ações *intra* e *entre* as unidades da Federação. Porém, pouco se avançou na consolidação dessa proposta, o que a faz permanecer como desafio na agenda até o presente momento. Em 2014 e parte de 2015, houve uma nova iniciativa, então de criação do Sistema Único do Trabalho, motivado pelas resoluções da I Conferência Nacional do Trabalho Decente, em 2012, que tampouco prosperou.

.....

Os Observatórios do Trabalho surgiram e se desenvolveram no contexto das políticas públicas para o mercado de trabalho como **um instrumento estratégico de produção de conhecimento e articulação dos atores sociais, num cenário de descentralização das políticas públicas**. Por um lado, atores governamentais, em especial os da área responsável pelas políticas de emprego, trabalho e renda nos níveis subnacionais de governo, precisam de informações para compreender a dinâmica econômica e o mercado de trabalho no território. Por outro lado, os atores sociais, por meio dos representantes das comissões estaduais e municipais de emprego e de outras instâncias de participação, a exemplo do Codefat, têm a atribuição legal de contribuir com formulação, execução e acompanhamento da política pública, permitindo um efetivo controle social. Nesse sentido, os Observatórios têm se revelado **um importante instrumento para fomentar a centralidade do trabalho na agenda pública e o aprimoramento contínuo das políticas e do acesso a elas pela sociedade**.

4. Resulto do FNT a Lei de Reconhecimento das Centrais Sindicais.

Olhando em retrospecto, portanto, o desafio da produção de informações sobre o mercado de trabalho remete à criação do Sine, em 1975, e, anteriormente, à própria Convenção nº 88 da OIT (aprovada na 31ª reunião da Conferência Internacional do Trabalho, realizada em São Francisco, EUA, em 1948, entrou em vigor no plano internacional em 10/08/1950 e no Brasil em 25/04/1958). Atualmente, no Brasil, existe uma quantidade razoável de dados estatísticos produzidos por diversos órgãos, tanto oriundos de pesquisas quanto do uso estatístico de registros administrativos de diversas instâncias governamentais. Cabe ao Observatório do Trabalho mobilizar a competência necessária para gerar informação e conhecimento sobre a realidade local, com vistas a subsidiar os atores locais e fortalecer as políticas públicas de emprego, trabalho e renda, por meio de uma produção técnica regular para sua formulação e avaliação. Nesse sentido, o Observatório

pode ser o elo de ligação entre os produtores de dados e os usuários, tanto públicos como privados. Ademais, pode mobilizar toda a competência existente no país para se criar uma rede de pesquisa que incentive a produção de análises nacionais, regionais e locais que contribua para subsidiar a formulação das políticas de mercado de trabalho, mas também das políticas públicas que tenham no emprego uma variável importante. Nesse sentido, cabe destacar a necessidade de o Observatório capacitar-se – tanto em termos de estrutura física como de pessoal – para poder antecipar-se às mudanças no mercado de trabalho e nas condições de contratação de mão de obra, na jornada de trabalho etc. Isso é ponto importante para auxiliar tanto os formuladores como os tomadores de decisão, para que estes tenham elementos norteadores e possam propor e decidir sobre as políticas com maior acerto. (MORETTO, 2007, p. 214)

Em que pesem todos os avanços das políticas de emprego, trabalho e renda, alguns dos quais já mencionados, ainda **permanecem muitos desafios para sua consolidação**; tais desafios, por sua vez, repercutem de diversas maneiras no trabalho a ser desenvolvido pelos Observatórios.

O primeiro desafio é o da **participação dos atores sociais**. A proposta inovadora dos Observatórios não se restringe a criar um corpo técnico capaz de propor políticas tecnicamente bem elaboradas. O conhecimento dos atores (governo, trabalhadores, empregadores, universidades, escolas técnicas, organizações sociais, entre outras) não só legitima as políticas, como certamente dá outra qualidade às mesmas pelo conhecimento da realidade que cada grupo possui.

O segundo desafio é o da **integração da política de emprego, trabalho e renda com as demais políticas públicas que incidem no território**, sejam elas municipais, regionais, estaduais ou nacionais. A quantidade e, sobretudo, a qualidade dos empregos criados no município ou na região estão intimamente ligadas às políticas de educação (geral, técnica, profissional), de saúde (especialmente preventiva), de transporte público e assim por diante.

O terceiro desafio refere-se à **compreensão dos fluxos econômicos que perpassam o território**: tal compreensão é fundamental para antecipar as demandas prospectivas de postos de trabalho. É necessário produzir conhecimento sistemático sobre as cadeias produtivas, os arranjos produtivos locais, os *clusters*, o impacto do orçamento público no emprego, o padrão de consumo da população do território. Também é fundamental mapear o investimento privado (nacional e externo) e público, num momento de enorme mobilidade, especialmente do investimento privado.

O quarto desafio refere-se à visão de que as políticas públicas de emprego, trabalho e renda devem **priorizar os segmentos mais fragilizados do mercado de trabalho** e não apenas os setores estruturados. É preciso entender como esses segmentos da economia popular e solidária se relacionam com os demais setores e melhorar a qualidade de inserção em termos de ocupação, renda e proteção social.

PARTE 1

CONCEPÇÃO, OBJETIVOS E ORGANIZAÇÃO DE OBSERVATÓRIOS DO TRABALHO

O último desafio, mas não menos importante, é considerar-se que dificilmente haverá desenvolvimento local/regional sustentável criando-se ilhas regionais de prosperidade em um país extremamente desigual como o Brasil. Assim, essas políticas, idealmente, deveriam **estar integradas às políticas nacionais de desenvolvimento**.

3. OBJETIVOS DE UM OBSERVATÓRIO DO TRABALHO

Os Observatórios do Trabalho têm como **objetivo geral produzir e disseminar conhecimento nas dimensões socioeconômica e laboral com vistas a subsidiar os gestores e conselhos com informações e análises que permitam incidir sobre as políticas públicas de modo a promover melhorias constantes das condições de vida da população, sobretudo nas dimensões do trabalho e da distribuição da renda**.

Para subsidiar as ações e políticas públicas em cada localidade, os Observatórios do Trabalho devem responder também a um conjunto básico de **objetivos específicos**, que são os seguintes:

- produzir e disseminar informações relevantes para que se conheçam as localidades e os problemas identificados;
- elaborar estudos exploratórios e análises que permitam compreender os problemas no seu contexto e gerar subsídios para a formulação de medidas de enfrentamento a tais problemas;
- fomentar e fortalecer a participação social no ciclo das políticas públicas, envolvendo os atores sociais (comissões e conselhos) na produção do conhecimento através de diagnóstico participativo e de diálogo social, bem como promovendo atividades de formação e disseminação das informações e dos estudos elaborados;
- fomentar o trabalho em rede com instituições, observadores, universidades do mundo do trabalho, buscando aprofundar o conhecimento acerca das especificidades regionais.

4. CONSTRUÇÃO DE UM OBSERVATÓRIO DO TRABALHO: ASPECTOS INSTITUCIONAIS E ORGANIZATIVOS

Para dar conta dos objetivos propostos para a implantação de um Observatório do Trabalho é importante considerar, além dos aspectos metodológicos (que serão abordados na Parte 2 deste caderno), a sua inserção institucional e o que é minimamente necessário para implantar e manter uma unidade.

4.1 INSERÇÃO INSTITUCIONAL

Os Observatórios do Trabalho, a exemplo do ONMT/MTb, deveriam fazer parte da estrutura dos órgãos públicos responsáveis por políticas de trabalho nos municípios e estados e ser uma ponte entre os governos, os fóruns de participação e controle social e os centros de pesquisa e universidades. Na medida em que governos municipais e estaduais passam a ser responsáveis

pelo planejamento de ações de intermediação de mão de obra, pela inscrição para acesso ao seguro-desemprego, pela qualificação profissional, por programas de geração de trabalho e renda, entre outros, torna-se fundamental conhecer de maneira mais aprofundada a realidade local ofertante e demandante de força de trabalho e suas interações com as esferas geográficas e de políticas públicas mais amplas. Não basta acessar estatísticas, é preciso relacioná-las com o contexto local para interpretar e gerar conhecimento transformador, além de disseminar suas informações junto aos atores envolvidos na execução e controle social das políticas. É importante que esse conhecimento seja produzido no tempo da ação, acompanhando o ciclo das políticas públicas e interagindo com seus atores.

A experiência do DIEESE com Observatórios do Trabalho desenvolveu-se em parceria com governos municipais, estaduais e MTb, visando à institucionalização desse instrumento na gestão pública. Há também experiências de Observatórios do Trabalho no ambiente acadêmico de universidades públicas e privadas que, por sua vez, devem **procurar construir uma inserção institucional que as articule à gestão pública e aos conselhos/comissões de emprego**, tendo em vista o cumprimento do objetivo do Observatório do Trabalho, a saber, a produção e disseminação de informações sobre o mercado de trabalho local para subsidiar e qualificar a ação pública.

A continuidade do processo de observação das questões do mundo do trabalho também é fundamental para aprofundar o conhecimento e para que se possa conhecer, aplicar, monitorar os resultados e propor novas medidas de aprimoramento. As discontinuidades tão comuns do nosso processo político e a precária estruturação e institucionalidade da relação federativa na gestão das políticas públicas de emprego, trabalho e renda têm afetado esse propósito. **Garantir a continuidade dos Observatórios do Trabalho passa por avançar na estruturação de um sistema público no campo do trabalho**, o que não invalida de forma alguma experiências que não se consolidem de imediato.

.....

Em suma, o ideal é que o Observatório do trabalho tenha uma inserção institucional que o integre às secretarias estaduais e municipais, o que garante um elo estreito com as questões pertinentes às políticas públicas de emprego, trabalho e renda e possibilita que o projeto seja duradouro.

.....

4.2 O QUE É NECESSÁRIO, EM NÍVEL ORGANIZACIONAL, PARA IMPLANTAR UM OBSERVATÓRIO DO TRABALHO?

Para alcançar os objetivos propostos, é importante que um Observatório do Trabalho:

- tenha um plano de trabalho e de gestão;
- compreenda um órgão colegiado multipartite com a função de apreciar, aconselhar e sugerir medidas relativas às estratégias e planejamento das atividades do Observatório;
- tenha uma metodologia de observação e conte com os recursos necessários para desenvolvê-la. Uma proposta será apresentada na Parte 3 deste Caderno;
- tenha acesso a bases de dados e a recursos de telefonia e de informática (computador, impressora). Os computadores devem ter *softwares* de escritório (de processamento de texto, de criação de planilhas, de apresentação de *slides*), *software* estatístico, acesso à internet de boa qualidade (para rodar dados, acessar informações etc.);

PARTE 1

CONCEPÇÃO, OBJETIVOS
E ORGANIZAÇÃO DE
OBSERVATÓRIOS DO TRABALHO

- disponha de ambiente virtual (*site, blog*) para divulgar os estudos, indicadores e análises; na falta disso, pode-se buscar outras formas de divulgação, como uma mala-direta com endereços estratégicos dos atores sociais da região de abrangência das políticas públicas sobre as quais se pretende incidir. Seria importante também, se possível, construir um instrumento de tecnologia de informação e comunicação (TIC), incluindo sistemas de processamento e consulta de informações, ambiente para interação em rede etc.;
- tenha espaços e metodologia definidos para articulação com os gestores, comissão de emprego e outros atores sociais na produção do conhecimento;
- tenha uma equipe técnica multidisciplinar especializada em análises socioeconômicas e laborais: estatísticos, economistas e sociólogos, pelo menos. Idealmente, também técnicos das áreas de gestão de políticas públicas, geografia, tecnologia da informação e comunicação. Essa multidisciplinaridade pode ser promovida, tanto para o trabalho regular do Observatório quanto para estudos pontuais, por uma equipe técnica própria da instituição ou pelo estabelecimento de parcerias com outras instituições que tenham acúmulo sobre os temas tratados. Pode-se articular observadores (pesquisadores, assessores, dirigentes e especialistas) envolvidos com as questões do trabalho que ajudem a aprofundar e ampliar as análises;
- tenha técnicos que reúnam um conjunto de competências que vai além do conhecimento teórico acerca das questões pertinentes ao mundo do trabalho, contemplando conhecimentos sobre políticas públicas, Pacto Federativo brasileiro e sistema político, além de possuírem habilidades de promoção do debate público e de comunicação acerca do conhecimento produzido. São importantes alguns conhecimentos específicos:
 - a) domínio das bases de dados disponíveis;
 - b) prática da leitura de metodologias de pesquisas;
 - c) capacidade de promover o diálogo social e a produção de conhecimento em rede;
 - d) elaboração e processamento de indicadores;
 - e) desenvolvimento de estudos e pesquisas;
 - f) crítica permanente da informação estatística – desde a análise de consistência até a formulação de sugestões para aprimoramento ou ampliação da informação captada.

5. REDE OBSERVATÓRIOS DO TRABALHO

Para fomentar a articulação, a cooperação técnica, o desenvolvimento analítico e metodológico dos Observatórios do Trabalho, bem como para fomentar a constituição de novos observatórios, o Ministério do Trabalho e o DIEESE firmaram convênio (de 2014 a 2019) para criar a Rede Observatórios do Trabalho, **uma rede de produção de conhecimento sobre o mundo do trabalho, aplicado ao aprimoramento das políticas públicas**. O objetivo comum da Rede Observatórios do Trabalho é estimular a produção de conhecimento para subsidiar o debate público e o diálogo social, nos âmbitos nacional e subnacional, acerca dos desafios para se assegurar trabalho digno e, desse modo, contribuir para o aperfeiçoamento das políticas de trabalho no Brasil.

Uma rede de produção de conhecimento se estrutura a partir da articulação de um grupo de pessoas e instituições que compartilham o interesse comum em uma área

específica de conhecimento ou competência. Elas também podem ter o objetivo de provocar mudanças na realidade a sua volta pautando, por exemplo, a agenda política de países ou regiões (EGGER, 2007).

Os participantes da Rede Observatórios do Trabalho são representantes de instituições envolvidos com os temas do trabalho. Nesse caso, participam da rede quatro segmentos: conselheiros de políticas públicas; técnicos e gestores de órgãos públicos dedicados às políticas no campo do trabalho; técnicos de Observatórios do Trabalho e pesquisadores de universidades e centros de estudos que já produzem informações e conhecimento no campo de estudos do trabalho. Com a participação de diferentes atores, procura-se mobilizar iniciativas coletivas que possam sistematizar conteúdos direcionados a orientar a tomada de decisões sobre as políticas públicas de trabalho.

A proposta de constituição de uma Rede Observatórios do Trabalho está assentada em **valores** como: trabalho digno e desenvolvimento com inclusão; democracia; participação; equidade; descentralização e fortalecimento das políticas públicas. Seus **princípios** estão baseados: na construção colaborativa de conhecimento; na autonomia crítica-científica; no respeito à diversidade e à negociação de conflitos; na articulação das múltiplas escalas do território; na horizontalidade nas relações intra-rede.

A Rede Observatórios do Trabalho se propõe a estimular a **produção de conhecimento** aplicada ao aprimoramento das políticas públicas do trabalho de maneira colaborativa a partir:

- da articulação de pessoas que produzem conhecimento sobre o mundo do trabalho;
- do estímulo à troca de informações, metodologias e conhecimentos entre seus membros;
- da criação de um espaço de crítica continuada;
- da promoção da cooperação na construção de conhecimento sobre os desafios do mundo do trabalho e das políticas públicas de trabalho;
- da construção de parâmetros comuns de monitoramento de políticas públicas de trabalho;
- do aprimoramento, elaboração e desenvolvimento de metodologias de análise de mercado de trabalho e políticas públicas.

Além disso, a Rede Observatórios do Trabalho pretende **promover o debate público**, bem como o uso do conhecimento produzido na formulação e gestão das políticas públicas por meio:

- da realização de atividades que propiciem o debate público acerca dos conhecimentos elaborados no seu âmbito;
- da mobilização de conhecimentos já produzidos para a produção de novas frentes de pesquisa e estudo no campo de interesse;
- do estímulo à colaboração com espaços de formação para gestores e atores sociais;
- da permissão de acesso permanente ao conhecimento produzido, por meio da sua disponibilização em ambiente de interação.

A **estratégia** de constituição da Rede Observatórios do Trabalho será de crescimento gradativo, começando pelos estados, capitais e grandes municípios, até chegar aos municípios menores. O processo de crescimento da Rede deverá favorecer a gestão descentralizada e a participação, e sua organização deverá envolver, além de técnicos e gestores públicos, os atores da sociedade civil.

PARTE 1

CONCEPÇÃO, OBJETIVOS
E ORGANIZAÇÃO DE
OBSERVATÓRIOS DO TRABALHO

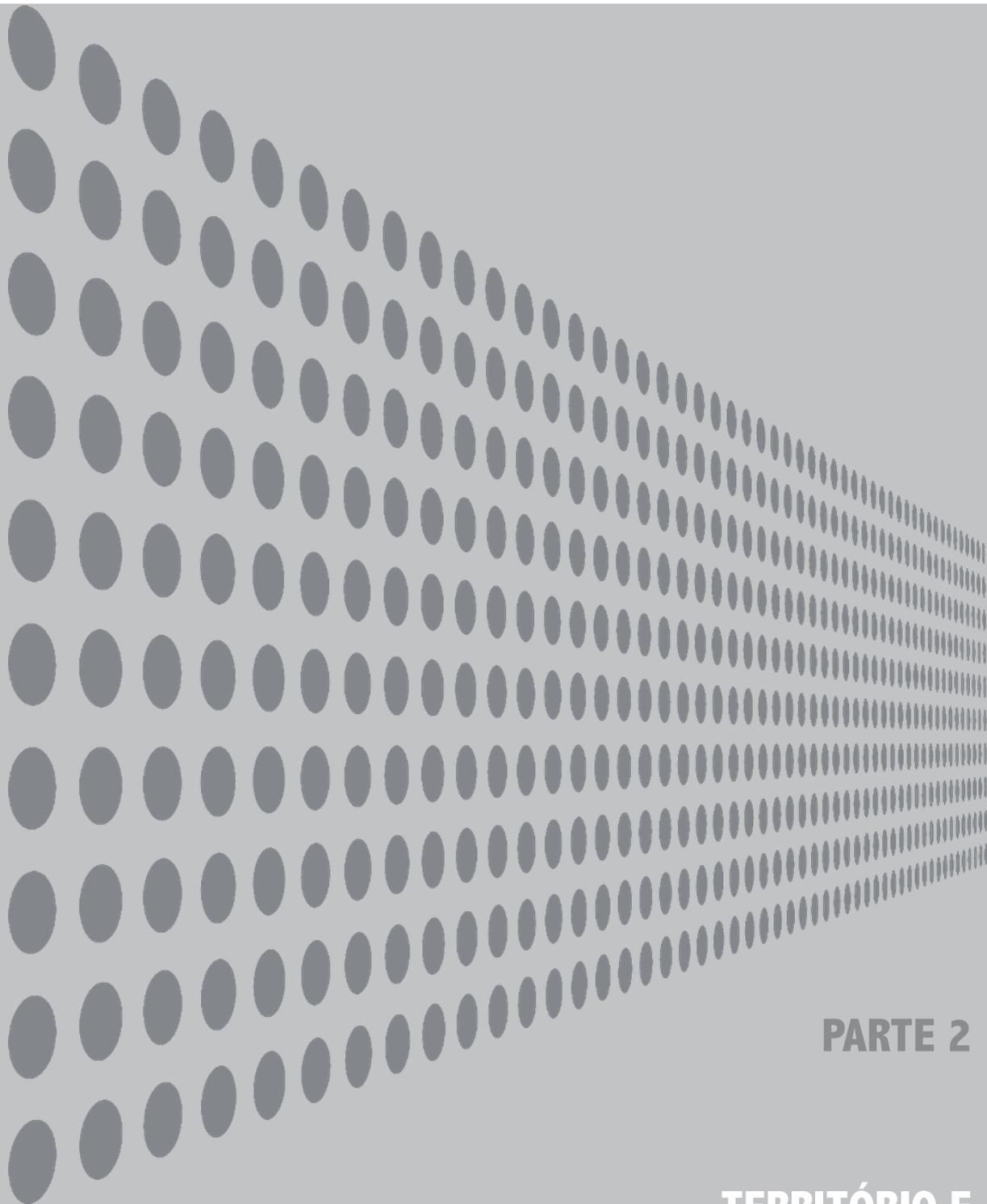
O modelo de **gestão** da Rede Observatórios do Trabalho é o mais horizontal possível, permitindo distribuir poder de maneira proporcional aos benefícios que essa distribuição traz para o alcance dos objetivos estratégicos, inclusive a partilha de responsabilidades. A Rede terá um comitê gestor com a responsabilidade de criar condições para seu funcionamento; esse comitê terá um mandato e seguirá princípios e regras definidas previamente.

As **atribuições do comitê gestor** incluem: assegurar condições operacionais da Rede⁵; assegurar a manutenção das finalidades estabelecidas para a rede, sistematizando o conhecimento produzido; monitorar a atividade da rede e coordenar as atividades de promoção e mobilização; atentar para a existência de outras iniciativas convergentes e propor ações conjuntas ou integradas. O comitê gestor será composto de três representantes de cada um dos segmentos que compõem a Rede (gestores públicos; técnicos de Observatórios do Trabalho; conselheiros e pesquisadores), buscando garantir a representatividade das diferentes esferas da Federação (União, estados e municípios).

PARTE 1

CONCEPÇÃO, OBJETIVOS
E ORGANIZAÇÃO DE
OBSERVATÓRIOS DO TRABALHO

5. O comitê gestor será responsável, inclusive, pela aprovação do Estatuto da Rede Observatórios do Trabalho, que definirá todas as regras de funcionamento, participação, produção de conhecimento e disseminação de informações.



PARTE 2

**TERRITÓRIO E
MERCADO DE TRABALHO:
DESAFIOS DA ANÁLISE LOCAL**

TERRITÓRIO E MERCADO DE TRABALHO: DESAFIOS DA ANÁLISE LOCAL

Na primeira parte deste Caderno, viu-se que o objetivo de um Observatório do Trabalho é produzir conhecimento sobre as questões do mundo do trabalho para subsidiar a atuação de atores públicos e privados na elaboração e no controle social de políticas públicas que visem promover a melhoria das condições de vida da população, sobretudo nas dimensões do trabalho e da distribuição de renda. Esta segunda parte do Caderno dedica-se ao exame das dimensões analíticas e de alguns procedimentos, aqui considerados como básicos, cujo entendimento é necessário para que se estabeleça, em caráter processual e gradativo, a compreensão da realidade local sobre a qual se pretende incidir.

O entendimento de um território parte da **determinação da base geográfica onde se estabelece uma determinada organização social**. O lugar onde se vive é o espaço, por excelência, do exercício da cidadania, que envolve um conjunto de questões inerentes à nossa inserção na sociedade e na economia.

Uma primeira dimensão analítica da realidade a ser considerada para entendimento de um território é a das **características e tendências demográficas**, tais como o perfil da população (idade, gênero, raça, deficiência) e indicadores de natalidade, fecundidade, mortalidade, migração.

Outra dimensão analítica é a dos **aspectos sociais**, que envolve tanto a estrutura e o acesso aos serviços de educação, saúde, mobilidade, segurança pública, entre outros, como as condições de moradia e habitação, inclusive os serviços de abastecimento de água, saneamento básico, energia elétrica, telefonia e internet, bem como o acesso a bens de consumo duráveis. Essa temática compreende todos os aspectos da exclusão social.

Os **fluxos econômicos** que perpassam o território são outra dimensão a ser considerada. Conhecer as características da estrutura produtiva do território implica saber: se há concentração em torno de uma (ou poucas) atividade(s) produtiva(s) ou se é um território com atividade econômica mais diversificada; se a configuração econômica responde mais à especialização que se origina a partir das condições físicas/naturais inerentes à localidade¹ - que são particularmente relevantes em municípios com forte tendência para a atividade agrícola ou de extração mineral -, ou se têm maior peso as intervenções políticas na localidade - no caso de políticas locais de atração de investimentos produtivos por meio de isenção de impostos, por exemplo; como têm ocorrido transformações na localidade em termos de investimentos privados e públicos (sobretudo em infraestrutura) e quais as possibilidades que daí se depreendem. Além disso, faz parte da compreensão dos fluxos econômicos de um território conhecer como se dá a distribuição de renda na localidade, qual é o padrão de consumo, quais são as integrações com outras localidades da região, entre outras características.

No que tange à apreensão da dinâmica local pela perspectiva dos Observatórios do Trabalho, a dimensão do **mercado de trabalho** no território é particularmente relevante. Em primeiro lugar porque conhecê-la implica o próprio entendimento das demais dimensões:

1. Condições de solo, clima e hidrografia.

PARTE 2

TERRITÓRIO E
MERCADO DE TRABALHO:
DESAFIOS DA ANÁLISE LOCAL

a questão demográfica e migratória, que tem relação direta com a conformação da força de trabalho disponível no local, inclusive em perspectiva intertemporal²; a questão da estrutura de serviços sociais de educação e mobilidade, entre outras, uma vez que isso faz parte do conjunto de determinantes da qualidade de condições de vida dos trabalhadores; a configuração da atividade econômica que vai, em última instância, definir a quantidade de trabalho que será demandada em determinadas ocupações. Em segundo lugar porque o próprio entendimento da questão do emprego, e do mercado de trabalho de forma geral, pode ser encarado por duas lógicas, que não são excludentes e que merecem estar presentes na concepção de quem formula um diagnóstico acerca do mercado de trabalho.

A primeira lógica trata a questão do emprego e desemprego como dependente da trajetória de crescimento econômico, que, por sua vez, está ligada às políticas macroeconômicas e à noção de alocação eficiente dos recursos. Nessa perspectiva, a possibilidade de atuação das políticas públicas, para além das políticas macroeconômicas já mencionadas, trata as estratégias de combate ao desemprego no sentido da minimização dos desequilíbrios entre oferta e demanda de trabalho, enfocando as estratégias de intermediação de mão de obra e de qualificação dos trabalhadores considerados “inadequados” para atendimento de uma demanda dada pela dinâmica das atividades econômicas.

Já a segunda lógica dialoga com a questão das condições de vida dos trabalhadores, estejam eles ocupados ou desempregados - portanto, com uma agenda de proteção e inclusão social pelo trabalho. Aspectos relativos às condições de trabalho pertinentes a essa dimensão analítica compreendem a questão do trabalho digno, protegido e com remuneração adequada em contraposição à precarização das relações de trabalho, envolvendo: a temática da jornada de trabalho; as questões da terceirização, da flexibilização contratual, da rotatividade e da saúde do trabalhador; a temática da representação dos trabalhadores e sua sindicalização; a questão da desigualdade e da discriminação no mercado de trabalho e os desafios para inserção laboral de grupos específicos, entre outros aspectos. O desafio é compreender as características da conformação do mercado de trabalho em nível nacional, considerando as especificidades desse mercado que é marcado por desigualdades de toda sorte e no qual existe uma heterogeneidade ocupacional (é preciso analisar como essa dinâmica se reflete nas esferas subnacionais).

Por fim, conhecer a **estrutura da administração pública** e a **participação social** no território é importante para conhecer o arcabouço institucional em que as políticas serão discutidas, formuladas, implementadas, executadas e acompanhadas. Ademais, a compreensão do território também requer um levantamento das políticas públicas nas temáticas de interesse, dos programas e ações implementadas e em execução e do contexto de suas implantações, tendo como pano de fundo o Pacto Federativo.

O Quadro 1 apresenta o resultado de um esforço de sistematização dessas dimensões e das temáticas envolvidas dentro de cada uma delas, a partir da experiência dos Observatórios do Trabalho, e deve ser encarado como um primeiro referencial para a organização das análises das temáticas nos Observatórios do Trabalho em implantação, podendo ser adequado para melhor se ajustar à realidade local.

Todas as dimensões analíticas elencadas devem, ainda, ser compreendidas segundo o seu **perfil de distribuição geográfica**. Assim, é possível ver como a população se distribui no espaço da cidade, onde são ofertados os serviços de educação e saúde, onde são ofertados os empregos, quais são as regiões que estão recebendo investimentos etc. Essa é uma ferramenta importante de planejamento para os gestores públicos, uma vez que permite a visualização espacial do público-alvo das políticas e dos programas oferecidos, ajudando também no processo de integração das políticas no território.

² Relevante para as questões previdenciárias.

QUADRO 1

Dimensões temáticas da análise local do desenvolvimento e trabalho

Temas	Subtemas
Mercado de trabalho e ocupação	Inatividade Desemprego / desocupação Estratégias de procura de trabalho Assalariamento Formalização Trabalho independente Emprego doméstico Cobertura previdenciária Rendimento do trabalho Rotatividade Terceirização Jornada de trabalho Saúde do trabalhador Perfil da força de trabalho Empreendedorismo Sindicalização e negociação coletiva Trabalho a ser abolido Cooperativismo e associativismo popular (contempla agricultura familiar)
Estrutura e atividade econômica	Macroeconomia Atividade econômica Comércio exterior Finanças públicas Investimento Infraestrutura física Estrutura produtiva Produtividade
Características e tendências populacionais e demográficas	Demografia Fecundidade Longevidade Migração
Aspectos sociais	Exclusão social Condições de vida Rendimento familiar Orçamento familiar Educação Saúde Segurança Alimentar Mobilidade Meio ambiente Desenvolvimento humano
Políticas públicas	Estrutura da administração pública Políticas públicas voltadas para o mercado de trabalho assalariado Políticas públicas voltadas para os trabalhadores independentes Políticas públicas voltadas para os trabalhadores associados Políticas públicas de transferência de renda

Elaboração: DIEESE

PARTE 2

TERRITÓRIO E
MERCADO DE TRABALHO:
DESAFIOS DA ANÁLISE LOCAL

Atualmente, existe uma produção de dados estatísticos que permite o estudo e a análise das dimensões temáticas de um território³. Contudo, o simples acesso à informação é insuficiente para a construção do conhecimento. É necessária a constituição de um **corpo técnico qualificado e multidisciplinar** que amplifique as possibilidades de entendimento das dinâmicas presentes no território, contemplando saberes das áreas de economia, sociologia, antropologia, história, estatística, geografia, entre outras. Como mencionado na Parte 1 deste Caderno, essa multidisciplinaridade pode ser promovida tanto por uma equipe técnica própria do Observatório, quanto pelo estabelecimento de parcerias com outras instituições e pesquisadores que se dediquem aos temas tratados. Portanto, considera-se que é de extrema importância a formação de quadros - gestores, atores sociais nas organizações públicas e privadas - comprometidos com a pesquisa, a reflexão e a discussão sobre o desenvolvimento regional e sobre o mercado de trabalho.

Além disso, os Observatórios do Trabalho devem buscar **conhecimento empírico da realidade local** que valide as perspectivas teóricas acerca dos fenômenos a serem estudados e que qualifique as informações que possam ser extraídas das bases estatísticas. A realidade, tal qual percebida pelos agentes, pode ou não se refletir nas estatísticas disponíveis para analisar uma determinada questão. Quando isso não ocorre, duas situações são possíveis: há insuficiência na captação da informação pelas pesquisas e registros disponíveis, caso em que o saber dos atores locais complementa os aspectos da realidade não captados pelas informações⁴; ou embora os dados revelem aspectos importantes da realidade, eles não são percebidos de maneira clara pelos atores sociais e gestores públicos. Desse modo, a produção do conhecimento arregimentada pelos Observatórios do Trabalho ajuda a qualificar o planejamento e orienta as escolhas de política pública a partir da identificação dos problemas locais, sendo, portanto, um instrumento que contribui para o aprofundamento do processo democrático.

Por fim, cumpre destacar que, para além do conhecimento acumulado na vivência cotidiana da localidade, as **especificidades locais** são mais bem compreendidas quando analisadas em uma **perspectiva comparada**. Nesse sentido, destaca-se a importância da consolidação da Rede de Observatórios do Trabalho e da possibilidade de compartilhamentos e discussões com técnicos de Observatórios de outras localidades distintas. Considerando que existem diferentes escalas territoriais nas quais os fenômenos são determinados, é possível perceber com mais clareza quais aspectos da região respondem a imperativos de ordem macroestrutural e quais correspondem a particularidades regionais e locais. Essa questão se articula às dificuldades inerentes à territorialização das políticas públicas, às diretrizes dadas pelo Pacto Federativo e ao desafio da integração das políticas, mas certamente essa dimensão do conhecimento das especificidades regionais sinaliza com mais propriedade as possibilidades de intervenção no âmbito local, o que contribui para a redução das desigualdades regionais que marcam o nosso país.

.....

Em suma, a formulação de um conhecimento acerca da realidade local depende da compreensão de múltiplas dimensões presentes na realidade econômica e social daquele território e que incidem sobre uma determinada população. Essa compreensão se dá por meio de um processo de construção do conhecimento, com aproximações sucessivas e cumulativas de entendimento com vistas a descrever a realidade sobre a qual se pretende incidir através das políticas públicas, a fim de modificá-la. O papel de um Observatório do Trabalho, nesse contexto, é o de empregar os métodos conhecidos visando a essa construção do conhecimento orientado para a ação pública, com foco na melhoria das condições de vida dos trabalhadores.

.....

3. O detalhamento dessas informações será fornecido na Parte 3 do presente Caderno.

4. Alguns aspectos das potencialidades e limitações das principais fontes de dados disponíveis para análise local sobre o mercado de trabalho, bem como a apresentação de algumas metodologias qualitativas ou de captação primária de informações serão expostos na Parte 3 do presente Caderno.

DIMENSÕES TEMÁTICAS DA ANÁLISE LOCAL DO DESENVOLVIMENTO E TRABALHO

DESCRIÇÃO DOS TEMAS E SUBTEMAS E FONTES DE DADOS

■ MERCADO DE TRABALHO E OCUPAÇÃO

Subtema	Descrição	Base de dados / Fonte
Inatividade	Visa quantificar e caracterizar a parcela de pessoas em idade ativa que não estão economicamente ativas, ou seja, não estão nem ocupadas e nem procurando emprego. Atualmente as pesquisas domiciliares (únicas capazes de mensurar essa população) estão em processo de mudança no enquadramento da população em idade ativa de pessoas com idade superior a 10 e inferior a 14 anos de idade. Os inativos podem corresponder aos aposentados ou pensionistas, licenciados por motivo de saúde, donas de casa, estudantes, pessoas que vivem de renda ou de ajuda de conhecidos ou outros. Esta temática também compreende a análise dos determinantes da condição de inatividade, tais como a dinâmica da renda familiar, a percepção do indivíduo acerca das condições do mercado de trabalho, bem como a própria dinâmica demográfica.	Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) / DIEESE, Seade e parceiros regionais Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Anual e Pnad Contínua / IBGE Pesquisa Mensal de Emprego (PME) / IBGE Censo Demográfico / IBGE
Desemprego/ Desocupação	Visa quantificar e caracterizar a parcela da população economicamente ativa que está desocupada e à procura de emprego. Algumas fontes de informação, ao considerar a heterogeneidade do mercado de trabalho, permitem qualificar melhor a situação de desemprego, que compreende, além da situação de desemprego aberto (na qual a pessoa procura trabalho de maneira efetiva sem exercer nenhuma atividade no período compreendido pela pesquisa), as situações de desemprego oculto pelo trabalho precário ou desemprego oculto pelo desalento. Para melhor observação desta questão, é importante ter em vista tanto a dinâmica de geração / fechamento de postos de trabalho / ocupações, bem como a própria dinâmica de entrada no mercado de trabalho dos indivíduos que estavam na condição de economicamente inativos. Também é importante verificar a dinâmica da taxa de desemprego juntamente a com outros indicadores de atividade econômica.	PED / DIEESE, Seade e parceiros regionais Pnad Anual e Pnad Contínua / IBGE PME / IBGE Censo Demográfico / IBGE Intermediação de mão de obra (IMO) / Ministério do Trabalho Seguro-Desemprego / Ministério do Trabalho
Estratégias de procura de trabalho	Para planejamento e estruturação de uma política pública de emprego, é importante conhecer as estratégias que um trabalhador emprega na busca de uma colocação no mercado de trabalho. Essas estratégias envolvem não somente a possibilidade de procura direta ou por meio de intermediação de mão de obra, pública ou privada, na busca por um emprego formal. Essa esfera contempla também outras possibilidades, como a organização em formas associativista ou cooperativista, empreendedorismo individual, entre outros (ver subtema <i>Cooperativismo e associativismo popular</i>).	IMO / Ministério do Trabalho
Assalariamento	Aprofunda a análise sobre os indivíduos que têm vínculo empregatício caracterizado com ou sem carteira de trabalho assinada ou estatutário. Esse grupo caracteriza-se por possuir remuneração do trabalho que normalmente é fixa, sob a forma de salários, ordenado ou soldo, que pode incluir adicionais. O estudo desta temática para um território tem sua importância justificada na medida em que se entende que a taxa de assalariamento pode ser	PED / DIEESE, Seade e parceiros regionais Pnad Anual e Pnad Contínua / IBGE PME / IBGE Censo Demográfico / IBGE

Subtema	Descrição	Base de dados /Fonte
Assalariamento	um indicador relevante para o entendimento da maior ou menor estruturação local do mercado de trabalho.	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) / Ministério do Trabalho Relação Anual de Informações Sociais (Rais) / Ministério do Trabalho
Formalização	Busca revelar como o mercado de trabalho, diante da dinâmica da conjuntura econômica, absorve a força de trabalho em condições de formalidade (garante ao trabalhador o acesso a direitos trabalhistas) ou de informalidade (sem acesso a tais garantias). Desse modo é importante distinguir a formalização via estabelecimento de um novo vínculo de emprego da formalização de postos de trabalho que eram informais (processo de formalização). Também é importante analisar a própria característica do emprego formal na localidade (há diferenças entre localidades urbanas ou rurais), compreendendo as questões setoriais / de atividade econômica, o porte do estabelecimento, o perfil dos trabalhadores, as condições de trabalho / qualidade dos postos de trabalho gerados, entre outras questões.	PED / DIEESE, Seade e parceiros regionais Pnad Anual e Pnad Contínua / IBGE PME / IBGE Censo Demográfico / IBGE Caged / Ministério do Trabalho Rais / Ministério do Trabalho
Trabalho independente	A heterogeneidade ocupacional do mercado de trabalho brasileiro implica que parte da força de trabalho esteja fora do sistema de assalariamento, em ocupações que podem ser caracterizadas como de trabalho independente. Essa força de trabalho tem sua inserção ocupacional no mercado de trabalho na forma de trabalhadores por conta própria ou autônomos (que trabalham para o público ou para outra empresa, situação dos trabalhadores "PJ"), ou como donos de negócio familiar. Cumpre salientar que esse grupo de trabalhadores é mais sujeito a descontinuidades da relação de trabalho (uma vez que não é regulamentado pela legislação formal), sem incidência das proteções previstas pela legislação, bem como a irregularidades nos rendimentos do trabalho. Portanto, a temática engloba o estudo da informalidade.	PED / DIEESE, Seade e parceiros regionais Pnad Anual e Pnad Contínua / IBGE PME / IBGE Censo Demográfico / IBGE Microempreendedor Individual-(MEI) / Portal do Empreendedor / Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa (Sempe) / Presidência da República
Emprego doméstico	O emprego doméstico é uma categoria ocupacional que contempla trabalhadores em casas de família, contratados para realizar tarefas domésticas. Esse conceito se fundamenta na Lei nº 5.859/1972, que define como trabalhador doméstico todo aquele que presta serviço de natureza contínua e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família no âmbito residencial delas. No caso, podem ser tanto mensalistas (assim classificado todo trabalhador que realiza atividade em uma mesma residência por mais de dois dias na semana, de forma sequencial ou intercalada, com remuneração mensal) quanto diarista / eventual (os trabalhadores domésticos que desenvolvem suas atividades em uma ou mais residência, por até dois dias na semana). Esta questão deve ser estudada também a partir das temáticas de formalização, cobertura previdenciária, desigualdade / discriminação no mercado de trabalho. Ademais, a magnitude de participação de trabalhadores ocupados nessa categoria também é um indicador da estruturação do mercado de trabalho, uma vez que quanto mais desenvolvida e	PED / DIEESE, Seade e parceiros regionais Pnad Anual e Pnad Contínua / IBGE PME / IBGE Censo Demográfico / IBGE

Subtema	Descrição	Base de dados / Fonte
Emprego doméstico	e menos desigual uma sociedade é, menor tende a ser essa participação, considerando também um processo contínuo de qualificação da força de trabalho e geração de postos com melhores condições de trabalho, maiores produtividade e remuneração. Nos países desenvolvidos, o emprego doméstico é residual devido ao alto valor da remuneração.	
Cobertura previdenciária	A questão central da cobertura previdenciária é o acesso do trabalhador à Previdência Social (institutos oficiais, não considerados os institutos privados), seja por meio da situação de trabalho formal, seja através de contribuições individuais. A cobertura previdenciária é um tema relevante do ponto de vista da seguridade social do trabalhador que se acidenta / adoecer (seja por motivo relacionado ao trabalho ou não) e do acesso à licença-maternidade da trabalhadora autônoma contribuinte, entre outras situações. Ademais, no caso dos trabalhadores que se aposentam, o rendimento da aposentadoria é um elemento importante da composição da renda familiar. Outra questão pertinente à temática diz respeito à sustentabilidade do sistema de Previdência Social, tendo em vista, particularmente, a formalização do emprego e as transições demográficas da sociedade.	Base de Dados Históricos da Previdência Social / Ministério da Previdência Social (MPAS) Pnad Anual e Pnad Contínua / IBGE PME / IBGE Censo Demográfico / IBGE
Rendimento do trabalho	A estrutura de rendimento de uma economia passa por estimativa da magnitude da renda gerada pelo trabalho na composição da renda total em relação à participação das demais formas de rendimento (previdenciário, de transferências de renda), bem como à remuneração do capital (lucros, juros, dividendos, aluguéis etc.) (distribuição funcional da renda). Quando se observa somente a remuneração do trabalho, é possível investigar sua evolução, composição (salários, benefícios, abonos, comissões etc.), a estrutura de salários no mercado de trabalho, desigualdades de rendimentos entre grupos populacionais, entre outros aspectos da distribuição pessoal da renda. É importante verificar a evolução do salário mínimo e seus impactos sobre a configuração do mercado de trabalho. A questão da evolução real do poder de compra do trabalhador também é contemplada, considerando, portanto, a dinâmica inflacionária (ver também subtema <i>Macroeconomia</i>).	PED / DIEESE, Seade e parceiros regionais Pnad (Anual) e Pnad Contínua / IBGE PME / IBGE Censo Demográfico / IBGE Caged / Ministério do Trabalho Rais / Ministério do Trabalho Salário Mínimo/ Ministério do Trabalho Salário Mínimo Necessário / DIEESE Índice de Custo de Vida (ICV) / DIEESE Pesquisa da Cesta Básica de Alimentos (PCB) / DIEESE
Rotatividade	Uma das temáticas sobre as condições de trabalho / qualidade do posto de trabalho diz respeito à rotatividade, que trata da flexibilização / rigidez contratual, duração e movimentação dos vínculos de trabalho. Está associada à situação de intermitência de um trabalhador no emprego, o que é relativamente frequente em determinadas atividades econômicas, sendo maior nas atividades de processo produtivo discreto (que envolvem etapas e descontinuidades, como obras de construção civil, atividade agrícola sujeita à sazonalidade, situações eventuais no comércio, entre outros exemplos). É um fenômeno a ser estudado sobretudo	Caged / Ministério do Trabalho Rais / Ministério do Trabalho

Subtema	Descrição	Base de dados / Fonte
Rotatividade	a partir do tipo de mão de obra demandada, sendo mais incidente em postos de trabalho que pessoas jovens e de baixa escolaridade ocupam. São inúmeras as implicações dessa temática para o conjunto da sociedade (por exemplo, os custos relativos desse fenômeno são transferidos pelas empresas aos preços dos produtos), para além das implicações para os trabalhadores diretamente submetidos às práticas de rotatividade: maiores riscos no ambiente de trabalho (ver subtema <i>Saúde do trabalhador</i>); impacto da situação da intermitência no mercado de trabalho para a própria contabilização do tempo de serviço para a aposentadoria, para a remuneração do trabalho ou, ainda, para a condição de vida das famílias, que dependem da estabilidade no emprego para tomar decisões de mais longo prazo, entre outros aspectos.	
Terceirização	A terceirização tem se tornado um dos temas mais relevantes na agenda de debate público sobre o mercado de trabalho brasileiro. A questão vem sendo discutida no âmbito dos poderes Legislativo e Executivo a partir de preocupações levantadas por diversos atores sociais a respeito de seus impactos sobre determinações legais asseguradas pela atual legislação trabalhista; sobre as condições de trabalho e sobre os trabalhadores, passando por questões de ordem econômica como eficiência alocativa e produtividade. No aspecto das relações de trabalho, o tema trata não só da magnitude desse processo, mas também das questões de diferenciação de condições de trabalho entre trabalhadores terceirizados e não terceirizados. Existem limitações importantes de informações nas bases de dados secundárias existentes para investigação desta questão.	Rais / Ministério do Trabalho
Jornada de trabalho	De acordo com a legislação atualmente vigente, os trabalhadores urbanos e rurais têm direito à duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e 44 semanais, podendo ser inferior ao máximo a depender da categoria ocupacional. Trata-se de um tema que, recorrentemente, tem sido pautado pela sociedade, com problematização acerca do impacto da jornada sobre a produtividade da economia. A jornada de trabalho (contratada e efetivamente trabalhada) é um tema importante de avaliação da qualidade dos empregos. Essa questão também pode ser avaliada em conjunto com outras: a qualificação, no caso da conciliação de trabalho e estudo (que também é um tema pertinente para a juventude); a desigualdade da inserção feminina no mercado de trabalho (dado que ainda recai sobre a mulher maior tempo dedicado aos afazeres domésticos); a saúde do trabalhador (quanto mais horas trabalhadas, maior a possibilidade de um trabalhador se acidentar, por exemplo), entre outros pontos.	PED / DIEESE, Seade e parceiros regionais Pnad Anual e Pnad Contínua / IBGE PME / IBGE Censo Demográfico / IBGE Rais / Ministério do Trabalho Caged / Ministério do Trabalho
Saúde do trabalhador	Busca investigar as possíveis exposições do trabalhador a condições de trabalho que oferecem riscos à saúde como os que podem decorrer da própria qualidade do posto de trabalho, entre outros. Engloba diversos aspectos: formalização do emprego e cobertura da seguridade social; exposição do trabalhador ao risco ocupacional (ou de trajeto para o trabalho, caso em que o	Anuário Estatístico de Acidentes de Trabalho (Aeat) / MPAS Anuário Estatístico da Previdência Social (AEPS) / MPAS

Subtema	Descrição	Base de dados / Fonte
Saúde do trabalhador	tempo e condições de deslocamento são importantes); ações e condições de trabalho que cooperem para minimização desses riscos (incluindo toda a temática de equipamentos de proteção individual, treinamento e reciclagem, passando também por temas como estabilidade do trabalhador no emprego / rotatividade e terceirização); ação sindical, entre outros. O aspecto principal é a mensuração da incidência das ocorrências de acidentes e adoecimento. No que tange aos indicadores de acidentes e adoecimento, pode ocorrer subnotificação (seja pela efetiva não notificação propriamente dita, seja pela dificuldade de relacionar uma doença à atividade laboral), o que impacta a análise dos indicadores.	Rais / Ministério do Trabalho
Perfil da força de trabalho	Investiga: sexo, cor / raça, idade, escolaridade / qualificação, deficiência, mão de obra imigrante. Tais dados podem ser analisados isoladamente ou de forma interseccional, com cruzamento de dois ou mais atributos. É a temática que, por excelência, trata das questões relativas à discriminação e desigualdade no mercado de trabalho, observando os aspectos das outras temáticas, como condição de atividade e ocupação, inserção ocupacional, rendimentos, condições de trabalho, entre outras, visando também gerar subsídio às políticas públicas de emprego, trabalho e renda. No aspecto específico da faixa etária dos trabalhadores, a temática dialoga com questões relativas à demografia, cobertura previdenciária, rendimento familiar (que pode interferir na decisão da entrada ou não do jovem no mercado de trabalho).	PED / DIEESE, Seade e parceiros regionais Pnad Anual e Pnad Contínua / IBGE PME / IBGE Censo Demográfico / IBGE Rais / Ministério do Trabalho Caged / Ministério do Trabalho
Empreendedorismo	Engloba toda a análise do perfil do empreendedor e o próprio entendimento da atividade econômica, visando sobretudo desenvolver subsídios para políticas de crédito e microcrédito.	MEI / Portal do Empreendedor / Sempe / Presidência da República Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger) / Ministério do Trabalho Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) / Ministério do Trabalho
Sindicalização e negociação coletiva	Envolve indicadores relacionados aos ocupados, aos associados a sindicatos, aos ocupados agrícolas, à taxa de sindicalização e ao número de sindicalizados, ao número de sindicatos, federações e centrais sindicais, às informações quantitativas e qualitativas sobre negociação / convenções coletivas e greves.	Rais / Ministério do Trabalho Sistema de Acompanhamento das Contratações Coletivas (Sacc) / DIEESE Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG) / DIEESE
Trabalho a ser abolido	O trabalho a ser abolido, segundo a OIT, tem duas características: trabalho ou serviço executado de forma imposta e sob ameaça	Censo Demográfico / IBGE

Subtema	Descrição	Base de dados / Fonte
Trabalho a ser abolido	de punição. Tais características aplicam-se ao trabalho infantil e ao trabalho realizado em regime forçado ou em condições análogas à escravidão. Há uma limitação para medir o trabalho em condições análogas à escravidão: embora a situação seja tipificada como crime pelo artigo 149 do Código Penal Brasileiro, não há pesquisas domiciliares ou registros administrativos que apontem a incidência do fenômeno. Os indicadores disponíveis referem-se aos registros das fiscalizações do Ministério do Trabalho, isto é, medem os resultados das políticas de fiscalização, mas não dão conta de diagnosticar a situação do trabalho a ser abolido no país.	PED / DIEESE, Seade e parceiros regionais Pnad Anual e Pnad Contínua / IBGE PME / IBGE Sistema de Informações sobre Focos de Trabalho Infantil (Siti) / Secretaria de Inspeção do Trabalho / Ministério do Trabalho Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo (Detrae) / Ministério do Trabalho
Cooperativismo e associativismo popular (contempla Agricultura familiar)	O cooperativismo e o associativismo são formas de organização dos trabalhadores, tanto no meio rural quanto no urbano, para o desenvolvimento de atividades econômicas baseadas em princípios de solidariedade, autogestão e democracia. Essas formas de organização têm permitido a geração de trabalho e renda e a inclusão de diversos grupos populacionais, sobretudo os mais pobres. Ao longo dos últimos anos, foram concebidas políticas públicas específicas para essas organizações, sendo possível monitorar o alcance e os resultados de algumas delas.	Sistema Nacional de Informações da Economia Solidária (Sies) / Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) / Ministério do Trabalho Rais / Ministério do Trabalho Declaração de Aptidão ao Pronaf ¹ (DAP) / Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) DAP Física / MDA Programa Cataforte Negócios Sustentáveis em Redes Solidárias / Secretaria da Presidência da República Pronaf / MDA / Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) / MDS / Conab Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) / Ministério da Educação (MEC) / Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Pronaf: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

■ ESTRUTURA E ATIVIDADE ECONÔMICA

Subtema	Descrição	Base de dados / Fonte
Macroeconomia	<p>Esta temática compreende o conhecimento e o entendimento de como o regime e o desempenho macroeconômico nacional impactam a atividade econômica, o mercado de trabalho e a estrutura distributiva da renda, e de como isso se manifesta nas esferas locais. Envolve as seguintes questões:</p> <ul style="list-style-type: none"> • inflação e política monetária: tem impacto sobre os investimentos, sobre a atividade econômica (em particular as decisões de gastos e investimentos e também dos impactos de mudanças de preços relativos) e sobre o poder de compra do trabalhador; • câmbio: como variações na taxa de câmbio afetam a atividade econômica, em particular dos setores comercializáveis, e o poder de compra do trabalhador; • regime fiscal e finanças públicas: essa temática olha para a composição das receitas e despesas do setor institucional do governo geral (compreendendo as esferas federal, estaduais e municipais), procurando gerar indicadores que permitam analisar a alocação e a distribuição dos recursos públicos. 	<p>Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) / IBGE</p> <hr/> <p>Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) – Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) – Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) / Fundação Getúlio Vargas (FGV)</p> <hr/> <p>Evolução da taxa de juros / Banco Central (Bacen)</p> <hr/> <p>Evolução da taxa de câmbio / Bacen</p> <hr/> <p>Secretaria do Tesouro Nacional (STN) / Ministério da Fazenda (MF)</p> <hr/> <p>Secretarias Estaduais e Municipais da Fazenda</p>
Atividade econômica	<p>A atividade econômica do país diz respeito a todo processo econômico envolvido na transformação de produtos, bens e/ou serviços com o objetivo de responder às necessidades, em termos de consumo, da sociedade. Nessa temática, são mensuradas informações relativas ao Produto Interno Bruto (PIB), que corresponde à soma dos valores de todos os bens e serviços finais produzidos em uma economia em determinado período de tempo. As informações do PIB levam à produção de indicadores contendo dados do valor adicionado das atividades econômicas (Agricultura, Serviços, Indústria e Administração Pública), além de indicadores que ajudam a compreender a contribuição das atividades econômicas no processo de desenvolvimento econômico do país, utilizando informações de pesquisas da indústria, comércio, serviços e agricultura. Inclui a análise da estrutura produtiva, na qual se procura evidenciar a organização setorial da economia a partir de indicadores que revelem as especializações econômicas no território, como Arranjos Produtivos Locais, <i>Clusters</i> etc., e seus impactos sobre a dinâmica do mercado de trabalho.</p>	<p>Sistema de Contas Nacionais / IBGE</p> <hr/> <p>Sistema de Contas Nacionais – Contas Regionais / IBGE</p> <hr/> <p>Sistema de Contas Nacionais – Produto Interno Bruto dos Municípios / IBGE</p> <hr/> <p>Pesquisa Industrial Anual – (PIA) Produto / IBGE</p> <hr/> <p>Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física (PIM-PF) / IBGE</p> <hr/> <p>Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) / IBGE</p> <hr/> <p>Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) / IBGE</p> <hr/> <p>Produção Agrícola Municipal (PAM) / IBGE</p> <hr/> <p>Pesquisa Anual da Indústria da Construção (Paic) / IBGE</p> <hr/> <p>Rais / Ministério do Trabalho</p>

Subtema	Descrição	Base de dados / Fonte
Comércio exterior	Envolve as relações comerciais de exportação e importação de bens e serviços estabelecidas entre países. Esta temática compreende: a mensuração das informações sobre a balança comercial do país com dados sobre valor das exportações e importações; pauta de exportação; país de origem e de destino das exportações e importações, respectivamente; grau de abertura da economia resultante da relação entre a corrente de comércio do país e o PIB.	Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior (AliceWeb) / Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)
Investimento	Esta temática evidencia um conjunto de informações que identificam dados de investimentos anunciados, em execução ou executados no âmbito dos entes governamentais, principalmente do Governo Federal, a partir de programas de investimento como o Minha Casa Minha Vida, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Ministérios.	Rede Nacional de Informações sobre o Investimento (Renai) / BNDES
Infraestrutura física	Esta temática evidencia um conjunto de informações que identificam dados de programas de infraestrutura em execução ou executados no âmbito dos entes governamentais, principalmente do Governo Federal, a partir de programas de investimento como os apresentados acima.	Secretarias Estaduais e Municipais de Planejamento Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão PIM-PF/ IBGE
Produtividade	Essa temática traz indicadores que procuram evidenciar a evolução da produtividade do país na relação entre os fatores de produção: capital físico e trabalhadores.	Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (Pimes) / IBGE

Elaboração: DIEESE

■ CARACTERÍSTICAS E TENDÊNCIAS POPULACIONAIS E DEMOGRÁFICAS

Subtema	Descrição	Base de dados / Fonte
Demografia	Conjunto de indicadores relacionados aos aspectos demográficos: tamanho, densidade demográfica, ritmo de crescimento da população, entre outros. Apresenta informações sobre as características da população residente no espaço geográfico, como percentual da população residente, grau de urbanização, razão de dependência de crianças e idosos e esperança de vida ao nascer	Cidades / IBGE Censo Demográfico / IBGE
Fecundidade	As informações relacionadas à fecundidade trazem um panorama das estimativas do número médio de filhos que uma mulher teria ao fim do seu período reprodutivo.	Desenvolvimento Humano / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud)
Longevidade	Diz respeito à expectativa de vida média da população de um determinado país e pode compreender informações sobre a proporção de idosos e a dificuldade de realizar atividade física diária, por exemplo, além de informações sobre mortalidade materna e suas causas, distribuição dos óbitos por causas externas, taxa e razão de homicídio na população e desenvolvimento humano (progresso social de longo prazo, incorporando as dimensões saúde e educação à dimensão renda).	Censo Demográfico / IBGE Desenvolvimento Humano / Pnud
Migração	As informações relacionadas a esta temática detalham as principais características sociodemográficas da migração no Brasil.	Censo Demográfico / IBGE Coordenação Geral de Imigração / Ministério do Trabalho

Elaboração: DIEESE

■ ASPECTOS SOCIAIS

Subtema	Descrição	Base de dados / Fonte
Exclusão social	<p>Engloba diferentes aspectos da vida social. Para a sua construção, analisam-se três grandes temas que configuram os componentes da exclusão/inclusão:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. padrão de vida digno, em que se busca averiguar aspectos relacionados ao bem-estar material da população, ou seja, analisar as possibilidades de consumo das famílias, o que engloba a análise da desigualdade e da pobreza; 2. conhecimento, que se refere à participação da população no legado técnico-cultural da sociedade; 3. risco juvenil, que busca identificar os riscos da população mais jovem de envolver-se com ações criminosas. <p>Esses temas englobam uma série de indicadores distintos, tais como: porcentagem de chefes de família pobres; quantidade de trabalhadores com emprego formal em relação à População em Idade Ativa (PIA); índice de desigualdade de renda; anos do estudo do chefe da família; alfabetização da população acima de cinco anos de idade; participação de jovens de 0 a 19 anos na população; taxa de homicídios por 100 mil habitantes; Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).</p>	<p>Desenvolvimento Humano / Pnud</p> <hr/> <p>Censo Demográfico / IBGE</p>
Condições de vida	<p>Reúne informações que retratam a qualidade de vida e os níveis de bem-estar das famílias e grupos sociais. São inúmeras as possibilidades de enfoque para fazer um retrato da realidade da população. Os domicílios podem ser caracterizados por um conjunto de indicadores que retratam a situação social da população residente e a disponibilidade de recursos das localidades, revelando assim aspectos das condições de vida. Os indicadores relacionados à infraestrutura domiciliar, tanto na zona urbana como na rural, referem-se a características dos domicílios quanto ao acesso a serviços e equipamentos básicos (abastecimento de água, serviço de esgotamento sanitário, telefonia fixa ou móvel) e à posse de bens duráveis (fogão, televisão, geladeira, <i>freezer</i>, máquina de lavar roupas, veículos automotivos).</p>	<p>Pnad Anual e Pnad Contínua / IBGE</p> <hr/> <p>ICV / DIEESE</p> <hr/> <p>Sistema de Contas Nacionais / IBGE</p> <hr/> <p>Indicadores do Desenvolvimento Mundial / Banco Mundial</p>
Rendimento familiar	<p>Conjunto de informações que visam apontar características da população brasileira e traçar o perfil das famílias. Busca-se apresentar um detalhamento da composição do rendimento familiar e da situação de trabalho e estudo dos membros das famílias. Na análise dos rendimentos no meio rural devem ser observados, principalmente, os valores dos benefícios previdenciários concedidos para a clientela, a estrutura da despesa familiar, a proporção e evolução de indigentes e pobres e o Índice de Gini. Com relação aos rendimentos no meio urbano, cabem: a análise do rendimento mensal de todos os trabalhos; a distribuição acumulada da população segundo a renda mensal de todos os trabalhos; a distribuição dos ocupados por faixa de rendimento mensal do trabalho principal; o rendimento médio mensal dos ocupados e assalariados. Cabe ainda observar: a evolução da remuneração média dos empregados formais; a proporção do rendimento médio por hora das mulheres ocupadas e assalariadas; a composição da renda pessoal por fonte de rendimento; a distribuição dos ocupados segundo a renda familiar <i>per capita</i>.</p>	<p>Indicadores Sociais / IBGE</p> <hr/> <p>Pnad Anual e Pnad Contínua / IBGE</p> <hr/> <p>Censo Demográfico / IBGE</p> <hr/> <p>PED / DIEESE, Seade e parceiros regionais</p>

Subtema	Descrição	Base de dados / Fonte
Orçamento familiar	Reúne informações gerais sobre domicílios, famílias e indivíduos, como: hábitos de consumo; despesas e recebimentos; estrutura da despesa familiar; gasto médio mensal por domicílio; distribuição do rendimento familiar médio <i>per capita</i> .	Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) / IBGE Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos (PNCBA) / DIEESE
Educação	Conjunto de indicadores sobre as características educacionais da população: infraestrutura educacional; perfil dos cursos ofertados; características da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (estabelecimentos, matrículas, perfil dos alunos, perfil dos docentes), dos Centros de Pesquisa e Incentivo à Pesquisa e dos Parques Tecnológicos.	Indicadores Sociais / IBGE Pnad Anual e Pnad Contínua / IBGE Censo Demográfico / IBGE Censo Escolar / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) / MEC PED / DIEESE, Seade e parceiros regionais Rais / Ministério do Trabalho Geocapes / Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) / MEC Assessoria de Estatísticas e Informação (AEI) / Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) / Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)
Saúde	O tema da saúde pode ser analisado a partir das informações relativas à infraestrutura de equipamentos públicos. O tópico se refere aos estabelecimentos de saúde conforme o tipo de atendimento que realizam, o número de leitos disponíveis, os dias de permanência de pacientes em hospitais ao longo do ano, as internações e o seu gasto.	DataSus / Ministério da Saúde
Segurança alimentar	Compreende uma análise da proporção de pessoas e domicílios particulares em situação de insegurança alimentar, além da mensuração: de assalariados na produção de uma determinada cultura em relação à segurança alimentar; do número de assalariados residentes em domicílios que são beneficiários do Programa Bolsa Família e daqueles que recebem auxílio-alimentação no trabalho principal.	Pronaf / MDA Pnad Anual e Pnad Contínua / IBGE Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (Nead) – MDA Censo Agropecuário / IBGE Produção Agrícola Municipal (PAM) / IBGE Suplemento “Segurança Alimentar 2004/2008” – Pnad / IBGE

Continua

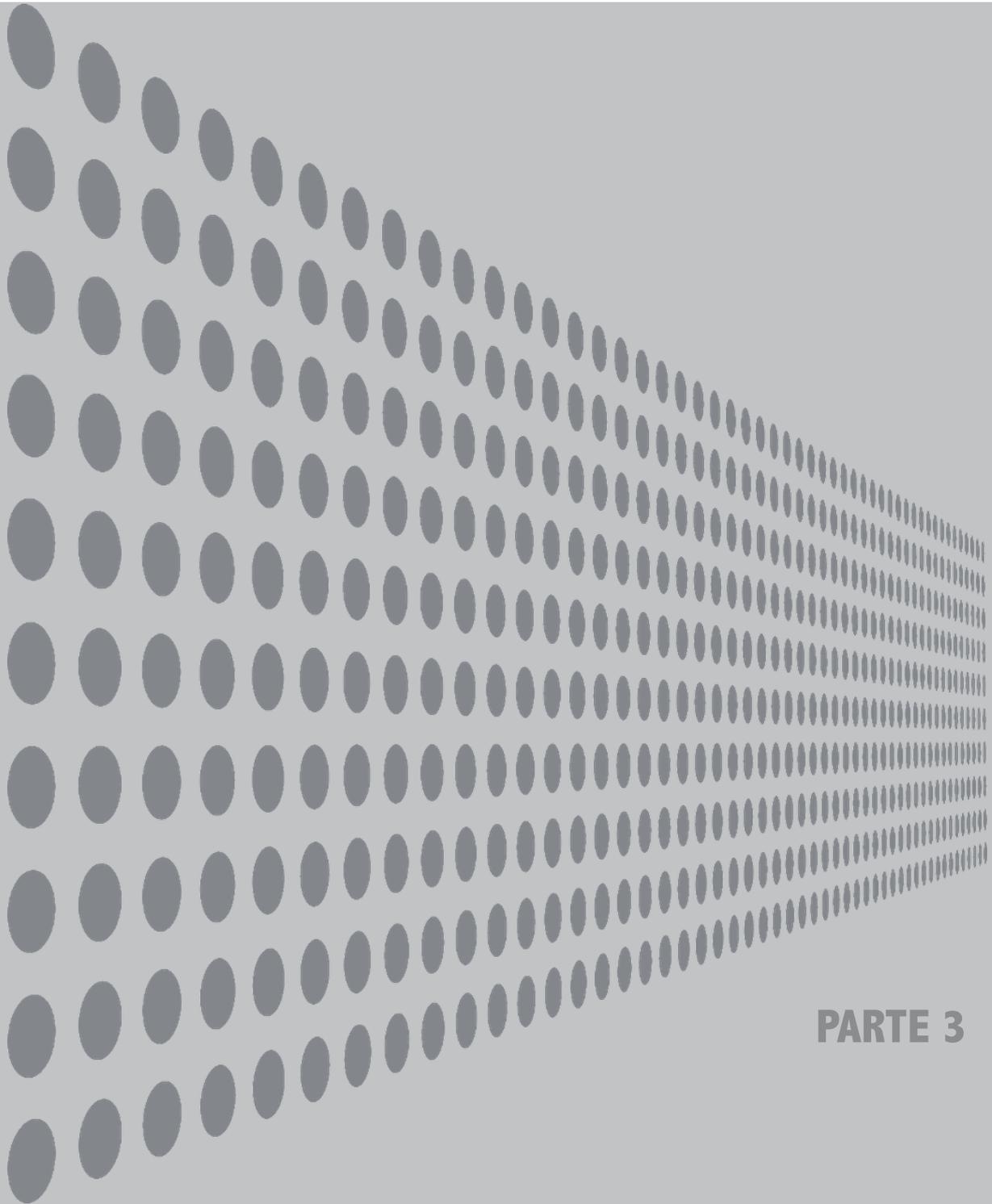
Subtema	Descrição	Base de dados / Fonte
Segurança alimentar		Produção Agrícola Municipal (PAM) / IBGE Suplemento “Segurança Alimentar 2004/2008” – Pnad / IBGE Rais / Ministério do Trabalho Pnad Anual e Pnad Contínua / IBGE Censo Demográfico / IBGE
Mobilidade	O tema da mobilidade se refere à questão de deslocamento de pessoas e mercadorias. Portanto, engloba a frota de veículos, os tipos de carga e de mercadoria que circulam no país, além dos deslocamentos da população no município, como o tempo gasto para ir do trabalho à casa.	Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) / Ministério das Cidades Departamentos de Trânsito estaduais
Meio ambiente	Este tema se refere às Unidades de Conservação existentes no país. Trata-se de aspectos relacionados ao tamanho, aos tipos de proteção e às características das áreas, seus biomas, entre outros.	Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC) / Ministério do Meio Ambiente (MMA)
Desenvolvimento humano	O conceito de desenvolvimento humano (ou Índice de Desenvolvimento Humano, IDH) surgiu em contraponto ao de PIB <i>per capita</i> , que considera basicamente a dimensão econômica do desenvolvimento. O desenvolvimento humano é um conceito que engloba três dimensões: a expectativa de vida ao nascer, o acesso ao conhecimento e o PIB <i>per capita</i> . Essas dimensões são analisadas através de indicadores de expectativa de vida ao nascer, do percentual de pessoas com mais de 18 anos com ensino fundamental completo, do fluxo escolar da população jovem e da renda média <i>per capita</i> dos residentes de determinado território. Esse índice é bastante utilizado em todo o mundo, o que permite a comparação entre diferentes localidades.	Desenvolvimento Humano / Pnud

Elaboração: DIEESE

■ POLÍTICAS PÚBLICAS

Subtema	Descrição	Base de dados / Fonte
Estrutura da administração pública	Busca apresentar informações a respeito: do modo como os órgãos municipais, estaduais e regionais responsáveis por políticas públicas em especial de trabalho estão organizados; da maneira como são instituídas as subdivisões organizacionais e as estruturas que compõem as mesmas. Nesse tema é possível agregar informações relativas à participação social, ao financiamento das políticas públicas e às relações inter e intragovernamentais. Dialoga com a dimensão das finanças públicas no subtema Macroeconomia .	Bases de dados dos governos locais
Políticas públicas voltadas para o mercado de trabalho assalariado	Referem-se a políticas voltadas: à intermediação de mão de obra / força de trabalho; à educação, à qualificação e à orientação profissional; aos serviços em postos de atendimentos ou centros públicos (inscrição para acesso ao seguro-desemprego, solicitação de emissão de carteira de trabalho, apoio à elaboração de currículos).	IMO / Ministério do Trabalho Seguro-Desemprego / Ministério do Trabalho Bases de dados dos governos locais
Políticas públicas voltadas para os trabalhadores independentes	Contemplam os programas de financiamento, a intermediação de trabalho autônomo, a assessoria técnica para gestão de pequenos negócios, a qualificação técnica para gestão de pequenos negócios, os programas de incubadora de pequenos negócios por conta própria, o fomento a arranjos produtivos locais, o fomento a estratégias de desenvolvimento comunitário e os programas voltados a <i>shoppings</i> populares, por exemplo.	Bases de dados dos governos locais
Políticas públicas voltadas para os trabalhadores associados e cooperados	Referem-se, por exemplo: à incubação de cooperativas, associações ou redes; à formação em cooperativismo, associativismo ou economia solidária; à assessoria técnica para gestão de empreendimentos cooperativos ou associativos; à qualificação técnica para gestão de empreendimentos cooperativos ou associativos; ao crédito para empreendimentos cooperativos ou associativos; ao fomento a redes, cadeias produtivas e arranjos produtivos; a compras públicas direcionadas (PAA, PNAE etc.); ao apoio à comercialização (feiras, lojas etc.).	Sies / Senaes / Ministério do Trabalho Pronaf / MDA PAA / MDS DAP Jurídica / MDA Bases de dados dos governos locais
Políticas públicas de transferência de renda	Visam diminuir a pobreza, garantir o consumo intertemporal e funcionar como seguro social. Quando se trata dessas políticas públicas, o exemplo mais conhecido no Brasil é o Bolsa Família, programa federal. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome é o gestor do Bolsa Família em âmbito federal. No entanto, a gestão dos benefícios do programa é feita, normalmente, de forma descentralizada. No caso de o município ter firmado com o Ministério um termo de adesão ao programa, ele se torna responsável por ser o principal gestor junto aos beneficiários. A participação dos estados está mais voltada para a coordenação do programa nos municípios de seu território, estimulando a capacitação e a qualificação, fornecendo apoio técnico necessário à implementação do programa e articulando programas complementares ao Bolsa Família. Além do Bolsa Família, estados e municípios podem também oferecer à população programas estaduais ou municipais de transferência de renda. Esses programas podem ser concedidos para pessoas cuja renda está abaixo de um determinado patamar; em alguns casos, o benefício está também vinculado ao cumprimento de alguma condição, como a frequência à escola por parte das crianças da família (caso do Bolsa Família). Por fim, há também os benefícios universais, no formato da renda básica.	Cadastro Único / MDS Bases de dados dos governos locais

Elaboração: DIEESE



PARTE 3

**GUIA PARA
ANÁLISE LOCAL**

GUIA PARA ANÁLISE LOCAL

O objetivo do Observatório do Trabalho é a produção de conhecimento orientado para a intervenção na realidade. O processo de produção de conhecimento por um Observatório do Trabalho se organiza em torno de três eixos de trabalho que se justapõem.

- 1 Estruturação de bases de dados, produção e disseminação de informações:** compreende identificação, acesso, processamento e organização de bases de dados relevantes para a análise local, bem como a disponibilização dessas informações por meio de sistemas de consulta de acesso público. Essa disponibilização é uma estratégia de ampliação da capacidade analítica a partir dos indicadores produzidos pelo Observatório e de aproximação com outros interlocutores nas temáticas do mundo do trabalho.
- 2 Produção de estudos analíticos** sobre questões pertinentes ao desenvolvimento e ao mercado de trabalho local, visando aprofundar o conhecimento sobre determinadas situações-problema ou desafios, bem como acompanhar conjunturalmente o desempenho da economia e do mercado de trabalho local. Esta dimensão contempla, também, o levantamento bibliográfico, que pode ser de cunho histórico, documental, teórico, entre outros, a depender da questão que precisa ser entendida e aprofundada.
- 3 Discussão e elaboração com gestores e atores sociais de propostas para a ação pública:** a articulação com gestores e atores sociais e o incentivo a sua participação são alguns dos objetivos do Observatório do Trabalho. Nessa dimensão, o Observatório atua na formação e fortalecimento de espaços de participação social e do debate público sobre as questões do desenvolvimento e do trabalho local, com vistas à elaboração de propostas para a ação pública.

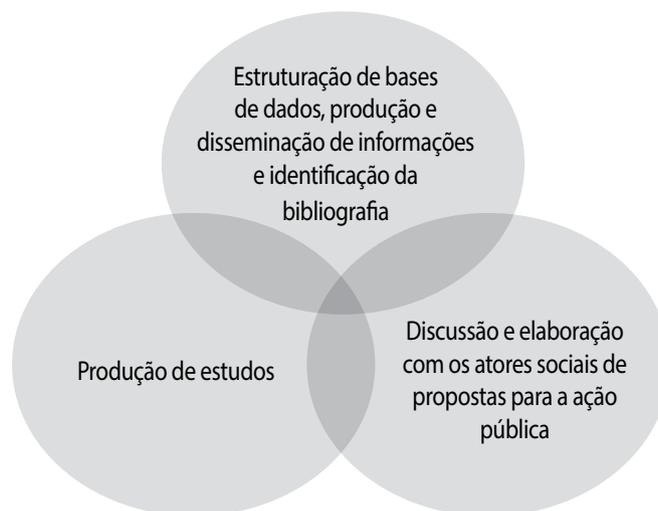
PARTE 3

GUIA PARA
ANÁLISE LOCAL

Embora, do ponto de vista da organização do trabalho, essas dimensões signifiquem diferentes momentos de produção, cada qual com planejamento e implicações técnicas específicas, há uma interação permanente entre elas durante o processo de produção do conhecimento. A Figura 1 expressa o modo de articulação dessas dimensões, destacando suas interconexões.

FIGURA 1

Dimensões de produção de conhecimento nos Observatórios do Trabalho



Elaboração: DIEESE

O processo de construção de conhecimento em um Observatório do Trabalho se vale do uso de diferentes metodologias, que podem ser utilizadas individualmente ou combinadas entre si.

- pesquisa quantitativa baseada em fontes de dados secundários;
- pesquisa quantitativa baseada em coletas primárias de informação, aplicando-se questionário padronizado. Através de técnicas de amostragem estatística, é possível a generalização dos resultados da pesquisa para o universo analisado;
- pesquisas qualitativas, por meio de grupos focais e entrevistas em profundidade, técnicas cuja finalidade é promover discussões estruturadas de temas sobre os quais se pretende refletir de forma mais aprofundada;
- estudos exploratórios, que podem contemplar também revisão bibliográfica e documental;
- diálogo social: a metodologia adotada pelos Observatórios do Trabalho visa fortalecer o espaço público de debate e a construção de políticas públicas, em particular de emprego, trabalho e renda. Para isso, aposta em processos que fortaleçam os pressupostos da democracia e participação, do diálogo social, do planejamento participativo e da pesquisa-ação, bem como a apropriação, pelos atores sociais e gestores públicos, das ferramentas utilizadas e dos conhecimentos produzidos. Nesse sentido, os atores podem contribuir em diversos momentos da construção de conhecimento: elegendo um tema (ou questão) prioritário para um estudo, pesquisa e/ou acompanhamento conjuntural; debatendo a pertinência de indicadores a partir da percepção individual; nos momentos de reflexão e debate de propostas de políticas públicas. Tais contribuições estão relacionadas com momentos distintos da produção do Observatório do Trabalho.

No capítulo a seguir serão apresentados os principais produtos e atividades desenvolvidos em cada uma dessas dimensões, procurando discutir tanto sua concepção como o papel que têm na construção do conhecimento, bem como elencar o que já foi elaborado pelos Observatórios do Trabalho, que pode ser tido como referência e ponto de partida.

PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES

IDENTIFICAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E DISSEMINAÇÃO

O Brasil é reconhecido internacionalmente como um país que produz um bom volume de estatísticas sobre o trabalho e com uma cultura bastante disseminada de uso de indicadores, os quais podem ser empregados, de acordo com sua finalidade, para a elaboração de diagnóstico acerca de diferentes problemas e/ou para o monitoramento e avaliação de políticas públicas. No processo de produção de informações estatísticas sobre o mercado de trabalho, os Observatórios do Trabalho definiram um método de produção de informação que visa contemplar o objetivo de apropriação pelos atores sociais na produção de conhecimento e ação.

Os Observatórios do Trabalho devem identificar as informações de interesse, aprofundar o conhecimento na sua metodologia e desenvolver mecanismos de integração das informações que, posteriormente, serão utilizadas nos estudos e demais produções técnicas do Observatório. Além disso, esses dados devem ser disseminados para o público interessado no debate sobre desenvolvimento local e mercado de trabalho.

1. IDENTIFICAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

As etapas iniciais de identificação e organização das informações estatísticas consistem na adoção de critérios científicos para a pesquisa de fontes estatísticas do mercado de trabalho e no cadastramento das informações obtidas. Essas duas ações são realizadas praticamente de forma simultânea, e o **levantamento é orientado em função dos temas relevantes e das questões prioritárias da agenda pública local**. Durante a identificação das fontes disponíveis que permitam a análise do mercado de trabalho procede-se o cadastramento interno por meio da **categorização temática** e do **Cadastro de Fontes de Variáveis (CFV)**.

1.1 CATEGORIZAÇÃO TEMÁTICA

Os Observatórios do Trabalho, com o objetivo de subsidiar os atores no diagnóstico da realidade do mercado de trabalho brasileiro e, conseqüentemente, contribuir para o aprimoramento das políticas públicas locais, utilizam indicadores sociais na produção de informações.

Nesse sentido, a **primeira etapa de organização das informações foi a elaboração de um quadro referencial com cinco dimensões temáticas de análise da realidade local**, que se desdobram em 45 subtemas, estabelecendo uma classificação dos indicadores segundo os aspectos a serem retratados, como visto na Parte 2 deste caderno. Após o levantamento dos temas relevantes e das questões prioritárias da agenda pública local, procede-se a identificação das fontes de informação disponíveis que permitam a análise do mercado de trabalho, abrangendo perfil, evolução e possíveis efeitos das políticas públicas. A partir dos

PARTE 3

PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES:
IDENTIFICAÇÃO, ORGANIZAÇÃO
E DISSEMINAÇÃO

CADERNO METODOLÓGICO
OBSERVATÓRIOS DO TRABALHO
CONHECER PARA TRANSFORMAR

temas identificados, é possível enumerar um conjunto de pesquisas de abrangência nacional que permitam elaborar diagnósticos acerca da dinâmica socioeconômica e do mercado de trabalho. No *Encarte* pode ser encontrada uma lista que sintetiza um esforço preliminar de mapeamento dessas bases de dados⁵.

1.2 CADASTRO DE FONTES E VARIÁVEIS (CFV)

Um recurso utilizado na organização do trabalho técnico do Observatório é a sistematização de um Cadastro de Fontes e Variáveis (CFV), com a listagem de todas as bases de dados e fontes disponíveis para cada temática.

O *Encarte* apresenta uma primeira sistematização de **fontes de dados** já utilizadas pelos Observatórios do Trabalho a partir de dados disponíveis em âmbito nacional, separados por dimensões analíticas e temáticas, e também uma breve descrição das **principais variáveis e indicadores** analisados em cada temática. Sugere-se que esse esforço de sistematização siga sendo adaptado e aperfeiçoado pelos Observatórios do Trabalho locais.

A elaboração de um CFV deve ser considerada a partir das perspectivas apresentadas a seguir.

- apesar de ser o ponto de partida, este trabalho não deve ser feito uma única vez, devendo ser constantemente atualizado;
- é importante que esse trabalho não se restrinja a identificar as informações disponíveis em pesquisas regulares de âmbito nacional que possibilitam recortes para o território ou entorno, mas que também avance na investigação de informações produzidas na localidade, como registros administrativos criados pelo próprio governo para fins de gestão e que podem ser estatisticamente explorados;
- a construção de um CFV deve ser debatida com os gestores e demais atores sociais envolvidos com as políticas públicas da localidade, para que estes possam sugerir alterações do ponto de vista temático ou inclusão de outras bases de dados.

Vale salientar que toda produção de conhecimento é coletiva e permanente. Diferentes formas de sistematizar, registrar e recuperar o conhecimento produzido são constantemente desenvolvidas e, mais recentemente, potencializadas pelas Tecnologias de Informação e Comunicação. Nesse sentido, toda produção de conhecimento é uma “produção em rede”, e os Observatórios do Trabalho têm um papel fundamental no mapeamento, organização e disseminação das informações e do conhecimento produzido acerca dos temas e territórios do seu escopo de atuação.

1.3 IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES: BASES DE DADOS⁶ PARA A ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO LOCAL

No Brasil existem diversas fontes produtoras de informações estatísticas sobre o mercado de trabalho; contudo, estas são produzidas e divulgadas por diferentes órgãos, públicos e privados, com metodologias distintas, e é necessário um esforço de organização para facilitar seu uso.

5. Os endereços eletrônicos para consulta das principais fontes de informação, bem como outros *links* úteis para o trabalho nos Observatórios do Trabalho encontram-se nas Referências Bibliográficas.

6. A expressão “base de dados” é utilizada no texto para referir-se aos diferentes tipos de fonte de informação: pesquisas, registros etc. Nas Referências Bibliográficas são mencionados endereços da internet nos quais se pode obter informações adicionais sobre as pesquisas e registros administrativos apresentados neste capítulo.

De acordo com a sua natureza, as bases de dados disponíveis para a análise do mercado de trabalho local podem ser divididas em dois tipos principais.

1. **Pesquisas domiciliares:** tipo de levantamento em que pesquisadores se deslocam até a residência dos entrevistados, para obter informações dos moradores por meio da aplicação de um questionário, instrumento de coleta que reúne um conjunto prévio de quesitos selecionados para captar aspectos específicos da realidade social e do trabalho, entre outros. No Brasil, as principais instituições produtoras desse tipo de informação são o IBGE e o DIEESE.

2. **Registros administrativos:** são bases de dados cadastrais criadas para controle administrativo e registro legal (JANNUZZI, 2009). Todavia, sua estrutura, detalhamento e alcance permitem a produção de indicadores sociais. Diferentemente das pesquisas domiciliares, que têm como unidade de análise o domicílio de residência do trabalhador, nos registros administrativos a unidade passa a ser o estabelecimento⁷, empregador ou o órgão responsável pela gestão de determinada política pública, que tem a obrigação legal de fornecer informações por meio do preenchimento de formulários, em geral eletrônicos. No tema trabalho, é recorrente o uso das bases de dados do Ministério do Trabalho, de abrangência nacional, mas há, também, registros da administração local que, certamente, são úteis aos Observatórios do Trabalho. Entre as vantagens dos registros administrativos, pode-se citar uma maior abrangência e diversidade temática no nível municipal, dificilmente alcançada por pesquisas domiciliares amostrais, além da identificação da unidade de análise (estabelecimentos, trabalhadores etc.), possibilitando descrições estatísticas mais robustas e permitindo que o observador estabeleça relações entre registros administrativos, como, por exemplo, Rais e Seguro-Desemprego.

O CFV descreve as principais informações dos dados obtidos nas fontes produtoras. Trata-se de um arquivo individualizado no formato de planilha eletrônica categorizada para todos os dados levantados. Algumas das categorias utilizadas, bem como a definição, são apresentadas a seguir⁸.

- **Unidade de análise:** unidade a partir da qual é observado um conjunto de atributos;
- **Periodicidade de divulgação:** permite saber se o dado pode ser usado como fonte para acompanhamento estrutural ou conjuntural;
- **Amplitude da série histórica:** refere-se ao período de tempo em que é possível comparar os dados;
- **Abrangência e nível de desagregação geográfica:** indica a extensão e o nível máximo de desagregação geográfica possível da base de dados.

O tamanho e a diversidade das bases de dados existentes no país, aliados ao uso de computadores, tornam indispensável o **tratamento estatístico** dos dados coletados, desde uma simples sumarização em tabelas de contingência até a adoção de uma técnica estatística mais sofisticada. Desse modo, inevitavelmente, o trabalho técnico nos Observatórios passa por:

- **conhecer os fundamentos estatísticos:** estatística descritiva, procedimentos de consistência das bases de dados, domínio razoável de planejamento amostral e técnicas de amostragem, modelagem estatística etc.;

7. Estabelecimento, a rigor, não é sinônimo de empresa, pois uma mesma empresa pode ter um ou mais estabelecimentos (unidade local). Entretanto, quanto menor for seu porte, maior será a convergência entre o número de estabelecimentos e de empresas. É de se esperar que grandes empresas se ramifiquem em um maior número de estabelecimentos do que as microempresas.

8. Além dessas características destacadas, existem também os aspectos técnicos relativos às pesquisas amostrais, que também devem ser considerados.

PARTE 3

PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES:
IDENTIFICAÇÃO, ORGANIZAÇÃO
E DISSEMINAÇÃO

■ compreender a documentação referente à base de dados:

- > metodologia;
- > instrumentos de coleta (questionários, formulários etc.);
- > dicionários de variáveis;
- > notas técnicas, frequentemente divulgadas pelos produtores das informações.

No que diz respeito aos aspectos metodológicos das bases de dados, além do conhecimento da natureza das fontes, o pesquisador deve ter clareza das **possibilidades de interpretação**.

Quanto à **forma de acesso** a essas bases, deve-se considerar que elas podem ser:

- de acesso público ou restrito; é preciso verificar se são constituídas de dados totalmente brutos, sem análise de consistência ou apuração prévia;
- de acesso público (disponibilizadas a partir de um plano tabular definido pela própria instituição produtora) ou pela internet, cujo uso é permitido mediante a cessão de *login* e senha;
- de acesso público por meio de microdados⁹ desidentificados; elas permitem a elaboração das tabulações especiais desejadas pelo próprio pesquisador. Entretanto, torna-se necessária, para a leitura dos microdados, a utilização de pacotes estatísticos como o R, SPSS®, Stata®, SAS®, entre outros;
- de acesso restrito, obtidas a partir da assinatura de um termo de responsabilidade, comprometendo-se o solicitante a preservar o sigilo dos microdados identificados.

Vale ressaltar que a equipe técnica dos Observatórios do Trabalho, responsável por manusear regularmente as bases de dados, deve ter a responsabilidade, como usuário técnico, de sistematizar e encaminhar sugestões para seu aprimoramento, contribuindo sobretudo para uma melhor coleta ou preenchimento.

O objetivo das próximas seções é reunir as principais características das pesquisas domiciliares e dos registros administrativos comumente utilizados pelos Observatórios do Trabalho¹⁰.

1.3.1 PESQUISAS DOMICILIARES SOBRE MERCADO DE TRABALHO¹¹

Em relação a um conjunto de características, as pesquisas domiciliares também se diferenciam entre si. Duas das mais importantes diferenças são o período de coleta e a abrangência geográfica. Embora os levantamentos censitários costumem ocorrer em intervalos de tempo maior, eles permitem a desagregação de alguns indicadores ao nível do município. As pesquisas regulares ou contínuas reduzem a defasagem temporal dos indicadores, porém o desenho da amostra não permite alcançar a maioria dos municípios. Para além dos aspectos discutidos anteriormente, como abrangência geográfica, periodicidade da pesquisa, entre outros, as semelhanças e diferenças entre as pesquisas devem ser analisadas segundo alguns aspectos:

- população investigada, segundo idade mínima para o trabalho ou intervalo considerado da População em Idade Ativa;
- definição do que é considerado trabalho (com geração de rendimento para o domicílio ou não);
- definição de ocupação no período de referência;

⁹ "Microdados consistem no menor nível de desagregação dos dados de uma pesquisa, retratando, sob a forma de códigos numéricos, o conteúdo dos questionários, preservado o sigilo das informações. Os microdados possibilitam aos usuários, com conhecimento de linguagens de programação ou softwares de cálculo, criar suas próprias tabelas" (IBGE).

¹⁰ O Quadro 4 traz um quadro-resumo com as principais potencialidades e limitações das diferentes bases de dados.

¹¹ Esta seção utiliza os conceitos apresentados nas notas metodológicas do IBGE.

- definição de trabalho principal;
- definição de desocupação / procura por trabalho (que, juntamente com a população ocupada, comporá a população na força de trabalho, ou a população economicamente;
- definição de rendimento no trabalho.

Essas diferenças metodológicas implicam diferentes possibilidades e limitações na utilização das informações e dos indicadores produzidos a partir das pesquisas, e cabe ao pesquisador estar atento a essas diferenças. A seguir, apresenta-se um apanhado das principais características e definições dessas pesquisas de acordo com as informações mais relevantes ao trabalho cotidiano dos Observatórios, baseadas em informações obtidas nas notas metodológicas das fontes de dados.

PESQUISAS DO IBGE

□ CENSO DEMOGRÁFICO

- **Contexto da pesquisa:** trata-se de uma das primeiras pesquisas realizadas pelo IBGE. Inicialmente foi planejada quase exclusivamente com o objetivo de promover a contagem da população residente no território nacional. Ao longo do tempo, foi aprimorada, englobando outros temas, como características da população e condições de habitação domiciliar. O Censo constitui uma das mais importantes referências para a definição de políticas públicas, sendo fundamental para o trabalho dos Observatórios, particularmente para as análises estruturais. Nesse sentido, é uma pesquisa de abrangência temática ampla, compreendendo tanto características da habitação, do trabalho e rendimento, quanto características demográficas e de educação, migração, nupcialidade e fecundidade. Para muitos municípios brasileiros, o Censo Demográfico é a única base de dados que permite a investigação de todo o contingente de ocupados (assalariados e não assalariados) e desocupados.
- **Unidade de análise:** domicílio, família e população residente.
- **Periodicidade de divulgação:** decenal, com coleta nos meses de julho.
- **Amplitude da série histórica:** há registro de censo demográfico realizado ainda no período colonial. Levantamento decenal desde 1940. Para efeito comparativo, é muito comum o uso dos censos de 1991, 2000 e 2010.
- **Abrangência geográfica:** nacional.
- **Nível de desagregação geográfica dos resultados:** municipal, com possibilidade de desagregação intramunicipal (a partir dos microdados) sujeita a critérios de significância estatística (ver seção *Características metodológicas*). Possibilidade do georreferenciamento da informação intramunicipal.
- **Características metodológicas:**
 - Universo e amostra:** no Censo Demográfico são aplicados dois tipos de questionário.
 1. *Questionário básico*, com cerca de 40 quesitos e aplicado a todas as unidades domiciliares. Investiga características básicas dos domicílios e de seus moradores.
 2. *Questionário da amostra*, com aproximadamente 110 quesitos e aplicado a unidades domiciliares selecionadas probabilisticamente. Além dos itens do questionário básico, são investigadas outras características dos domicílios, como informações sociais, econômicas e demográficas específicas para cada um dos moradores.

Com isso, a base de dados do Censo Demográfico está distribuída em duas partes: a do universo, formada pela parte comum dos dois tipos de questionário e cujas informações estão acessíveis somente através do Sistema IBGE de Recuperação Automá-

PARTE 3

PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES:
IDENTIFICAÇÃO, ORGANIZAÇÃO
E DISSEMINAÇÃO

tica (Sidra); e a parte amostral, disponível nos Resultados Gerais da Amostra do Sidra e nos microdados.

É importante destacar que pode haver mudanças nos quesitos investigados entre diferentes Censos, de modo que algumas informações podem não ter comparação¹².

Nível de desagregação geográfica dos resultados: o menor nível de desagregação exigido para a divulgação das informações do Censo são as áreas de ponderação, conjunto de setores censitários sobre os quais se aplicam os procedimentos de calibração das estimativas com base nas informações conhecidas para a população total. Os municípios são formados por uma ou mais áreas de ponderação, e cada uma dessas áreas teve uma fração amostral previamente determinada com o objetivo de garantir um tamanho amostral suficiente para a divulgação dos resultados e permitir a divulgação das estimativas até o nível de divisões administrativas intramunicipais (distritos e subdistritos). As frações amostrais aplicadas a cada uma das áreas de ponderação estão disponíveis em conjunto nos arquivos de microdados.

Informações sobre as famílias: uma vez que um mesmo domicílio pode conter mais de um núcleo familiar, as informações sobre famílias são obtidas com a seleção do arranjo familiar na indicação domiciliar.

Desagregação da informação e precisão das estimativas: por ser um procedimento amostral, ainda que os microdados permitam a desagregação das informações da base de dados, nem todas essas informações serão estatisticamente significativas. O pesquisador deverá seguir as recomendações das notas técnicas da base para o cálculo do intervalo de confiança, que assegurará a confiabilidade da informação.

População investigada para o tema trabalho: 10 anos ou mais de idade.

Semana de referência: última semana de julho.

Trabalho: abrange como atividade econômica o exercício de:

- a) ocupação remunerada em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.) na produção de bens ou serviços;
- b) ocupação remunerada em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.) no serviço doméstico;
- c) ocupação sem remuneração na produção de bens e serviços, desenvolvida como ajuda na atividade econômica, no setor privado, de morador do domicílio;
- d) ocupação desenvolvida na produção de bens, compreendendo as atividades da agricultura, pecuária, caça, produção florestal, pesca e aquicultura, destinados somente à alimentação de, pelo menos, um morador do domicílio.

Ocupados: pessoas que:

- a) na semana de referência, trabalharam durante pelo menos uma hora completa em algum trabalho;
- b) tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas nessa semana.

Considerou-se como “ocupada temporariamente afastada de trabalho remunerado” a pessoa que não trabalhou durante pelo menos uma hora completa na semana de referência por motivo de férias, licença remunerada pelo empregador ou por instituto de previdência, falta voluntária ao trabalho, greve, suspensão temporária do contrato de trabalho, doença, más condições do tempo, quebra de máquina, limitação de produção ou qualquer outro impedimento independente da vontade da pessoa.

12. Por exemplo, na comparação dos Censos de 2000 e de 2010, têm-se as seguintes diferenças na investigação das questões: i) sobre as pessoas com deficiência: em 2000, investigaram-se tipos específicos de paralisia física, total ou em partes do corpo ou falta de membros do morador; ainda em 2000, o quesito que investigou deficiência mental permanente estava em um quesito exclusivo; já em 2010 apenas investigou-se se o morador possuía deficiência física/intelectual permanente em um único quesito; ii) sobre rendimentos: em 2010, a parcela “rendimentos de outras fontes, aposentadoria, pensão, aluguel, pensão alimentícia, mesada, doação recebida de não morador, Bolsa Família, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), outros programas sociais ou de transferência de renda, juros, poupança, aplicações financeiras, previdência privada” foi investigada em quesitos diferentes, mas com um único valor para todos eles; em 2000, porém, o quesito do valor recebido foi investigado separadamente para cada um deles.

Trabalho principal: considerou-se como principal o único trabalho que a pessoa tinha na semana de referência. Para a pessoa que tinha mais de um trabalho na semana de referência, ou seja, para a pessoa ocupada em mais de um empreendimento nessa semana, adotaram-se os seguintes critérios, na ordem enumerada, para definir o principal:

1. o trabalho principal era aquele ao qual a pessoa habitualmente dedicava maior número de horas por semana;
2. no caso de igualdade no número de horas trabalhadas, o trabalho principal era aquele que proporcionava habitualmente o maior rendimento mensal;
3. no caso de igualdade também no rendimento, o trabalho principal era aquele com mais tempo de emprego.

Pessoas desocupadas: considerou-se desocupada na semana de referência a pessoa sem trabalho nessa semana, mas que estava disponível para assumir um trabalho nesses sete dias e que tomou alguma providência efetiva para conseguir trabalho no período de referência de 30 dias, sem ter tido qualquer trabalho ou após ter saído do último trabalho nesse período.

Investigação do município de trabalho: essa pesquisa investiga se há distinção entre o domicílio de residência do indivíduo e a localidade onde ele efetivamente exerce a atividade laboral.

Classificação de ocupações: as ocupações foram classificadas utilizando-se a Classificação Brasileira de Ocupações Domiciliar (CBO-Domiciliar), que é uma adaptação da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) para as pesquisas Domiciliares. A CBO-Domiciliar se mantém idêntica à CBO no nível mais agregado (grande grupo) e reagrupa algumas famílias ocupacionais, subgrupos e subgrupos principais, considerando com precisão as dificuldades de sua captação em pesquisas domiciliares.

Classificação de atividades: as atividades foram classificadas utilizando-se a Classificação Nacional de Atividades Econômicas Domiciliar (Cnae-Domiciliar), que é uma adaptação da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (Cnae 2.0) para as pesquisas domiciliares. A Cnae-Domiciliar se mantém idêntica à Cnae 2.0 nos níveis mais agregados (seção e divisão, com exceção das divisões do comércio em que não se distinguem o varejo e o atacado), reagrupa classes em que o detalhamento foi considerado inadequado para as pesquisas domiciliares e desagrega algumas atividades de serviços que têm nestas pesquisas sua única fonte de cobertura.

Rendimentos: as pesquisas domiciliares captam dois tipos de rendimento:

- a) rendimento mensal do trabalho: para os empregados e trabalhadores domésticos, a remuneração bruta mensal a que normalmente teriam direito trabalhando o mês completo ou, quando o rendimento era variável, a remuneração média mensal referente ao mês de referência; para os empregadores e para os trabalhadores por conta própria, a retirada mensal normalmente feita ou, quando o rendimento era variável, a retirada média mensal referente ao mês de referência;
- b) rendimento mensal de outras fontes: aposentadoria ou pensão de instituto de previdência do Governo Federal ou de outros institutos, aluguel, doação, juros de caderneta de poupança e de outras aplicações financeiras, entre outros rendimentos, nos quais estão incluídos os provenientes de programa normalmente recebido: programa oficial de auxílio educacional, como o Bolsa Escola, ou social, como Renda Mínima, Bolsa Família, PETI, Benefício de Prestação Continuada (BPC-LOAS), entre outros).

Com base nisso, é possível calcular os tipos de rendimento (Quadro 2).

- **Principais informações utilizadas pelos Observatórios do Trabalho:** ver quadro temático no *Encarte*.

■ Formas de acesso:

Tabulações: <http://www.sidra.ibge.gov.br/>

Microdados: <ftp://ftp.ibge.gov.br/>

QUADRO 2 Tipos de rendimentos

Tipo	Descrição
Rendimento mensal	A soma do rendimento mensal de trabalho com o proveniente de outras fontes constituiu o rendimento mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade.
Rendimento mensal familiar	Considerou-se como rendimento mensal familiar a soma dos rendimentos mensais dos componentes da família, exclusive os das pessoas de menos de 10 anos de idade e os daquelas cuja condição na família fosse de pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.
Rendimento mensal familiar <i>per capita</i>	Considerou-se como rendimento mensal familiar <i>per capita</i> a divisão do rendimento mensal familiar pelo número de componentes da família, exclusive aqueles cuja condição na família fosse de pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.
Rendimento mensal domiciliar	Considerou-se como rendimento mensal domiciliar a soma dos rendimentos mensais dos moradores da unidade domiciliar, exclusive os das pessoas de menos de 10 anos de idade e os daquelas cuja condição na unidade domiciliar fosse de pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.
Rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i>	Considerou-se como rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> a divisão do rendimento mensal domiciliar pelo número de membros da unidade domiciliar, exclusive aqueles cuja condição na unidade domiciliar fosse de pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Fonte: IBGE. Notas metodológicas. Elaboração: DIEESE

□ PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS (PNAD)

- **Contexto da pesquisa:** a pesquisa obtém informações anuais sobre características demográficas e socioeconômicas da população. Apesar da previsão de encerramento em 2016 (a depender da consolidação da Pnad Contínua, que a substituirá; ver seção a seguir), a Pnad apresenta séries históricas importantes para a caracterização dos territórios abrangidos pela pesquisa, bem como para a análise da dinâmica do mercado de trabalho nacional. É uma pesquisa de abrangência temática ampla, captando características do domicílio, além de trabalho e rendimentos.
- **Unidade de análise:** domicílio, família e população residente.
- **Periodicidade de coleta e de divulgação:** anual para os temas permanentes da pesquisa e variável para os temas suplementares e especiais, exceto em anos de Censo Demográfico e coleta nos meses de setembro.
- **Amplitude da série histórica:** teve início em 1967, mas com abrangência geográfica bastante restrita. A partir de 1981, apesar da progressiva ampliação da cobertura geográfica, não captava ainda a área rural da Região Norte. No ano de 1992, a pesquisa alterou o conceito de ocupado, bastando para ser considerado como tal ter realizado apenas uma hora ou mais de trabalho na semana, quando antes o mínimo era de uma jornada de 15 horas semanais. Essa mudança tornou praticamente incomparável a Pnad de 1992 em diante com a dos anos anteriores. Em 2004, passa a ter cobertura plena, incorporando a área rural da antiga Região Norte do Brasil (incluindo os estados de Roraima, Rondônia, Amazonas, Pará, Acre e Amapá).

PARTE 3

PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES:
IDENTIFICAÇÃO, ORGANIZAÇÃO
E DISSEMINAÇÃO

- **Abrangência geográfica:** todo o território nacional (150 mil unidades domiciliares por ano em 1.100 municípios).
- **Nível de desagregação geográfica dos resultados:** Brasil, grandes regiões, unidades da Federação e regiões metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre.
- **Características metodológicas:**

Desagregação da informação e a precisão das estimativas: por ser obtida a partir de uma amostra, ainda que os microdados permitam a desagregação das informações, nem todas elas serão estatisticamente significativas. O pesquisador deverá comparar as informações geradas com os respectivos coeficientes de variação, conforme as notas metodológicas das bases de dados, o que assegurará a confiabilidade da informação e possibilitará seu uso.

Informações sobre famílias: uma vez que um mesmo domicílio pode conter mais de um núcleo familiar, é preciso selecionar a pessoa de referência da família para obter estimativas de informações familiares.

População investigada para o tema trabalho: 10 anos ou mais.

Semana de referência: última semana completa de setembro.

Trabalho: trabalho é o exercício de:

- a) ocupação remunerada em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas etc.) na produção de bens e serviços;
- b) ocupação sem remuneração na produção de bens e serviços, desenvolvida durante pelo menos uma hora na semana em ajuda a membro da unidade domiciliar que tivesse trabalho como: empregado na produção de bens primários (que compreendem as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura); trabalhador por conta própria ou empregador em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo; aprendiz ou estagiário;
- c) ocupação desenvolvida durante pelo menos uma hora na semana: na produção de bens primários (que compreendem as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura) destinados à própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar; na construção de edificações, estradas privadas, poços e outras benfeitorias (exceto as obras destinadas unicamente à reforma) para o próprio uso de pelo menos um membro da unidade domiciliar.

Ocupados: pessoas que, na semana de referência, trabalharam:

- a) em trabalho remunerado em dinheiro, produtos ou mercadorias;
- b) em trabalho sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana:
 - > em ajuda a membro da unidade domiciliar que era empregado na produção de bens primários (que compreendem as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura); por trabalhador por conta própria ou empregador;
 - > em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo;
 - > como aprendiz ou estagiário; na produção de bens primários (que compreendem as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura) destinados exclusivamente à própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar; na construção de edificações, estradas privadas, poços e outras benfeitorias (exceto as obras destinadas unicamente à reforma) para o próprio uso de pelo menos um membro da unidade domiciliar.

Também são consideradas ocupadas as pessoas que, na semana de referência, estavam afastadas, temporariamente, de um trabalho remunerado.

Trabalho principal: único trabalho que a pessoa teve na semana de referência. Para a pessoa que tinha mais de um trabalho na semana de referência, considerou-se aque-

PARTE 3

PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES:
IDENTIFICAÇÃO, ORGANIZAÇÃO
E DISSEMINAÇÃO

le de maior tempo de permanência no período de referência de 365 dias. Em caso de igualdade no tempo de permanência nesse período de referência, o trabalho remunerado tinha prioridade sobre o sem remuneração. Entre os trabalhos remunerados com o mesmo tempo de permanência, considerou-se como principal aquele em que a pessoa normalmente dedicava maior número de horas semanais. Esse mesmo critério foi adotado quando a pessoa somente exerceu trabalhos sem remuneração e houve coincidência nos tempos de permanência nesses trabalhos. Em caso de igualdade também no número de horas semanais trabalhadas, o trabalho principal é aquele que normalmente proporcionava o maior rendimento.

Pessoas desocupadas: pessoas que estavam sem trabalho na semana de referência e, nesse período, haviam tomado alguma providência efetiva para conseguir trabalho.

Investigação do município de trabalho: ver seção *Censo Demográfico*.

Classificação de ocupações: ver seção *Censo Demográfico*.

Classificação de atividades: ver seção *Censo Demográfico*.

Rendimentos: ver seção *Censo Demográfico*.

Pesquisas suplementares: temas especiais ou investigação complementar de temas existentes, sendo os mais recentes:

- a) 2013: segurança alimentar e acesso à tecnologia da informação e comunicação;
- b) 2014: acesso ao Cadastro Único do Governo Federal, inclusão produtiva, mobilidade sócio-ocupacional, qualificação profissional (em parceria entre IBGE, MDS e MEC);
- c) 2015: sindicalização, algumas características das relações de trabalho dos moradores de 16 anos de idade ou mais, religiosidade, participação política social, prática de esporte e atividade física (em parceria entre IBGE, Ministério dos Esportes, MTb, OIT).

Pesquisas especiais: por sua natureza podem demandar tratamento especial, inclusive com o desenho da amostra distinto da Pesquisa Básica; o último exemplo é a pesquisa de Mobilidade Sócio-ocupacional de 2014.

■ **Principais informações utilizadas pelos OTs:** ver quadro temático no *Encarte*.

■ **Acesso:**

Tabulações: <http://www.sidra.ibge.gov.br/>

Microdados: <ftp://ftp.ibge.gov.br/> - pasta "Trabalho e Rendimento"

PARTE 3

PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES:
IDENTIFICAÇÃO, ORGANIZAÇÃO
E DISSEMINAÇÃO

□ PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA (PNAD CONTÍNUA)

■ **Contexto da pesquisa:** no âmbito do Projeto de Reformulação das Pesquisas Domiciliares Amostrais do IBGE, está em fase de implantação o Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares (SIPD)¹³. No âmbito desse sistema, a primeira pesquisa implantada, em 2012, foi a Pnad Contínua, que substituirá a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) e a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), potencializando os resultados produzidos por ambas e agregando, em relação à primeira, a disponibilização de informações sobre trabalho com periodicidade de divulgação, o que permitirá a análise conjuntural de alguns temas; em relação à PME, a cobertura abrangerá o território nacional. Enquanto a Pnad Contínua se consolida, o IBGE vem mantendo paralelamente a divulgação da Pnad e da PME. É importante salientar que não haverá encadeamento da série da Pnad Contínua com nenhuma das pesquisas que ela visa substituir, uma vez que existem mudanças

13. Entre os motivos para a integração das pesquisas domiciliares, estão: i) a produção de indicadores de curto prazo sobre trabalho e rendimento com abrangência nacional; ii) harmonização metodológica que visa uniformizar os conceitos e classificações dos indicadores produzidos pelo IBGE; iii) facilitar a combinação, regularização e ampliação da cobertura do ponto de vista temático, amostral e de estimativas geradas; iv) a otimização de alocação de recursos disponíveis. Atualmente, além da Pnad Contínua, o sistema conta com a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) e a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF)

metodológicas consideráveis. Para permitir comparações internacionais, os conceitos de emprego e de desemprego utilizados na Pnad Contínua foram definidos a partir das recomendações internacionais da OIT, adotadas na última Conferência Internacional dos Estatísticos do Trabalho (19ª Ciet), realizada em Genebra em outubro de 2013.

Em relação à Pnad, esta pesquisa tem uma abrangência temática mais restrita, com enfoque em trabalho e rendimento, associados a características demográficas e de educação. Além disso, haverá outros temas permanentes (migração, fecundidade) e temas suplementares.

- **Unidade de análise:** domicílio e população residente.
- **Periodicidade de coleta e de divulgação:** captação mensal contínua e divulgação variada (ver item *Características metodológicas*).
- **Amplitude da série histórica:** desde o 1º trimestre de 2012.
- **Abrangência geográfica:** todo o território nacional (211.344 unidades domiciliares por trimestre em 3.500 municípios).
- **Nível de desagregação geográfica dos resultados:** Brasil, grandes regiões, unidades da Federação, 20 Regiões Metropolitanas que contêm municípios das capitais (Manaus, Belém, Macapá, São Luís, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife, Maceió, Aracaju, Salvador, Belo Horizonte, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre, Vale do Rio Cuiabá e Goiânia) e a Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina. Porém, cada desagregação territorial possui divulgação de indicadores com temporalidade variada (ver item *Características metodológicas*).

■ **Características metodológicas**

A implantação da Pnad Contínua substituirá a PME e a Pnad. Assim, ela tem o papel de permitir o acompanhamento tanto das flutuações de curto prazo no mercado de trabalho, como da evolução de médio e longo prazo. Com um plano amostral mais amplo do que as pesquisas anteriores, a Pnad Contínua possibilitará maiores desagregações regionais do que elas. De acordo com a metodologia amostral da pesquisa, a periodicidade da divulgação dos resultados, segundo indicadores e recortes regionais, está prevista da seguinte maneira:

- a) mensal, para um conjunto restrito de indicadores relacionados à força de trabalho (somente para o nível geográfico Brasil);
- b) trimestral, para outros indicadores relacionados à força de trabalho (Brasil, grandes regiões e unidades da Federação) e para um conjunto restrito de indicadores relacionados à força de trabalho (regiões metropolitanas e capitais);
- c) anual, para os demais temas permanentes da pesquisa e indicadores complementares relacionados à força de trabalho (em todos os níveis de desagregação geográfica);
- d) variável, para outros temas ou tópicos dos temas permanentes a serem pesquisados.

Desagregação da informação e a precisão das estimativas: ver a seção *Pnad*.

População investigada para o tema trabalho: 14 anos de idade ou mais.

Semana de referência: semana imediatamente anterior à definida para a entrevista.

Trabalho: abrange:

- a) trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.) na produção de bens ou serviços;
- b) trabalho sem remuneração direta na produção de bens e serviços e em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio;
- c) trabalho na produção de bens e serviços destinados somente ao próprio consumo ou uso das pessoas moradoras do domicílio;
- d) trabalho voluntário;
- e) trabalho sem remuneração no cuidado de pessoas;
- f) trabalho nos afazeres domésticos.

PARTE 3

PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES:
IDENTIFICAÇÃO, ORGANIZAÇÃO
E DISSEMINAÇÃO

Os itens **a** e **b** apresentam as formas de trabalho que geram rendimento para o domicílio e que serão adotadas para definir a força de trabalho. Os resultados trimestrais do tema trabalho serão baseados nesse conceito e os anuais, no conceito que abrange todas as formas de trabalho.

Pessoas ocupadas: pessoas que, na semana de referência, trabalharam durante pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.) na produção de bens ou serviços, ou em trabalho sem remuneração direta em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio, ou, ainda, as pessoas que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas nessa semana. Consideram-se como ocupadas temporariamente afastadas de trabalho remunerado as pessoas que não trabalharam durante pelo menos uma hora completa na semana de referência por motivo de: férias, folga, jornada de trabalho variável, licença-maternidade e fatores ocasionais. Assim também foram consideradas as pessoas que, na data de referência, estavam, por período inferior a quatro meses: afastadas do trabalho em licença remunerada por motivo de doença ou acidente da própria pessoa ou outro tipo de licença remunerada; afastadas do próprio empreendimento sem ser remuneradas por instituto de previdência; em greve ou paralisação. Além disso, também foram consideradas ocupadas as pessoas afastadas por motivos diferentes dos já citados, desde que tivessem continuado a receber ao menos uma parte do pagamento e o período transcorrido do afastamento fosse inferior a quatro meses.

Trabalho principal: único trabalho que a pessoa teve na semana de referência. Para a pessoa que teve mais de um trabalho na semana de referência, considerou-se aquele em que normalmente a pessoa trabalhava o maior número de horas semanais. Em caso de igualdade no número de horas, foi considerado principal aquele que normalmente proporcionava maior rendimento mensal. Em caso de igualdade no rendimento mensal normalmente recebido, considerou-se aquele em que houve mais tempo de permanência, contado até o final da semana de referência.

Pessoas desocupadas: pessoas que estavam sem trabalho gerador de rendimentos para o domicílio na semana de referência e que tomaram alguma providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias e que estavam disponíveis para assumi-lo nessa semana. Consideram-se também como desocupadas as pessoas sem trabalho na semana de referência que não tomaram providência efetiva para conseguir trabalho no período de referência de 30 dias porque já haviam conseguido trabalho que iriam começar após a semana de referência.

Classificação de ocupações: ver a seção *Censo Demográfico*.

Classificação de atividades: ver a seção *Censo Demográfico*.

Rendimentos: ver a seção *Censo Demográfico*.

■ **Notas metodológicas disponíveis em:** ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Notas_metodologicas/notas_metodologicas.pdf

■ **Principais informações utilizadas pelos OTs:** ver quadro temático no *Encarte*.

■ **Acesso:**

Tabulações: www.ibge.gov.br

Microdados: <ftp://ftp.ibge.gov.br/> - pasta "Trabalho e Rendimento"

> Importante: o cronograma de implantação da Pnad Contínua prevê a divulgação gradual de outros indicadores, sendo que alguns não estavam ainda disponíveis no momento de elaboração do presente Caderno Metodológico. Assim, é recomendável que haja o acompanhamento destes novos indicadores, bem como a leitura atenta da metodologia da pesquisa para investigação do potencial analítico destas informações diretamente no site do IBGE.

PARTE 3

PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES:
IDENTIFICAÇÃO, ORGANIZAÇÃO
E DISSEMINAÇÃO

PESQUISAS DO DIEESE

□ PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO (PED)

■ **Contexto da pesquisa:** é um levantamento domiciliar contínuo, realizado mensalmente com o objetivo de gerar estatísticas sobre a inserção da produtividade da população. Na Região Metropolitana de São Paulo a pesquisa é realizada desde 1984 em convênio entre o DIEESE e a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade). O reconhecimento da importância da PED como instrumento de análise da realidade socioeconômica concretizou-se com solicitações da implantação da pesquisa em outras regiões do país, a partir de 1987. Em 1993 o Codefat, por meio das Resoluções nº 54 e nº 55, reconheceu a adequação da metodologia da PED para retratar o mercado de trabalho e passou a viabilizar o financiamento parcial do campo de pesquisas que utilizassem a sua metodologia¹⁴.

A metodologia da PED difere das demais pesquisas domiciliares apresentadas anteriormente, uma vez que procura captar as dinâmicas particulares de um mercado de trabalho pouco estruturado, com grande disponibilidade de mão de obra, uma estrutura produtiva heterogênea entre as empresas (tamanho, tecnologia, participação no mercado etc.), elevada informalidade no mercado de trabalho, entre outras características. Para a metodologia da PED, a dinâmica de um mercado de trabalho com essas características não é suficientemente captada se forem adotadas as noções usuais de emprego e desemprego.

O projeto PED vem sendo apoiado pelo Ministério do Trabalho desde 1993. A partir de 2005, tem recebido apoio para desenvolver metodologias, como, por exemplo, para dimensionar a qualificação profissional da população metropolitana, ajuste sazonal e novos indicadores regionais em relação à terceirização e à informalidade. No momento de confecção deste Caderno Metodológico, a PED está em processo de atualização metodológica que prevê diversificação temática e capacidade de produzir dados para a análise local, mantendo o entendimento de que o trabalho é uma variável ordenadora do espaço territorial¹⁵.

A abrangência temática desta pesquisa restringe-se ao trabalho, associado a características demográficas e educacionais.

- **Unidade de análise:** domicílio e pessoas.
- **Periodicidade de coleta e de divulgação:** mensal.
- **Amplitude da série histórica:** ver item *Nível de desagregação*.
- **Abrangência geográfica:** regiões metropolitanas de seis capitais (Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo) e o Distrito Federal.
- **Nível de desagregação geográfica dos resultados:**
Regiões Metropolitanas das seguintes capitais:
 - > Belo Horizonte (série histórica jan./1996 até jun./2014) - 2.530 domicílios por mês, 7.600 domicílios por trimestre;

14. A PED é estruturada a partir de uma rede de produção que contempla o Ministério do Trabalho, o DIEESE, a Fundação Seade e governos estaduais, diferenciando-se da produção centralizada. Nessa execução descentralizada, todos têm responsabilidades e cada equipe tem uma análise na área produtora, o que permite uma série de possibilidades. As amostras da PED são robustas, não são desenhadas para uma macrorregião, mas sim para uma região com possibilidade de suplementação da amostra para desagregação de domínios locais.

15. O Ministério do Trabalho está financiando a PED com vistas à implementação de um novo questionário que deve ser gradativamente unificado ao atual entre 2016 e 2018. Com relação aos novos quesitos e variáveis que foram incluídos para complementar as pesquisas de âmbito nacional, estão: renda familiar, renda de outras fontes que não o trabalho e renda de transferência de programas governamentais. A atualização visa aprofundar as condições de assalariamento, como, por exemplo: uso do tempo com atividades; condições sobre o local do trabalho; percepção dos empregados sobre o motivo do não trabalho; uma leitura sobre rotatividade e terceirização. Com relação à rotatividade, a pesquisa investigará a mobilização do trabalho em toda a PIA nos últimos três meses para qualificar o tempo médio de permanência, assim como quanto tempo a pessoa perdeu no último posto de trabalho. O questionário terá um núcleo básico (como é hoje), mas serão introduzidos questionários complementares (em subamostras) e questionários temáticos suplementares. Pode-se avaliar, neste sentido, que não haverá sobreposição com a pesquisa realizada pelo IBGE, uma vez que a PNAD Contínua vai ampliar a abrangência para todo o território nacional, enquanto a PED permitirá o aprofundamento territorial e dos temas do mundo do trabalho.

PARTE 3

PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES:
IDENTIFICAÇÃO, ORGANIZAÇÃO
E DISSEMINAÇÃO

- > Fortaleza (série histórica desde jan./2009) - 2.500 domicílios por mês, 7.500 domicílios por trimestre;
- > Porto Alegre, com desagregação para o município de Porto Alegre (série histórica desde jun./1992) - 2.700 domicílios por mês, 8.100 domicílios por trimestre;
- > Recife (série histórica desde mar./1998) - 2.300 domicílios por mês, 6.900 domicílios por trimestre;
- > Salvador (série histórica desde fev./1997) - 2.500 domicílios por mês, 7.500 domicílios por trimestre;
- > São Paulo, com desagregação para a região do ABC (série histórica desde jan./1985) - 3.460 domicílios por mês, 10.380 domicílios por trimestre;
- > Distrito Federal (série histórica desde fev./1992) - 2.530 domicílios por mês, 7.600 domicílios por trimestre.

A série histórica para o conjunto das Regiões Metropolitanas foi interrompida em junho de 2014, quando houve interrupção da pesquisa da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

■ Características metodológicas:

Desagregação da informação e precisão das estimativas: por ser um procedimento amostral, ainda que os microdados permitam a desagregação das informações, nem todas elas serão estatisticamente significantes. O pesquisador deverá comparar as informações geradas com os respectivos coeficientes de variação, conforme as notas metodológicas das bases de dados, o que assegurará a confiabilidade da informação e possibilitará seu uso.

População investigada para o tema trabalho: 10 anos ou mais.

Semana de referência: sete dias anteriores ao da entrevista.

Trabalho: a situação de trabalho é definida como aquela em que o indivíduo tem um trabalho remunerado ou não remunerado no período de referência, excetuando o trabalho excepcional.

Ocupados: são os indivíduos que, nos sete dias anteriores ao da entrevista: possuem trabalho remunerado exercido regularmente, com ou sem procura de trabalho; nesse período, possuem trabalho remunerado exercido de forma irregular, desde que não tenham procurado trabalho diferente do atual; possuem trabalho não remunerado de ajuda em negócios de parentes, ou remunerado em espécie/benefício, sem procura de trabalho. Excluem-se as pessoas que nos últimos sete dias realizaram algum trabalho de forma excepcional.

Desempregados: São indivíduos que se encontram numa situação involuntária de não trabalho por falta de oportunidade de trabalho, ou que exercem trabalhos irregulares com desejo de mudança. Essas pessoas são desagregadas em três tipos de desemprego:

1. desemprego aberto: pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos sete últimos dias – coincide com os parâmetros das demais pesquisas e com os padrões de referência internacionais;
2. desemprego oculto pelo trabalho precário: pessoas que realizam trabalhos precários (algum trabalho remunerado ocasional de auto-ocupação) ou que realizam trabalho não remunerado em ajuda a negócios de parentes e que procuraram mudar de trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista; pessoas que, não tendo procurado trabalho nesse período, o fizeram sem êxito até 12 meses atrás;
3. desemprego oculto pelo desalento: pessoas que não possuem trabalho nem procuraram nos últimos 30 dias anteriores ao da entrevista, por desestímulo do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos 12 meses.

Investigação do município de trabalho: essa pesquisa investiga se há distinção entre o domicílio de residência do indivíduo e a localidade onde ele efetivamente exerce a atividade laboral.

Classificação de ocupações: a PED utiliza uma codificação própria de ocupações; no entanto, em algumas regiões essa codificação tem correspondência com a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

Classificação de atividades: as atividades foram classificadas utilizando a Cnae-Domiciliar, que é uma adaptação da Cnae para as pesquisas domiciliares. A Cnae-Domiciliar se mantém idêntica à Cnae nos níveis mais agregados (seção e divisão, com exceção das divisões do comércio em que não se distingue o varejo e o atacado), reagrupa classes em que o detalhamento foi considerado inadequado para as pesquisas domiciliares e desagrega algumas atividades de serviços que têm nestas pesquisas sua única fonte de cobertura. A captação da Cnae 2.0 domiciliar na PED iniciou-se em novembro de 2010.

Rendimentos: segundo a metodologia da PED, os rendimentos mensais do ocupado são investigados com o objetivo de captar a remuneração efetivamente recebida pelo trabalho realizado no mês calendário anterior ao da entrevista. Essa remuneração pode ser resultante do trabalho principal, de trabalhos adicionais ou de pensão/aposentadoria, paga por uma só fonte, por várias delas ou por todas ao mesmo tempo. Quando o indivíduo é empregado assalariado, investigam-se os valores efetivamente recebidos, ou seja, menos os descontos por falta e acrescidos de gratificações, horas extras etc., sendo captados o salário bruto e o líquido. Quando a pessoa começou a trabalhar recentemente e, por isso, ainda não recebeu a remuneração correspondente ao mês de referência, é registrada sua remuneração contratual. Se o assalariado iniciou seu trabalho atual no mês da pesquisa, sua remuneração é igual a zero, não sendo, portanto, considerada na estimativa do salário médio. Para os empregadores, trabalhadores autônomos e demais, investiga-se a retirada correspondente ao trabalho realizado no mês anterior. No caso do empregador, a retirada mensal não inclui os lucros e, para os autônomos, refere-se ao valor de venda de produtos ou serviços deduzidos os gastos na operação de seu negócio, ou seja, é o valor bruto antes dos pagamentos de imposto de renda e seguro social. No caso dos empregados por produção, corresponde ao valor bruto antes de serem efetuados os descontos.

■ **Metodologia disponível em:**

<http://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaPed.html>

■ **Principais informações utilizadas pelos OTs:** ver quadro temático no *Encarte*.

■ **Acesso:**

Tabulações: <http://www.dieese.org.br/analiseped/ped.html>

Microdados: <http://www.dieese.org.br/analiseped/ped.html>¹⁶

1.3.2 REGISTROS ADMINISTRATIVOS

Registros administrativos são constituídos originalmente com finalidade administrativa, e seu uso como base estatística de informação pode ser considerado um subproduto desse registro. Essa característica traz implicações tanto na configuração das bases de dados dos registros administrativos, como na interpretação da informação que está sendo disponibilizada. Se nas pesquisas domiciliares a unidade de investigação são o domicílio e as pessoas residentes, nos registros administrativos a unidade de investigação é o registro em si e,

16. Os bancos de microdados da PED estão organizados por região metropolitana pesquisada.

portanto, pode variar de acordo com o propósito do registro. Por exemplo, na Rais, a unidade de investigação é o vínculo de emprego, não o trabalhador, como será visto adiante. Assim, diante de um aumento do estoque de vínculos, o que ocorre é um aumento de empregos (formais), e não necessariamente de pessoas empregadas. Da mesma forma, no Caged, a informação obtida mensalmente é a da quantidade de admissões e de desligamentos, não de trabalhadores admitidos e desligados.

Além das bases que serão aqui apresentadas, existem outras organizadas com abrangência nacional (ver *Encarte*), além de registros da gestão local, que podem ser insumo para as pesquisas dos Observatórios do Trabalho.

BASES DE DADOS DO MINISTÉRIO DO TRABALHO

□ RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS (RAIS)

■ **Contexto do registro:** instituída em dezembro de 1975, por meio do Decreto nº 76.900. Registro administrativo de âmbito nacional, com periodicidade anual, de preenchimento obrigatório para todos os estabelecimentos formais, inclusive aqueles sem ocorrência de vínculos empregatícios no exercício, tendo esse tipo de declaração a denominação de Rais Negativa. Quando criada, a Rais tinha os objetivos de subsidiar o controle da nacionalização do trabalho conforme a “Lei dos 2/3”¹⁷, prestar subsídios ao controle relativo ao FGTS e à Previdência Social e gerar estatísticas sobre o mercado de trabalho formal brasileiro. Com o passar do tempo, seus objetivos foram ampliados e incluem viabilizar o pagamento do Abono Salarial (art. 239 da CF e Lei nº 7.998/90) aos trabalhadores com renda média de até dois salários mínimos e subsidiar as políticas de formação de mão de obra.

Uma vez que se trata de um registro que contempla somente o segmento formal do mercado de trabalho, seu alcance em localidades de elevada informalidade é reduzido.

- **Unidade de análise:** estabelecimentos formais e estoque de vínculos formais de emprego (estatutários, celetistas e outros).
- **Periodicidade de coleta e de divulgação:** anual, declaração em março do ano seguinte.
- **Amplitude da série histórica:** base desde 1985. Contudo, pelas melhoras na forma de captação das informações em razão de avanços tecnológicos, o nível de cobertura da base tem se tornado maior, tornando-se mais estável a partir de 1997, quando também passa a sofrer menos alterações em termos de acréscimos ou mudanças nas variáveis, mantendo uma série histórica mais regular.
- **Abrangência geográfica:** nacional.
- **Nível de desagregação geográfica dos resultados:** municipal, com possibilidade de desagregação intramunicipal (pelos microdados) sujeita a critérios de significância estatística. Possibilidade do georreferenciamento da informação intramunicipal.
- **Cobertura:** cerca de 97% do universo do mercado formal brasileiro (MTE, 2010).

17. Trata-se do capítulo II da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada em 1943, que trata da “Nacionalização do Trabalho” e cuja seção I – “da proporcionalidade de empregados brasileiros” estabelece que “[...] as empresas, individuais ou coletivas, que explorem serviços públicos dados em concessão, ou que exerçam atividades industriais ou comerciais, são obrigadas a manter, no quadro do seu pessoal, quando composto de 3 (três) ou mais empregados, uma proporção de brasileiros não inferior [...] [a] 2/3 (dois terços) de empregados brasileiros, podendo, entretanto, ser fixada proporcionalidade inferior, em atenção às circunstâncias especiais de cada atividade, mediante ato do Poder Executivo, e depois de devidamente apurada pelo Departamento Nacional do Trabalho e pelo Serviço de Estatística de Previdência e Trabalho a insuficiência do número de brasileiros na atividade de que se tratar” (artigos 352 e 354, In: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm).

■ Características metodológicas:

A Rais capta todas as informações do mercado de trabalho formal durante o ano. Sua divulgação permite a consulta em dois blocos:

1. **Rais estabelecimentos:** capta informações relativas aos estabelecimentos, como atividade econômica, natureza jurídica, estoque de empregos em 31/12, existência de vínculos de emprego ativos durante o ano (caso não tenha havido, o estabelecimento deve declarar a Rais Negativa).
2. **Rais vínculos:** capta as informações relativas aos vínculos de emprego (definido como um trabalhador – considerado a partir do número de sua inscrição no PIS – contratado por um CNPJ/CEI vinculado), como: situação do vínculo em 31/12 (ativo ou inativo); tipo de vínculo (celetista, estatutário, outros); atributos pessoais do trabalhador, escolaridade; atributos do vínculo de emprego (tipo de admissão, desligamento, tempo de permanência do trabalhador no vínculo); ocupação segundo a CBO, remuneração, entre outras. Os vínculos também podem ser estudados a partir das informações do estabelecimento empregador, ou seja, porte de estabelecimento, atividade econômica, natureza jurídica etc.

Durante a declaração dos estabelecimentos, há um processo de crítica das informações fornecidas que impede a declaração de informações incorretas (por exemplo: não permite razões sociais diferentes para um mesmo CNPJ). Apesar de obrigatória, a declaração da Rais não é feita por todos os estabelecimentos. A não declaração implica multa. São gerados: uma relação dos estabelecimentos omissos para emissão de comunicados; um relatório com todos os quantitativos das variáveis para análise; um relatório dos estabelecimentos com mais de 500 empregados por UF *versus* sub-setores que tiveram impacto sobre as células. Além disso: é analisado e recuperado o valor ignorado para variáveis geográficas, setoriais e de natureza jurídica mediante o batimento com a Rais do ano anterior, CEE e CNPJ; é realizada uma análise comparativa dos últimos três anos de declaração para identificação dos erros de preenchimento, investigação das distorções, definição de acertos e indicação dos estabelecimentos omissos ou com problema na declaração. Quando é necessário, é estabelecido contato com os estabelecimentos.

Em que pesem todas as ações visando minimizar erros de preenchimento e/ou omissão de informações, eles ainda existem¹⁸. O pesquisador deve estar atento e ciente dessas limitações e do efeito delas na localidade de análise, realizando um estudo das notas técnicas e demais documentações disponibilizadas pelo Ministério do Trabalho.

Diferença entre estabelecimentos e empresas: quando são analisados os dados da Rais, normalmente trata-se de estabelecimentos e não de empresas. Isso porque uma empresa pode ter vários estabelecimentos (filiais), e cada um deles deve declarar a Rais separadamente, pois cada estabelecimento possui um CNPJ próprio. Portanto, ao analisar os dados da Rais deve-se utilizar o termo *estabelecimento*. Esse atributo da base de dados coloca restrições para algumas análises, como a do cumprimento da legislação da aprendizagem e de cotas para pessoas com deficiência.

Diferença entre Rais Negativa e zero empregado – faixa de tamanho de estabelecimento: a variável “ativos em 31/12” está automaticamente acionada no momento em que se faz uma tabulação na Rais. Os estabelecimentos excluídos a partir do acionamento dessa variável são aqueles que compõem a Rais Negativa, ou seja, os que não empregaram nenhum trabalhador ao longo daquele ano. Por outro lado, uma vez que o tamanho do estabelecimento é definido pelo número de vínculos ativos em 31 de dezembro do ano-base, aqueles estabelecimentos que, quando é acionada a variável tamanho de estabelecimento, aparecem com zero empregado são os que chegaram a ter ao menos um empregado durante o ano, embora não haja vínculos em 31 de dezembro.

18. Essa é a razão pela qual, por exemplo, o estoque em 31/12 de um determinado ano não coincide com o total de vínculos “não admitidos no ano” da declaração do ano seguinte, embora a diferença seja pouca.

Vínculo ativo e estoque de empregos: a Rais utiliza como referência a situação do vínculo em 31/12 do ano de referência. Um vínculo ativo em 31/12 significa um contrato de trabalho vigente no final do período de referência, que é a informação utilizada para o cálculo do estoque de empregos do ano. Esse vínculo ativo pode ter sido celebrado durante o ano corrente (admitido no ano) ou ser proveniente de estoques anteriores da Rais (não admitido no ano). Um trabalhador que se encontra em licença não remunerada ou em afastamento com benefício previdenciário (por questão de acidente ou doença, ocupacional ou não) ainda é considerado um vínculo ativo, embora a remuneração declarada para esse vínculo, paga pela empresa, seja zero. A “data de corte” em 31/12, para aferição do estoque de empregos no ano, possibilita o acompanhamento da evolução do emprego formal no Brasil.

Vínculo não ativo e desligados no ano: um vínculo não ativo significa que houve algum desligamento desse vínculo durante o ano, e o motivo deve ser informado na declaração da Rais, podendo ser por demissão sem justa causa, desligamento a pedido, término de contrato, falecimento, aposentadoria etc. Esse vínculo também pode ter sido celebrado durante o ano (admitido no ano) ou ser proveniente de estoques anteriores (não admitidos no ano). É importante ressaltar que um vínculo não ativo não é sinônimo de trabalhador desempregado (o mesmo trabalhador pode ser readmitido em outro estabelecimento ainda dentro do ano) nem de fechamento de posto de trabalho: vínculo não ativo significa somente que aquela combinação PIS + CNPJ/CEI não está mais ativa; ou seja, trata-se do conjunto dos desligamentos ocorridos no ano.

Diferença entre número de trabalhadores e número de vínculos: um trabalhador pode ter mais de um vínculo empregatício. Isso ocorre com frequência em algumas categorias profissionais como professores ou médicos, mas também pode ser verificada em outros casos. A Rais apresenta o número de vínculos, sendo que um trabalhador pode estar sendo contabilizado mais de uma vez. O ideal é que seja utilizado o termo número de empregos ou de postos de trabalho ou, até mesmo, de vínculos.

Localidade de origem do registro: a Rais tem como referência o município do estabelecimento declarante da Rais. Pode acontecer de um trabalhador estar registrado em um município (no estabelecimento sede da empresa, por exemplo) e estar alocado em outro município. Essa é uma informação relevante para diversas análises. É o caso dos empregados dos governos do estado (sobretudo para as áreas de educação e saúde), por exemplo, que frequentemente são declarados pelas secretarias estaduais, localizadas na capital do estado, mas que estão alocados em outros municípios.

Remuneração mensal: trata-se de uma informação chave para a Rais, na medida em que possibilita a identificação do trabalhador com direito ao Abono Salarial, conforme prevê o art. 239 da CF. Os valores que devem integrar as remunerações mensais incluem salários, abonos, adicionais, gratificações, gorjetas, entre outras¹⁹.

Nas tabulações disponíveis, é possível obter em relação à massa de remuneração, e em relação às remunerações médias. Informações sobre essas quatro variáveis estão no Quadro 3.

Até 1999, a remuneração era somente em salários mínimos do ano-base da declaração, passando a ser divulgada em valor nominal. Para efeito estatístico, não são consideradas as remunerações referentes ao 13º salário.

Informação identificada: a coleta dos dados é feita de forma identificada, sendo estas as chaves de identificação: dos estabelecimentos, o número do CNPJ e do CEI vinculado (caso haja); dos trabalhadores, o número do PIS. Essas informações identificadas permitem o cruzamento com outras fontes que possuam essas mesmas informações. Ademais, somente as informações identificadas permitem acesso ao endereço do estabelecimento declarante, possibilitando a desagregação intramunicipal da informação. Esses dados requerem acesso específico junto ao departamento responsável no Ministério do Trabalho.

19. Os detalhes acerca da declaração da remuneração podem ser consultados no Manual de Orientação da declaração da Rais.

QUADRO 3

Variáveis de conteúdo de remuneração na Rais: descrição e observações

Variável	Descrição/categorias	Observações
Remuneração média em salários mínimos	Remuneração média do ano em salários mínimos. Corresponde à média aritmética das remunerações individuais no mês de referência, convertidas em salários mínimos, no período vigente do ano-base. Integram essa remuneração os salários, ordenados, vencimentos, honorários, vantagens, adicionais, gratificações etc. Está excluída a remuneração do 13º salário.	A tabulação dessa variável resulta na massa salarial em salário mínimo (somatório de todas as remunerações pagas ao grupo selecionado). Para obter a remuneração média em salários mínimos é necessário dividir a massa pela frequência (número de vínculos empregatícios).
Remuneração média em valor nominal	Idem à remuneração anterior, mas expressa em valores nominais	Idem acima.
Remuneração de dezembro em salários mínimos	Expressa apenas a remuneração dos vínculos empregatícios no mês de dezembro em salários mínimos. Não inclui o 13º salário.	Deve-se dar preferência ao uso dessa variável pois ela seleciona apenas os vínculos que estavam ativos em 31 de dezembro, e não ao longo do ano. Isso porque geralmente trabalha-se com o estoque de vínculos em 31 de dezembro, não ao longo do ano. A tabulação dessa variável deverá ser feita excluindo-se a remuneração zero nos valores do conteúdo, uma vez que são declarados como ativos os vínculos que estão em licença sem vencimentos pagos pelo empregador. Caso não haja essa exclusão, o total da remuneração média será subestimado, uma vez que, na divisão da massa de rendimentos/estoque de vínculos ativos, da qual se obtém a informação da remuneração média, o estoque de vínculos ativos estará contemplando aqueles cuja remuneração paga pelo empregador foi zero.
Remuneração do trabalhador em dezembro (valor nominal)	Idem à remuneração anterior, mas expressa em valores nominais.	Idem acima.

Elaboração: DIEESE

Informações disponíveis somente nos microdados: algumas variáveis da base de dados estão disponíveis somente nos microdados. É o caso de cor/raça, deficiência, informações sobre afastamentos, determinadas desagregações territoriais, subclasse Cnae (nas tabulações estão disponíveis somente até classe Cnae) e ocupação CBO (nas tabulações estão disponíveis somente até família ocupacional). O acesso às informações pelos microdados permite outras formas de organização das mesmas informações disponibilizadas nas tabulações do sistema *Dardo Web*. Por exemplo, é possível construir faixas etárias diferentes, criar categorias geográficas que não estão disponibilizadas como padrão no sistema, entre outras possibilidades próprias do uso desse tipo de base de dados.

Outras questões relevantes: por ser uma base de dados oriunda de uma declaração anual, a Rais não pode ser considerada necessariamente um painel. Isso porque há omissão de declaração por parte de alguns estabelecimentos (ou seja, estabelecimentos ativos que declararam em um ano podem não declarar no ano seguinte ou entregar a declaração fora do prazo), bem como erros de preenchimento, em que pese todo o trabalho de crítica da equipe do Ministério responsável pela consolidação das declarações da Rais. Ainda que o impacto geral dessa omissão possa ser considerado pequeno (em nível nacional ou mesmo estadual), é importante ter cuidado

PARTE 3

PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES:
IDENTIFICAÇÃO, ORGANIZAÇÃO
E DISSEMINAÇÃO

quando se observa a movimentação em nível municipal, pois nessa circunstância a omissão da informação pode resultar num impacto expressivo. Nesse sentido, a orientação da coordenação responsável no Ministério pode ser consultada para dirimir eventuais dúvidas.

- **Manual de Orientação da Rais 2015:** http://www.rais.gov.br/sitio/rais_ftp/Manual-Rais2015.pdf
- **Principais informações utilizadas pelos OTs:** ver quadro temático no *Encarte*.
- **Acesso:**
Tabulações: Plataforma Dardo: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php>²⁰
Microdados: <http://acesso.mte.gov.br/portal-pdet/home/>
Informações identificadas podem ser solicitadas à coordenação responsável

□ CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS (CAGED)

- **Contexto do registro:** instituído por meio da Lei nº 4.923, de 23 de dezembro de 1965. Fonte de informação de âmbito nacional e de periodicidade mensal, contempla uma parte do mercado de trabalho formal (celetistas). Os objetivos iniciais do Caged eram acompanhar e fiscalizar o processo de admissão e dispensa do empregado, estabelecer medidas contra o desemprego e dar assistência aos desempregados. Ao longo de sua função administrativa, essa base de dados adquiriu outros objetivos, como subsidiar a fiscalização do trabalho, viabilizar o pagamento do seguro-desemprego, atender à reciclagem profissional e à recolocação no mercado de trabalho (intermediação) e gerar estatísticas.

O aperfeiçoamento ocorrido no sistema Caged e também na metodologia de tratamento dos dados tornou esse registro administrativo uma das principais fontes de informações estatísticas sobre o mercado de trabalho conjuntural. Nesse sentido, é a única fonte de informação mensal com desagregação municipal.
- **Unidade de análise:** estabelecimentos formais e vínculos celetistas de emprego que foram admitidos ou desligados no período de referência, possibilitando o cálculo do saldo de empregos celetistas.
- **Periodicidade de coleta e de divulgação:** mensal. Os dados do Caged devem ser enviados ao Ministério até o dia 7 do mês subsequente ao de referência das informações. Contudo, declarações fora do prazo são recebidas por um período de 12 meses e divulgadas a partir do segundo mês da movimentação dos vínculos.
- **Amplitude da série histórica:** desde 1996, mas as declarações mensais fora do prazo estão disponíveis desde 2006²¹.
- **Abrangência geográfica:** nacional.
- **Nível de desagregação geográfica dos resultados:** municipal, com possibilidade de desagregação intramunicipal (pelos microdados) sujeita a critérios de significância estatística. Possibilidade de georreferenciamento da informação intramunicipal.
- **Cobertura:** cerca de 80% a 85% do universo do mercado de trabalho formal celetista (MTE, 2010).
- **Características metodológicas:** base de dados estatística, gerada a partir da declaração do Caged, organizada em nível da movimentação (admissões e desligamentos) de vínculos celetistas, possibilita o cálculo do saldo de empregos em determinado período.

PARTE 3

PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES:
IDENTIFICAÇÃO, ORGANIZAÇÃO
E DISSEMINAÇÃO

20. Para solicitar acesso ao sistema, consultar: <<http://acesso.mte.gov.br/portal-pdet/adesao-ao-programa/solicitacao-de-acesso-online.htm>>

21. No acesso *on line* à base de dados, nem todas as variáveis das declarações fora de prazo estão disponíveis para consulta.

do. Contém todas as movimentações informadas por competência de referência. Ademais, anualmente são divulgadas informações para o estoque de empregos em 1º de janeiro.

Divulgação da declaração recebida fora do prazo: a partir de janeiro de 2011, o Ministério passou a divulgar mensalmente o resultado do saldo do Caged com as informações de movimentação de admissão e de desligamento declaradas fora do prazo de competência. Anteriormente, as declarações do Caged realizadas fora do prazo eram computadas apenas no momento de construção do estoque de emprego com referência em 1º de janeiro de cada ano. O estabelecimento tem até 12 meses para a declaração após a competência da movimentação. Embora estatisticamente a quantidade de declarações fora do prazo não tenha um peso muito significativo, há um desafio no uso do Caged como fonte de acompanhamento conjuntural, posto que a informação divulgada em um mês pode se modificar no(s) mês(es) seguinte(s), podendo ter impactos, principalmente, no uso da informação desagregada (recorte de perfil populacional por município, por exemplo). O pesquisador responsável deve acompanhar o peso das declarações fora do prazo nas informações do território que ele analisa e sugere-se a adoção de estratégias parcimoniosas para análise dos dados a partir da divulgação mensal²².

Salários: a informação captada é a do salário de admissão e do salário de desligamento, conforme declarado na carteira de trabalho, ou seja, não contempla as demais informações que consistem o restante da remuneração do trabalho, conforme estabelece a Rais. É importante reforçar que a análise da tendência da massa de salários de admissões e desligamentos não representa a massa de rendimentos da totalidade dos trabalhadores empregados.

Informação identificada: a coleta dos dados é feita de forma identificada, sendo as chaves de identificação: dos estabelecimentos, o número do CNPJ e do CEI vinculado (caso haja); dos trabalhadores, o número do PIS. Essas informações identificadas permitem o cruzamento com outras fontes que possuam essas mesmas informações. Ademais, somente as informações identificadas permitem acesso ao endereço do estabelecimento declarante, possibilitando a desagregação intramunicipal da informação. Esses dados são restritos e requerem solicitação de acesso específico junto ao departamento responsável no MTb.

Informações disponíveis somente nos microdados: algumas variáveis da base de dados estão disponíveis somente nos microdados. É o caso de cor/raça, deficiência, informações sobre afastamentos, algumas desagregações territoriais, subclasse Cnae (nas tabulações estão disponíveis somente até classe Cnae) e ocupação CBO (nas tabulações estão disponíveis somente até família ocupacional). O acesso às informações pelos microdados permite outras formas de organização das mesmas informações disponibilizadas nas tabulações do sistema *Dardo Web*. Por exemplo, é possível construir faixas etárias diferentes, criar categorias geográficas que não estão disponibilizadas como padrão no sistema, entre outras possibilidades próprias do uso deste tipo de base de dados.

■ **Manual Caged:** http://acesso.mte.gov.br/data/files/FF8080814BCC383D-014C5259681E6B14/Manual_Caged_2015.pdf

■ **Principais informações utilizadas pelos OTs:** ver quadro temático no *Encarte*.

■ **Acesso:**

Tabulações: Plataforma Dardo: [http://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php /](http://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php/)

22. Para o uso do Caged nos Observatórios do Trabalho do DIEESE, está definida a seguinte estratégia: i) boletins conjunturais - utilização dos dados mensais, sem declarações fora de prazo, para acompanhamento do saldo de empregos por setor de atividade, comparando com a declaração do mesmo mês do ano anterior; ii) relatórios analíticos - acumula a informação (trimestralmente/semestralmente) com a incorporação de pelo menos duas declarações fora de prazo, possibilitando a desagregação da informação com maior grau de confiabilidade, e com a comparação com o mesmo período do ano anterior. Em ambos os casos, sugere-se a informação da data de extração dos dados nas análises. Informações adicionais podem ser pesquisadas nas publicações dos Observatórios listados no Anexo 1.

Evolução de Emprego do Caged-EEC (tabulações padronizadas para informações de setores de atividades econômicas, para unidades da Federação, principais regiões metropolitanas, municípios com mais de 100.000 habitantes para o estado de São Paulo e 30.000 habitantes para os demais estados: <http://bi.mte.gov.br/eec/pages/consultas/evolucaoEmprego/consultaEvolucaoEmprego.xhtml#relatorioSetor>

Caged Estabelecimento (onde se obtêm os dados do estoque em 1º de janeiro): <http://bi.mte.gov.br/cagedestabelecimento/pages/consulta.xhtml#>

Microdados: <http://acesso.mte.gov.br/portal-pdet/home/>

Informações identificadas podem ser solicitadas

□ BASE DE DADOS DO SEGURO-DESEMPREGO

■ **Contexto do registro:** o programa Seguro-Desemprego prevê a concessão de benefícios monetários por tempo determinado a trabalhadores em situação de desemprego involuntário e a trabalhadores em condições excepcionais que os impedem de exercer atividades de trabalho. A quantidade dos benefícios é definida conforme o número de solicitações, o tempo de permanência no último emprego e o período de carência entre uma solicitação e outra. Os registros de requerimento do benefício alimentam a base de gestão, de onde se extraem eletronicamente as informações sobre o programa. Em 2010, o sistema, que era gerido pela Datamec S/A, passou ao controle da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev), em processo de migração que perdurou até 2012. O acesso às informações ocorre por intermédio do *Dardo Web*.

■ **Unidade de análise:** requerente (requerimento), segurado e beneficiário.

Quanto à situação do requerimento:

- > Requerente: trabalhador demitido sem justa causa que preenche o formulário próprio "Requerimento do seguro-desemprego";
- > Segurado: trabalhador que comprova aptidão para recebimento do benefício;
- > Beneficiário: trabalhador segurado que resgata ao menos a primeira parcela do benefício.

Quanto à modalidade do benefício:

- > Trabalhador formal: trabalhador com vínculo de emprego formal dispensado de forma involuntária;
- > Pescador artesanal: pescador profissional que exerce sua atividade de forma artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com ajuda de parceiros, e que teve suas atividades paralisadas no período de defeso;
- > Bolsa Qualificação: trabalhador com contrato de trabalho suspenso, em conformidade com o disposto em convenção ou acordo coletivo, devidamente matriculado em curso ou programa de qualificação profissional oferecido pelo empregador;
- > Trabalhador doméstico: empregado doméstico desempregado, inscrito no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que tenha sido dispensado sem justa causa;
- > Trabalhador resgatado: trabalhador comprovadamente resgatado de regime de trabalho forçado ou da condição análoga à de escravo.

■ **Periodicidade de coleta e de divulgação:** coleta contínua, sem divulgação.

■ **Amplitude da série histórica:** desde janeiro de 1986, mas com acesso disponível desde janeiro de 2009.

■ **Abrangência geográfica:** nacional.

■ **Nível de desagregação geográfica:** Brasil, grandes regiões, unidades da Federação, município, situação e área censitária, bairro.

■ **Características metodológicas:** a base de gestão é um sistema de dados relacionais composto por diferentes bancos alimentados por formulários específicos e que se comunicam a partir de uma chave de identificação única. Nesse sentido, é possível constituir microdados diferentes a partir de consultas que tomam como referência datas ou alguma outra definição distinta. A divulgação dos resultados pelo Ministério do Trabalho toma a data do requerimento como referência.

■ **Principais informações utilizadas pelos OTs:** ver quadro temático no *Encarte*.

■ **Acesso:** eletrônico, com senha individual, através do sistema *Dardo Web*.

□ **INTERMEDIÇÃO DE MÃO DE OBRA (BASE DE DADOS DO SINE)**

■ **Contexto do registro:** a intermediação pública de mão de obra é uma política de mercado de trabalho com o propósito de aproximar trabalhadores ofertantes de força de trabalho e empregadores que dispõem de vagas de trabalho. Os trabalhadores e empregadores alimentam a base de gestão, de onde se extraem eletronicamente as informações sobre a intermediação. Em 2010 o sistema, que era gerido pela Datamec S/A, passou ao controle da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev), em processo de migração que perdurou até 2012. O acesso às informações ocorre por intermédio do sistema *Dardo Web*.

■ **Unidade de análise:** inscritos, encaminhados, colocados e vagas.

Quanto à situação do trabalhador:

- > Inscritos: trabalhador que se cadastra nos postos do Sine à procura de ocupação;
- > Encaminhados: trabalhador selecionado, de acordo com o perfil das vagas existentes no mercado de trabalho, oriundos das inscrições realizadas pelo Sine e que são encaminhados ao mercado de trabalho formal;
- > Colocados: trabalhador que conseguiu uma colocação no mercado de trabalho formal por intermédio do Sine.

Quanto às características das vagas:

- > Cadastradas: postos de trabalho cadastrados por um empregador junto ao Sine;
- > Ofertadas: quantidade de postos de trabalho oferecidos para cada vaga cadastrada.

■ **Periodicidade de coleta e de divulgação:** coleta contínua, sem divulgação.

■ **Amplitude da série histórica:** desde janeiro de 1993, mas com acesso disponível a partir de janeiro de 2009.

■ **Abrangência geográfica:** nacional.

■ **Nível de desagregação geográfica:** Brasil, grandes regiões, unidades da Federação, município, situação e área censitária.

■ **Características metodológicas:** a base de gestão é um sistema de dados relacionais composto por diferentes bancos alimentados por formulários específicos e que se comunicam a partir de uma chave de identificação única. No entanto, as informações da intermediação através de que é realizada a extração das informações não estão relacionadas, de modo que as consultas dão origem a microdados com referências distintas. As informações de inscritos têm por referência a data de inscrição; os dados sobre encaminhados e colocados seguem a data de encaminhamento; as informações sobre vagas são referenciadas na data de cadastro da vaga.

■ **Principais informações utilizadas pelos OTs:** ver quadro temático no *Encarte*.

■ **Acesso:** eletrônico, com senha individual, através do sistema *Dardo Web*.

PARTE 3

PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES:
IDENTIFICAÇÃO, ORGANIZAÇÃO
E DISSEMINAÇÃO

QUADRO 4

Síntese das principais características das pesquisas domiciliares e dos registros administrativos

	Pesquisa domiciliar (IBGE: Censo, Pnad, Pnad Contínua, PME; DIEESE e parceiros: PED)	Registro administrativo (Caged, Rais, bases de gestão do Ministério do Trabalho, registros administrativos locais)
Característica	Unidade de referência: população/domicílio. Coleta a informação no local de moradia.	Unidade de referência: vínculo de emprego. Informações no estabelecimento de registro do vínculo empregatício.
Potencialidades	Permite informações mais abrangentes sobre a condição de vida do trabalhador. Abarca o lado da oferta de mão de obra, partindo da própria noção de participação na atividade econômica (condição de atividade), olhando para a questão da ocupação/desocupação ¹ , e vendo as diversas formas de inserção ocupacional (com carteira, sem carteira, estatutário, conta própria etc.).	Permite informações mais precisas sobre o vínculo de emprego, tais como tipo de admissão e de desligamento, tempo de emprego, tamanho de estabelecimento, remuneração. A desagregação intramunicipal permite o georreferenciamento (sujeito às limitações de significância estatística). Informação identificada permite o cruzamento de bases distintas por variáveis-chave.
Limitações	Desagregação territorial. Só chega a nível municipal com o Censo e, ainda assim, nem todos os recortes analíticos são suficientes, dado o tamanho do município. Questão da auto-declaração (em particular sobre cor/raça), questão de alguém da família declarar por outra pessoa.	Mesmo sendo um registro administrativo, as bases também estão sujeitas a critérios de significância estatística, a depender do recorte a ser feito na base de dados. Declaração por estabelecimento e não por empresa (empresa = soma de estabelecimentos), impacto na análise do emprego por setor público, pessoas com deficiência (PcD), aprendizes.
Questões técnicas	Indícios de distorção da informação sobre rendimentos. Base consolidada (atendendo a critérios de consistência estatística): <ul style="list-style-type: none">• dicionário de variáveis;• estabelecimento de parâmetros de significância estatística para os recortes (filtros) que se pretende trabalhar (perfil / setor / localidade, por exemplo), visando garantir confiabilidade da informação	Questões relativas à forma de captação das informações/concepção: por exemplo, variável cor/raça, escolaridade. Alcance limitado só ao segmento formal do mercado de trabalho (Caged, somente segmento celetista), o que, dada a heterogeneidade do mercado de trabalho, pode ser mais ou menos significativo, dependendo da localidade e/ou do setor de atividade econômica.

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Existem diferenças importantes na forma como as principais pesquisas domiciliares enxergam essas questões. Ver Boxe 1

PARTE 3

PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES:
IDENTIFICAÇÃO, ORGANIZAÇÃO
E DISSEMINAÇÃO

2. DISSEMINAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

Para além da identificação das principais fontes de informação que podem ser usadas para a caracterização das dinâmicas no território, outra etapa importante do trabalho do Observatório do Trabalho é a **organização e estruturação das bases de dados**. Existem ferramentas que facilitam a integração, estruturação e documentação das bases de dados e das informações delas extraídas. Esta etapa do trabalho é importante para **agilizar o acesso a essas informações para a elaboração de estudos, bem como para ampliar a capacidade de disseminação dessas informações**, a fim de alcançar públicos que eventualmente não estejam familiarizados com essas técnicas.

2.1 PRODUÇÃO DE INDICADORES SOCIAIS E FICHA DE QUALIFICAÇÃO DE INDICADORES

Após realizar o mapeamento das fontes de informação, a equipe do Observatório do Trabalho deve trabalhar na identificação das variáveis de interesse, bem como na **definição dos indicadores** que servirão tanto para a caracterização do território como para acompanhamento mais estrutural, dando conta de determinados temas ou tendências de longo prazo. Esses indicadores serão utilizados na produção de informações que servirão de subsídio para os atores sociais envolvidos com a formulação, gestão e monitoramento das políticas públicas de emprego, trabalho e renda da localidade.

Em primeiro lugar, cabem algumas considerações a respeito da formulação de um indicador. De acordo com Jannuzzi (2000, p. 15), um indicador social é “uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usada para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas)”. Ou seja, o indicador possibilita a investigação de um fenômeno a partir da representação abstrata da realidade empírica previamente recortada segundo uma determinada interpretação. No que diz respeito ao entendimento da dinâmica socioeconômica e do mercado de trabalho local, em um contexto nacional globalizado a interpretação que servirá de pano de fundo para a formulação desses indicadores é a que foi discutida na Parte 2 deste caderno.

Nesse sentido, a definição dos indicadores não é, portanto, uma tarefa neutra, pois possui intencionalidade. No campo do trabalho, pressupõe uma concepção acerca do funcionamento do mercado de trabalho e das políticas públicas baseada na escolha (ou formulação) da abordagem teórica e dos respectivos conceitos mais adequados para a investigação do objeto e das questões levantadas junto aos atores sociais.

Entre as propriedades desejáveis de um indicador para a investigação de determinado fenômeno e para contribuir no processo de formulação das políticas públicas, deve-se destacar:

- a **relevância social** para a investigação realizada;
- a **confiabilidade e historicidade** (séries históricas) da informação produzida;
- o **potencial de comunicabilidade** para diferentes públicos;
- a **sensibilidade** para evidenciar diferenças entre os grupos ou alterações no tempo;
- a compatibilidade com a **cobertura** e a capacidade de **desagregação territorial**;
- a **periodicidade** da atualização das informações.

PARTE 3

PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES:
IDENTIFICAÇÃO, ORGANIZAÇÃO
E DISSEMINAÇÃO

A escolha das fontes de informação e operacionalização dos conceitos na forma de indicadores possui um caráter essencialmente técnico, demandando conhecimentos específicos e aprofundados sobre as bases de dados. Contudo, pode haver momentos de interação entre os técnicos do Observatório, gestores públicos e atores sociais, durante os quais sejam discutidos os indicadores, as abordagens teóricas e metodológicas apropriadas para determinada investigação, entre outras questões relevantes. Essa prática dá outra qualidade à noção de relevância social do indicador, uma vez que este é debatido com a sociedade. Esses momentos podem ser retomados de tempos em tempos para avaliar se os indicadores e dimensões analíticas definidas continuam sendo as mais indicadas para determinada investigação²³.

Em um conjunto de propriedades desejáveis, os indicadores sociais possuem pelo menos duas que despertam especial interesse da pesquisa nos Observatórios do Trabalho: **simpli- cidade de construção** e **facilidade de interpretação**. Os indicadores simples, que são assim definidos por abordarem apenas uma dimensão, contrapõem-se aos indicadores sintéticos, que relacionam mais de uma dimensão na sua composição. Dependendo da complexidade do fenômeno em análise, torna-se necessário manusear mais de um descritor da realidade social do mercado de trabalho, o que pode levar a análises parciais da realidade que se deseja retratar²⁴. É particularmente importante considerar essa questão quando o objeto de interesse é caracterizado pela heterogeneidade, o que deve influenciar não somente a escolha dos indicadores como inclusive as métricas a serem empregadas, visando a uma maior aproximação com a realidade.

Existem muitos indicadores consagrados na literatura para a investigação das questões relacionadas ao mundo do trabalho e do desenvolvimento socioeconômico, bem como indicadores já divulgados pelas próprias fontes produtoras de informação. Além disso, alguns dos Observatórios do Trabalho já implementados produzem periodicamente **relatórios metodológicos** nos quais são sintetizadas as discussões relativas à escolha de indicadores utilizados em boletins e estudos (vide Anexo 2).

Contudo, considerando os aspectos discutidos anteriormente (a intencionalidade, a pertinência da informação para analisar uma determinada temática em uma determinada localidade, as próprias características da captação da informação e a metodologia das pesquisas), o Observatório do Trabalho deve se apropriar dos indicadores que já existem e são consagrados, mantendo constantemente a preocupação de trazer contribuições que sejam mais aderentes às especificidades locais. Isso implica estudo, reflexão, testes, discussões, enfim, diversas ações que auxiliem no aprofundamento do conhecimento acerca da realidade local e na compreensão de como indicadores calculados a partir de bases secundárias podem ser úteis. Os Boxes 1 e 2 trazem exemplos do tipo de reflexão requerida para trabalhar com indicadores consagrados (taxa de desemprego) considerando as especificidades do mercado de trabalho brasileiro e implicações de análises territorial.

BOXE 1

MEDINDO A OCUPAÇÃO E O DESEMPREGO EM UM MERCADO DE TRABALHO HETEROGÊNEO

A taxa de desemprego é um dos principais indicadores do mercado de trabalho. A princípio, parece tratar-se de um indicador de simples compreensão, ou seja, a mensuração do percentual de pessoas na condição de desocupadas em relação ao total da força de

23. Um exemplo disso foi a participação do Observatório do Trabalho da Bahia e de Osasco na discussão da Agenda do Trabalho Decente. Os relatórios sintetizando esses debates podem ser encontrados nos respectivos sites indicados no Anexo 1. O capítulo *Discussão e elaboração com gestores e atores sociais de propostas para a ação pública* se dedica ao exame das atividades organizadas pelo Observatório do Trabalho em que esses momentos de discussão podem ocorrer.

24. Os indicadores sintéticos são de complexa construção e muitas vezes de difícil interpretação, pois na sua composição frequentemente são utilizados indicadores simples de natureza distinta (fluxo e estoque), o cálculo pode não permitir a desagregação em diferentes escalas geográficas e seu uso pressupõe um método de aglutinação em geral arbitrário.

trabalho. Contudo, ao trazer para o indicador um olhar mais estrutural, considerando particularidades do mercado de trabalho, algumas interpretações diferentes do mesmo indicador podem surgir. Por exemplo, a condição de ocupação pode não ser tão claramente identificada, dependendo de se tratar de mercado de trabalho homogêneo ou heterogêneo.

Em mercados de trabalho mais estruturados, como em alguns países europeus (Inglaterra e França, por exemplo), as condições de atividade e ocupação frequentemente têm fronteiras bem definidas, conforme aparecem na Figura 2.

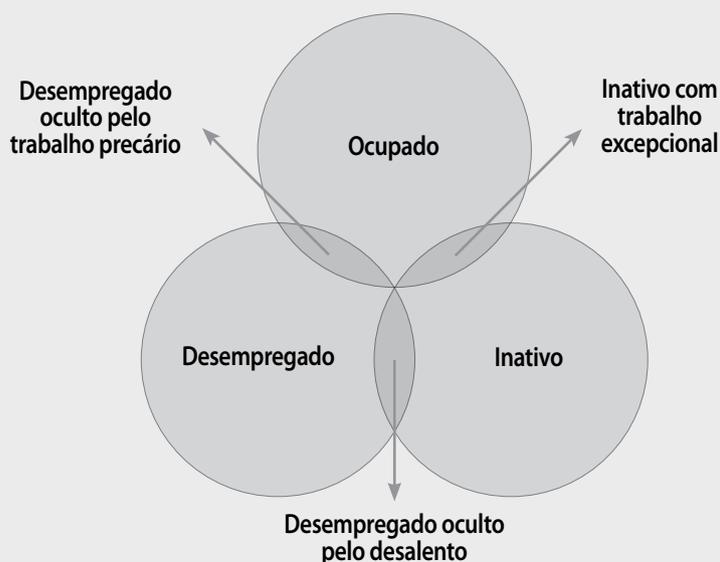
Por outro lado, em economias mais atrasadas o mercado de trabalho frequentemente é menos estruturado (e, por isso, considerado heterogêneo), e nele as fronteiras das condições de atividade e ocupação podem não ser tão claras e haver sobreposição, conforme a Figura 3.

FIGURA 2
Condição de atividade e ocupação em mercado de trabalho homogêneo



Elaboração: DIEESE

FIGURA 3
Condição de atividade e ocupação em mercado de trabalho heterogêneo



Elaboração: DIEESE

PARTE 3

PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES:
IDENTIFICAÇÃO, ORGANIZAÇÃO
E DISSEMINAÇÃO

CADERNO METODOLÓGICO
OBSERVATÓRIOS DO TRABALHO
CONHECER PARA TRANSFORMAR

Essas figuras correspondem, respectivamente, à configuração do mercado de trabalho de acordo com a Pnad e a PED. Ou seja, existem diferenças metodológicas entre as principais pesquisas domiciliares disponíveis hoje no Brasil, o que evidencia diferenças nas questões e escolhas de referências teóricas e conceitos que estão por trás de alguns dos principais indicadores de mercado de trabalho.

Na Pnad Contínua (IBGE) – seguindo as recomendações da 19ª Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho (Ciet/OIT), que visa garantir comparações internacionais das pesquisas –, são consideradas **pessoas ocupadas** as que realizaram ao menos uma hora de trabalho que gerou algum tipo de rendimento para o domicílio. Estabelece, portanto, a primazia da realização de trabalho, seguida da procura e da disponibilidade para trabalhar para classificar a condição de atividade da PIA (PEA e inativos) e a condição de ocupação da PEA (ocupados ou desocupados, que compõem a força de trabalho). A pesquisa permite assim calcular o **nível da desocupação** (percentual de pessoas desocupadas, na semana de referência, em relação às pessoas em idade de trabalhar) e a **taxa de desocupação** (percentual de pessoas desocupadas na semana de referência em relação às pessoas na força de trabalho nessa mesma semana).

Já a metodologia da PED tem como referencial teórico o pressuposto de que o mercado de trabalho é **heterogêneo**, e nele a classificação tradicional da condição de atividade e de ocupação através das polarizações entre situações de trabalho/não trabalho e com procura/sem procura de trabalho, ainda que possa descrever suficientemente os mercados de trabalho de determinados países centrais, seria inadequada aos mercados de trabalho das economias periféricas, sendo necessário captar, nestes casos, as situações limites (ou “zonas de sombra”) entre ocupação, desocupação e inatividade.

Nessa perspectiva, os desempregados não são identificados pela simples combinação de não realização de trabalho com procura de trabalho. Essa seria a definição do **desemprego aberto**. Mas a PED também considera a existência do **desemprego oculto**, que pode ser ainda de dois tipos:

- desemprego oculto pelo **trabalho precário**: pessoas que exerceram algum tipo de trabalho, embora de maneira descontínua e irregular, e também pessoas que procuraram emprego no período de referência;
- desemprego oculto pelo **desalento**: pessoas que procuraram trabalho nos últimos 12 meses, mas não procuraram no período de referência, o que indica que houve uma desistência da procura por emprego; essa situação excluiria tais pessoas da definição de desemprego aberto, embora tenha se dado por conta de desestímulos do mercado de trabalho ou por outras circunstâncias fortuitas.

Em suma, não somente o modo de olhar para o mercado de trabalho influencia a interpretação dos indicadores, como pode influenciar, inclusive, a metodologia das principais pesquisas acerca do mercado de trabalho.

Obs.: para uma revisão bibliográfica acerca das principais teorias do desemprego, ver Proni (2015). Para mais informações sobre a metodologia da PED, consultar DIEESE; Seade (2009)

BOXE 2

COMO ANALISAR INDICADORES DE MERCADO DE TRABALHO EM MUNICÍPIOS COM GRANDE FLUXO POPULACIONAL?

Um outro aspecto que um pesquisador deve manter em mente quando olha para os indicadores do mercado de trabalho diz respeito à questão: onde o trabalhador mora x onde ele

trabalha. Em localidades onde existe grande fluxo de pessoas que se deslocam intermunicipalmente, como é o caso das regiões metropolitanas dos grandes centros urbanos, esta questão torna-se particularmente relevante.

Neste caso, deve-se fazer a pergunta: se um morador de determinado município pode procurar emprego em outro município vizinho, quão precisa pode ser a informação de uma “taxa de desemprego” em nível municipal, por exemplo?

No mesmo sentido, ao se estudar o impacto multiplicador da massa de rendimentos gerada por uma empresa em determinado município, é importante saber se esse rendimento será gasto neste município ou em outro, no local de domicílio destes trabalhadores.

Essas questões são estudadas no âmbito da sociologia do trabalho, com os conceitos de cidade-dormitório e mobilidade pendular, e devem ser consideradas quando da formulação de indicadores para caracterização e análise da dinâmica de um mercado de trabalho local.

Essa informação aponta justamente para o desafio de elaborar uma visão municipal do mercado de trabalho. Na sociedade moderna, as divisas geográficas se tornam cada vez mais invisíveis, permitindo aos indivíduos perpassá-las para suas atividades cotidianas e profissionais. Atualmente um indivíduo pode estudar, trabalhar e residir em municípios distintos e ainda por cima ser contratado por um estabelecimento cuja localização ainda está em um quarto município. O reflexo desse tipo de enquadramento nas políticas públicas é bastante delicado, justamente porque a demanda de determinado município termina se confundindo com a demanda do município contíguo. Situando este breve comentário no escopo da construção metodológica para outros municípios, em alguns casos, este problema se torna evidente, mostrando que é necessário abranger a análise para os municípios contíguos com o objetivo de instrumentalizar políticas públicas de emprego, trabalho e renda.

Após o mapeamento dos temas, fontes de informação e variáveis disponíveis nas bases de dados para a caracterização do território analisado, e a escolha dos principais indicadores que serão utilizados e monitorados pelo Observatório do Trabalho, é recomendável que os técnicos dos Observatórios incorporem ao seu processo de trabalho a rotina de descrever e documentar os indicadores adotados, elaborando seus metadados. Este registro é fundamental para possibilitar a pessoas de fora do Observatório a compreensão das informações produzidas, mantendo em perspectiva a questão da inteligibilidade da informação, além de contribuir para a consolidação metodológica e para a continuidade do trabalho desenvolvido, mesmo que haja mudança na equipe técnica dos Observatórios, bem como entre os gestores e demais atores sociais envolvidos no processo de articulação em Rede. A proposta é registrar os indicadores em uma Ficha de Qualificação, com todas as observações que forem pertinentes a respeito do indicador, conforme Quadro 5.

Fichas de qualificação de indicadores comumente analisados nos Observatórios do Trabalho podem ser acessadas em seu site na internet. Ver, por exemplo, o site do Observatório de Educação Profissional do Estado da Bahia e o do Observatório dos Arranjos Produtivos Locais (Anexo 3). Além disso, também são encontradas fichas de qualificação de indicadores produzidas pelos órgãos produtores, como o IBGE²⁵ e a PED²⁶ (Quadro 5).

25. Em <https://metadados.ibge.gov.br/>

26. Em <http://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaPed.html>

PARTE 3

PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES:
IDENTIFICAÇÃO, ORGANIZAÇÃO
E DISSEMINAÇÃO

QUADRO 5

Descrição de uma Ficha de Qualificação de Indicadores

Indicador	Nome do indicador
Descrição	Descreve o indicador. Em geral, é a descrição do método de cálculo.
Interpretação	Indica o uso da(s) informação(ões) apresentada(s), destacando seu alcance.
Usos	Classifica os usos que o indicador pode ter numa perspectiva mais geral de análise.
Método de cálculo	Indica o cálculo utilizado para a produção do indicador, caso haja.
Fonte	Indica qual(ais) base(s) de dado(s) possui(m) a informação desejada.
Periodicidade	Indica o período mínimo de divulgação do dado a partir da fonte escolhida. É importante distinguir as fontes de informação que permitem acompanhamento conjuntural (com periodicidade inferior a um ano, portanto, mensais, trimestrais, semestrais etc.) das fontes de informação utilizadas para caracterização e acompanhamento mais estruturais (com divulgações anuais, trianuais, decenais etc.).
Período (série histórica)	Destaca qual o período disponível de consulta da série histórica do indicador. Pode ser desde o começo da divulgação das informações, ou a partir de alguma revisão metodológica que indique uma continuidade dos dados.
Abrangência e desagregação geográficas	Indica o nível máximo de desagregação geográfica, sendo que o mínimo constitui-se de dados para o total do país, e o máximo, de dados intramunicipais.
Limitações	Para além das limitações de periodicidade e desagregação geográfica, indicar as limitações de interpretação do indicador, ou seja, o conjunto de interpretações que não podem ser feitas a partir da análise daquele dado.

2.2 SISTEMA DE CONSULTA

Além da identificação, organização e geração das informações, a disseminação destas para o público é um pilar importante da **estratégia de apropriação por parte dos atores sociais**. Para isso, é preciso pensar a disseminação da informação a partir de uma preocupação com a inteligibilidade das informações produzidas e com a possibilidade de interação para levantamento de dúvidas, críticas e sugestões. Em virtude dos novos padrões de comunicação, é interessante que o Observatório do Trabalho disponha de um ambiente virtual, que pode ser uma *homepage* própria, um *blog* ou ainda uma área no próprio *site* da Secretaria do Trabalho ou da instituição à qual ele está vinculado. Nesse espaço, podem ser disponibilizados os indicadores organizados pelo Observatório, estudos, informações sobre a equipe técnica do Observatório, divulgação de eventos, *clipping* das notícias mais relevantes, em particular as que envolvem o Observatório do Trabalho, entre outros materiais.

O ambiente virtual possibilita que o Observatório do Trabalho desenvolva e disponibilize um sistema de consulta das informações que foram estruturadas por eles, o que permite atingir um maior número de pessoas, para além dos gestores, conselheiros e pesquisadores que já têm contato regular com o Observatório. Assim, é possível que o usuário faça o acompanhamento virtual da dinâmica econômica e do trabalho no âmbito local, além de usar as informações disponibilizadas em análises e estudos.

Essas informações podem ser disponibilizadas para consulta pública de diversas maneiras: uma tabulação já pronta ou um sistema interativo de consulta no qual o interlocutor faça os filtros de seu interesse. Outra possibilidade para a disseminação é o georreferenciamento das informações (disponibilização de informações de maneira cartográfica) por meio de uma base de dados relacionais vinculada a uma base de dados geográficos; isso permite novas possibilidades para a análise da informação do território e para a intervenção sobre as políticas (ver Boxe 3). A disponibilidade de *softwares* livres (que não requerem investimentos na compra de licenças) abre uma série de possibilidades para a disseminação das informações produzidas no âmbito dos Observatórios, sendo sua exploração, assim, fundamental.

PARTE 3

PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES:
IDENTIFICAÇÃO, ORGANIZAÇÃO
E DISSEMINAÇÃO

SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS: UMA FERRAMENTA DE DISSEMINAÇÃO E ANÁLISE

Desde 2008, o DIEESE desenvolve o Sistema de Informações Geográficas (SIG), ferramenta disponível em um ambiente virtual (SIGWeb)¹ para seus Observatórios do Trabalho², com o intuito de aprimorar ainda mais a apresentação e disseminação de informações e indicadores do mercado de trabalho nos âmbitos estadual e municipal, disponibilizando dados do Censo Demográfico, da Rais, do seguro-desemprego, da intermediação de mão de obra, da economia solidária, da PED, entre outras fontes, incluindo dados da administração local. Mais do que um sistema de consulta, no entanto, o SIGWeb é um instrumento analítico que permite a compreensão de diversas dinâmicas no território.

A utilização de um sistema de informações geográficas permite visualizar informações relevantes para políticas públicas na forma cartográfica, o que significa atribuir coordenadas geográficas (latitude e longitude) para os dados, organizando diferentes camadas de informação associadas a um banco de dados geográfico. Se, de um lado, a visualização na forma de mapas facilita a apresentação dos dados, de outro, permite levantar um olhar sobre o território com informações do perfil da população e sobre a distribuição e concentração de estabelecimentos, equipamentos públicos e trabalhadores.

.....

Em suma, o SIG permite uma análise voltada para as políticas públicas a partir do mapeamento das desigualdades, da compreensão das especificidades e da comparação das regiões em relação ao conjunto do município ou estado. A ferramenta também possibilita o aprofundamento da análise sobre focalização de investimentos (microcrédito, qualificação, juventude, infraestrutura urbana, entre outros) e da análise sobre fluxos de trabalhadores na cidade (exibindo o local de moradia e o local de trabalho da população). Por fim, a publicização do trabalho técnico do Observatório, ou seja, dos bancos de dados, a visualização das informações no território ou mesmo a disponibilização dos estudos e pesquisas realizadas\ propiciam maior participação social.

.....

Cabe destacar que existem limitações nas bases de dados que inviabilizam a desagregação territorial da informação e, conseqüentemente, o georreferenciamento. Eventualmente, a atomização da informação pode implicar falta de significância estatística de um determinado dado. Outra possibilidade é a da identificação de informações sigilosas, o que acontece quando, por exemplo, existe um único registro de estabelecimento de uma determinada atividade econômica em um município. Nesses casos, é preciso estabelecer parâmetros rigorosos de divulgação das informações, o que deve ser garantido pela equipe técnica dos Observatórios do Trabalho. Nesse sentido, ao trabalhar com as informações que serão disponibilizadas no SIGWeb, o DIEESE realiza procedimentos estatísticos que garantem o sigilo das informações coletadas, bem como a significância estatística.

Para além das áreas do conhecimento já mobilizadas pelo Observatório, com capacitação para trabalhar com bases de dados e indicadores sociais (economistas, sociólogos e estatísticos), a produção dessa ferramenta requer conhecimentos específicos em geografia – conhecimentos básicos em cartografia temática, SIG, geoprocessamento, georreferenciamento, relacionamento entre banco de dados geográfico e banco de dados relacional, diferenciação entre as representações espaciais *raster* (matricial) e vetor (vetorial), análise espacial básica –, bem como em análise de sistemas.

Nota: 1. O DIEESE se utiliza do *software* livre e público Interface Integrada para Internet de Ferramentas de Geoprocessamento (i3Geo), cujo ambiente oferece aos desenvolvedores de sistemas um conjunto completo de instrumentos de programação, podendo ser aproveitado no desenvolvimento de componentes que irão ser integrados em outros *softwares*.

2. O *link* de acesso para os Sistemas de Informações Geográficas dos Observatórios do Trabalho do DIEESE pode ser encontrado no Anexo 1.

PARTE 3

PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES:
IDENTIFICAÇÃO, ORGANIZAÇÃO
E DISSEMINAÇÃO

BOXE 4

PAINEL DE MONITORAMENTO DO MERCADO DE TRABALHO (MINISTÉRIO DO TRABALHO)

A Secretaria de Políticas Públicas de Emprego, do Ministério do Trabalho, por intermédio de seu Observatório Nacional do Mercado de Trabalho, desenvolveu em 2015 o Painel de Monitoramento do Mercado de Trabalho¹. Criado para apoiar a gestão estadual e municipal das políticas públicas de emprego, trabalho e renda, esse painel foi concebido para integrar e organizar, em um ambiente único e de fácil utilização, dados que possam ajudar os gestores estaduais e municipais (além de conselheiros de políticas de emprego e entidades da sociedade civil ligadas ao mundo do trabalho) a formular suas respectivas estratégias de inclusão produtiva e combate ao desemprego. Atualmente, ele traz informações mensais, para todos os estados e para cada um dos 5.570 municípios brasileiros, sobre a movimentação do mercado de trabalho formal e sobre a evolução do rendimento auferido pelos trabalhadores.

As informações disponibilizadas no Painel de Monitoramento do Mercado de Trabalho estão estruturadas em dois eixos: Comportamento do Emprego Formal e Comportamento dos Rendimentos. Seguindo a metodologia do Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET) do Ministério, as suas informações são resultado da integração de dados de três registros administrativos diferentes, quais sejam, a Rais, o Caged e o Sistema de Registro de Empresas de Trabalho Temporário (Sirett).

Nota: (1) O *link* para acesso encontra-se na lista de *sites* de interesse ao final desta publicação.

PARTE 3

PRODUÇÃO DE
ESTUDOS ANALÍTICOS

PRODUÇÃO DE ESTUDOS ANALÍTICOS

Além de organizar e disponibilizar a informação e de criar indicadores, a segunda diretriz metodológica que orienta a atuação dos Observatórios do Trabalho na construção do conhecimento aplicado à ação é a realização de estudos, pesquisas e análises sobre os temas relevantes do mundo do trabalho e das políticas públicas, em âmbito local.

Acerca dessa atividade dos Observatórios, esta seção do Caderno visa contribuir com:

1. uma discussão sobre as principais diretrizes metodológicas e analíticas que devem ser levadas em consideração quando da execução dos estudos e relatórios, entre outras produções técnicas, bem como sobre as estratégias de disseminação do conhecimento acumulado nos Observatórios;
2. a apresentação de alguns tipos de produção técnica que fazem parte do processo de trabalho de Observatórios do Trabalho já implantados e que têm gerado resultados adequados em termos da estratégia de produção de conhecimento, tal como se espera da atuação do Observatório.

1 DIRETRIZES ANALÍTICAS PARA A CONSTRUÇÃO E DISSEMINAÇÃO DO CONHECIMENTO

1.1 PROPOSTA DE PLANO DE TRABALHO

Entende-se que a regularidade da produção técnica dos Observatórios do Trabalho é importante e estratégica, no sentido de fomentar a cultura de reflexão, o acompanhamento regular das questões relativas ao mercado de trabalho e às políticas públicas de emprego, trabalho e renda - contribuindo, assim, para o esforço de trazer a questão do trabalho para o centro do debate público -, além de divulgar o próprio Observatório do Trabalho e os demais produtos por ele desenvolvidos. As produções técnicas podem ser enquadradas em alguns tipos, que foram detalhados na seção *Disseminação das informações* (p. 71):

.....

- **acompanhamento conjuntural**, com produção regular de temporalidade inferior a um ano – preferencialmente mensal;
- **estudos analíticos do mercado de trabalho**, que procuram repercutir de forma mais simples e objetiva, porém com um aprofundamento maior do que no acompanhamento conjuntural, a divulgação de dados de mercado de trabalho;
- **estudos estruturais** da atividade econômica, tendências demográficas e mercado de trabalho, que visam captar um panorama de mais longo prazo das transformações socioeconômicas e do mercado de trabalho da localidade estudada;
- **estudos temáticos**, que visam a um aprofundamento de algum tema identificado como de interesse para a localidade.

.....

A partir da experiência acumulada de diversos Observatórios do Trabalho já implantados, o Quadro 6 traz uma proposta de periodização da produção técnica, ou seja, um plano de trabalho para os Observatórios do Trabalho. Alguns desses produtos têm sua periodicidade atrelada ao calendário de divulgação dos dados, conforme discutido anteriormente.

QUADRO 6 Proposta de cronograma de elaboração e divulgação de estudos

Periodicidade	Estudo
	Estudo estrutural da atividade econômica, das tendências demográficas e do mercado de trabalho ¹ .
Mensal	Boletim conjuntural.
Trimestral	Estudo analítico trimestral do mercado de trabalho a partir de dados do Caged Acumulado e da Pnad Contínua ² .
Quadrimestral	Estudo temático ou setorial.
Anual	Estudo analítico anual do mercado de trabalho a partir da divulgação da Rais e da Pnad Contínua.

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Este estudo não tem periodicidade definida, podendo ser feito uma vez com os dados dos últimos 10 anos e depois atualizado anualmente. Ver detalhes na seção 6.2.2, *Sistema de consulta*

(2) Em localidades para as quais houver divulgação desta pesquisa trimestralmente

1.2 ETAPAS DE DESENVOLVIMENTO DOS ESTUDOS

Os estudos analíticos visam aprofundar e/ou acompanhar determinada temática, problema ou desafio do mundo do trabalho na localidade, da forma como foram identificados pelos atores sociais envolvidos com as políticas públicas de emprego, trabalho e renda, assim como estimular e qualificar o debate público. Como regra geral, é importante que as análises incorporem os debates com os diferentes atores sociais, ou seja, que não se restrinjam à análise dos dados estatísticos, a fim de qualificar o alcance das informações. Essa “troca” entre técnicos e demais atores pode se dar em diferentes momentos do processo de desenvolvimento das análises, como exposto a seguir:

1. Definição da temática e do escopo de análise e elaboração das perguntas ou hipóteses a serem investigadas;
2. Revisão da bibliografia, quando pertinente.
3. Definição da metodologia a ser empregada, se for pesquisa com dados estatísticos:
 - a) definição das bases de dados a serem utilizadas para a análise (em consonância com a temática);
 - b) elaboração de proposta de estrutura para o estudo;
 - c) discussão da estrutura proposta com outros atores (gestores, conselheiros);
4. Produção do estudo: levantamento dos dados, produção das informações/ indicadores, análise das informações e redação do estudo;
5. Apresentação aos gestores e/ou conselheiros nas comissões/conselhos de emprego, trabalho e renda, ou, no caso de debate público, em uma atividade que inclua também a participação de estudiosos do mundo do trabalho. É importante registrar as discussões da apresentação, visando tanto à sistematização das contribuições para a política pública, como ao acúmulo de reflexões para desenvolvimentos futuros da temática²⁷;
6. Disponibilização da produção técnica ao público em geral, por meio das páginas eletrônicas.

27. Este tópico será objeto de reflexão no próximo capítulo, referente à discussão e elaboração de propostas para a ação pública com gestores e atores sociais.

Também é fundamental a **criação de espaços interativos e colaborativos** para produção e disseminação do conhecimento, tanto dentro da estrutura da gestão, dos conselhos, dos pesquisadores do mundo do trabalho na localidade onde o Observatório do Trabalho está presente, como também no âmbito da Rede de Observatórios. Nesse sentido, uma prática adotada nos Observatórios do Trabalho no DIEESE é a **revisão** de estudos por parte de técnicos de outros Observatórios, antes da entrega final. Esse revisão, além de minimizar erros e aperfeiçoar as análises, ajuda a difundir a produção técnica entre os pesquisadores, amplia o conhecimento da equipe e qualifica o olhar para o fenômeno a partir de diversas localidades.

2 TIPOS DE PRODUÇÃO TÉCNICA DETALHAMENTOS

As seções a seguir se dedicam a detalhar orientações acerca do escopo de algumas produções técnicas.

2.1 BOLETINS CONJUNTURAIS

O objetivo do boletim conjuntural é fazer um acompanhamento periódico, de preferência mensal, dos principais indicadores do mercado de trabalho disponíveis para a localidade, oferecendo uma **comunicação em tempo hábil das informações** divulgadas. Portanto, em primeiro lugar, deve-se definir que bases de dados serão utilizadas para a elaboração do boletim conjuntural. A partir das discussões feitas anteriormente, vê-se que:

- o Caged é a única base de dados sobre movimentação no mercado de trabalho divulgada mensalmente com dados para todos os municípios brasileiros (apesar de algumas limitações relevantes, como tratado previamente neste *Caderno*);
- as bases de dados das políticas públicas de emprego – intermediação de mão de obra e seguro-desemprego – dispõem de informações conjunturais para todos os municípios; contudo, pode haver dificuldades de acesso às mesmas;
- a PED/DIEESE também tem divulgação mensal, desde que a região geográfica seja atendida pela pesquisa, conforme destacado antes;
- podem ser incorporados os registros administrativos das políticas locais que a administração pública disponibilize.

Esse boletim deve ser, preferencialmente, pequeno, com **informações apresentadas de maneira objetiva** por meio de gráficos e tabelas que sejam de rápida e fácil compreensão por parte dos gestores públicos e atores sociais. A linguagem adotada na redação desses boletins também é importante, uma vez que não há tanto espaço para a explicação de conceitos complexos²⁸.

Considerando que o pesquisador do Observatório do Trabalho deve possuir pleno conhecimento da caracterização socioeconômica e das configurações do mercado de trabalho local, o aprofundamento analítico do boletim deve ser mínimo. Nesse sentido, algumas diretrizes podem orientar a produção dele.

Em primeiro lugar, o boletim deve procurar **destacar não só as movimentações atípicas do mercado de trabalho, mas também aquilo que é uma especificidade da movimentação no**

28. Exemplos de boletins conjunturais do mercado de trabalho atualmente produzidos pelos Observatórios do Trabalho constantes no Anexo 1 podem ser consultados nos sites dos Observatórios na internet. Neles poderão ser vistas as opções metodológicas acerca da concepção dos indicadores de acompanhamento conjuntural do mercado de trabalho, baseadas sobretudo nos dados do Caged.

mercado de trabalho local em relação a outras localidades que sirvam de parâmetro. Esse aspecto do acompanhamento conjuntural se potencializa com a articulação dos Observatórios em rede, possibilitando que as principais tendências das localidades sejam discutidas e compartilhadas. Por exemplo, pode acontecer de determinado segmento econômico possuir desempenhos econômicos distintos em diferentes localidades. Em casos como esse, os técnicos podem investigar juntos os determinantes dessa diferença de desempenho.

Adicionalmente, é importante que o boletim conjuntural tenha **flexibilidade** para, além de acompanhar indicadores regulares do mercado de trabalho, explorar questões que surjam em determinados momentos em função de mudanças conjunturais²⁹. Nesse sentido, é importante que o técnico do Observatório acompanhe também as notícias da localidade, como o anúncio de novos investimentos e/ou de fechamentos de empresas.

Uma terceira orientação a ser considerada é que o boletim conjuntural não deve dedicar muito espaço à investigação de questões que têm caráter fundamentalmente estrutural do mercado de trabalho, cujas alterações de tendências se apresentam ao longo prazo e não se alteram substancialmente no mês a mês. Um exemplo disso é a questão da desigualdade salarial por sexo, que é uma **característica estrutural do mercado de trabalho e que pode vir a ser objeto de uma análise mais aprofundada no âmbito dos estudos temáticos**.

Reforçando o que foi apresentado na seção das etapas de desenvolvimento dos estudos (ver *Etapas de desenvolvimento dos estudos*), é importante que a estrutura e o conteúdo do boletim conjuntural sejam discutidos com gestores públicos e atores da sociedade civil, **contemplando, de acordo com a viabilidade técnica dos dados disponíveis, pontos prioritários da agenda pública**. Além disso, é estratégico para a atuação dos Observatórios do Trabalho que haja a **apresentação mensal dos resultados do boletim, podendo ser realizada nas reuniões mensais das comissões/conselhos de emprego, trabalho e renda**, por exemplo.

A qualidade desse acompanhamento conjuntural, bem como de toda a produção dos Observatórios de modo geral, se beneficia com a **continuidade do trabalho de investigação**. Em outras palavras, é importante que não haja interrupção no trabalho do Observatório, para manter a série do acompanhamento do mercado de trabalho.

2.2 ESTUDOS ANALÍTICOS DO MERCADO DE TRABALHO

Os estudos analíticos têm como objetivo **aprofundar a análise dos indicadores de mercado de trabalho**. De periodicidade variável, sua elaboração pode refletir as seguintes questões:

- acúmulo da divulgação de dados (de pesquisas domiciliares ou de registros administrativos) ao longo de alguns meses, de modo que haja maior grau de confiabilidade estatística da informação e a fim de permitir a realização de análises de alguns indicadores que não podem ser acompanhados mensalmente devido a limitações conhecidas das bases de dados. Nesse sentido, os estudos podem ser trimestrais, semestrais ou até mesmo anuais³⁰;
- publicação curta do material, apresentando sobretudo os dados divulgados pelas pesquisas anuais³¹, em particular os da Pnad e da Rais. Essas publicações podem atualizar estudos estruturais (conforme será apresentado a seguir) e devem procurar realizar uma análise do desempenho no ano, captando a evolução e as tendências da economia e do mercado de trabalho local.

29 Nos Observatórios do Trabalho do DIEESE, uma situação que ocorre com certa frequência é o acompanhamento regular de mais indicadores do mercado de trabalho do que aqueles que são efetivamente incorporados na estrutura básica comum do boletim de conjuntura. Assim, quaisquer movimentações atípicas poderão ser identificadas pelo pesquisador, que pode incluí-la no boletim mensal como uma seção extra.

30. Caso da Pnad Contínua ou da incorporação das declarações fora de prazo do Caged.

31. Ou até mesmo decenais, como é o caso do Censo Demográfico. A próxima pesquisa será realizada em 2020.

2.3 ESTUDOS ESTRUTURAIS DA ATIVIDADE ECONÔMICA, TENDÊNCIAS DEMOGRÁFICAS E MERCADO DE TRABALHO

Este produto tem uma importância central no trabalho dos Observatórios. Ele vai permitir a compreensão das características estruturais da atividade econômica, da demografia e da dinâmica do mercado de trabalho na localidade. A partir desse entendimento, muitas questões, ou seja, muitos desafios do mercado de trabalho daquela localidade podem ser pontuados para ser objeto de estudos temáticos mais aprofundados (conforme será visto na seção *Estudos temáticos ou setoriais*). Além disso, esse produto ajuda a pautar o olhar sobre a própria conjuntura da economia e do mercado de trabalho na localidade.

Assim, **recomenda-se que ele seja o primeiro estudo** feito por um Observatório do Trabalho: com caráter exploratório, cobrindo um período grande das bases de dados disponíveis (por exemplo, os 10 últimos anos ou, desde o começo dos anos 2000, cobrindo, assim, pelo menos duas divulgações do Censo Demográfico, o que é importante, sobretudo, para localidades não atendidas pelas demais pesquisas domiciliares). De acordo com o Quadro Temático apresentado no *Encarte*, esse estudo deve trazer os principais indicadores, ou seja, os “grandes números”, dos seguintes temas:

- **tendências demográficas gerais:** crescimento demográfico, pirâmide etária;
- **atividade econômica:** PIB, valor adicionado bruto por setor de atividade econômica, resultados das pesquisas econômicas do IBGE (quando estiverem disponíveis na localidade), análise dos dados de comércio exterior, entre outros indicadores.
- **mercado de trabalho:** partindo de uma análise geral: do mercado de trabalho; das dinâmicas da população em idade ativa; da população economicamente ativa; da taxa de participação; da taxa de desemprego e estrutura ocupacional; do perfil e escolaridade dos trabalhadores de acordo com a condição de atividade e ocupação; do rendimento dos ocupados por posição na ocupação, entre outras informações com base nas pesquisas domiciliares. Analisando especificamente o emprego formal com base nos dados da Rais, observar: a evolução do estoque de empregos; o comportamento dos setores e atividades econômicas; o emprego por porte de estabelecimento; o perfil dos trabalhadores; a caracterização da movimentação dos vínculos (tipos de admissão e de desligamento, tempo de permanência no emprego); as famílias ocupacionais que mais empregam na localidade; a remuneração, entre outros aspectos.

Essas informações devem ser analisadas em **perspectiva comparada** com outras localidades de referência. Além de um exame das informações constantes nas bases de dados, é desejável que o estudo contenha também uma **revisão bibliográfica da formação histórica** da localidade.

Com exceção das bases do Censo Demográfico, que são decenais, é interessante que o relatório seja atualizado anualmente, de modo a monitorar a evolução dos principais aspectos da localidade em questão e a identificar novas tendências que possam ser objeto de monitoramento nos acompanhamentos conjunturais no decorrer dos anos posteriores, ou ainda, nos relatórios analíticos do mercado de trabalho.

Para uma proposta de estrutura de análise de estudos dessa natureza, ver os estudos decenais - produzidos no âmbito do Observatório dos Arranjos Produtivos Locais - do Observatório do Trabalho da Bahia, do Observatório do Trabalho de São Paulo, do Observatório do Trabalho do Paraná, disponíveis no *site* desses Observatórios na internet (conforme Anexo 1).

2.4 ESTUDOS TEMÁTICOS OU SETORIAIS

Se as outras produções técnicas analisadas anteriormente pretendem ter um olhar mais geral e abrangente da caracterização e da dinâmica da sociedade, da economia e do mercado de trabalho na localidade, os estudos temáticos têm a perspectiva de **avançar na construção de conhecimento crítico sobre aspectos mais específicos**, ou seja, temáticos, relativos ao mundo do trabalho.

Nesse sentido, existe, por um lado, uma agenda de temáticas que são pertinentes às características da **conformação do mercado de trabalho brasileiro** e que estão presentes, em maior ou menor grau, em todas as localidades³². Por outro lado, cada localidade conta com suas **especificidades**, o que coloca uma agenda de temáticas próprias da região. Esses estudos temáticos são mais uma contribuição dos Observatórios do Trabalho para a produção de subsídios à elaboração e acompanhamento das políticas públicas de emprego, trabalho e renda na localidade, bem como para qualificar a incidência dos atores locais (governamentais, sindicais, empresariais e da sociedade civil) sobre essas questões, sem perder de vista as considerações feitas acerca do alcance da ação local.

A **definição do tema** de um estudo dessa natureza não se restringe ao campo temático: ela deve contemplar também o escopo desse estudo. Em outras palavras, não se trata de realizar uma análise de todos os dados disponíveis dentro de uma temática (ou mais de uma temática correlata), como as elencadas no *Encarte*, e sim formular uma questão específica que **deve refletir a preocupação dos atores sociais**, demandantes dos estudos, para o entendimento de determinado fenômeno na localidade. Essa questão vai nortear os “recortes” que serão feitos nas bases de dados, ou que orientarão a construção das ferramentas de metodologias qualitativas de pesquisa e permitirão uma abordagem mais pragmática da análise em questão.

Os Observatórios do Trabalho já implantados possuem um acúmulo de experiência na abordagem de algumas temáticas e/ou na produção de estudos setoriais. A lista de estudos temáticos já elaborados pelos Observatórios do Trabalho do DIEESE pode ser consultada no Quadro 7 (p. 90)³³. Como se verá, alguns temas foram objeto de estudo de mais de um Observatório do Trabalho. Se, por um lado, isso reforça a importância de certas temáticas na agenda pública do trabalho, por outro lado, a possibilidade de realização de estudos dentro da mesma temática (ainda que com escopos formulados individualmente a partir do enfoque de cada localidade) permite o aprofundamento da reflexão sobre a temática e também o avanço no entendimento das potencialidades e limitações das bases de dados existentes para tratamento do tema. Os estudos já produzidos contam sempre com notas que explicam a metodologia adotada para estudo do tema e as bases de dados utilizadas. Considera-se que é um ponto de partida importante para quem for trabalhar com as temáticas listadas, visto que já traz uma série de entendimentos consolidados acerca da abordagem do tema.

A seguir, algumas observações a respeito de certos temas já trabalhados nesses estudos.

- **Desigualdade e discriminação no mercado de trabalho** (gênero, cor/raça, jovens, pessoas com deficiência): esses estudos apresentam as condições de inserção de trabalhadores a partir de segmentos populacionais específicos, em perspectiva comparada (homens/mulheres, negros/não negros, jovens e não jovens etc., ou ainda com recorte interseccional). Frequentemente são identificadas características que apontam para a fragilidade da inserção ocupacional de determinados grupos, sinalizando os desafios que ainda se impõem na promoção de igualdades de condições no mercado de trabalho.

32. Nesse sentido, por exemplo, é normal que haja demanda de estudos sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho para o mês do Dia Internacional da Mulher (março), de inserção dos negros no mercado de trabalho em municípios que têm o Dia da Consciência Negra (novembro).

33. Os estudos temáticos estão disponíveis na internet. Para consultá-los basta entrar nas páginas de cada Observatório do Trabalho na internet, conforme o Anexo 1.

- **Informalidade:** a informalidade é uma das marcas da heterogeneidade estrutural do mercado de trabalho brasileiro; caracteriza-se por relações de trabalho sem cobertura da proteção social e da legislação trabalhista e pela falta de amparo das negociações coletivas e de representatividade sindical, estando, assim, mais sujeitas a instabilidade, insegurança e precariedade. Os estudos procuram ir além da mensuração do grau de informalidade no mercado de trabalho (dada a dificuldade de fazê-la, o que, por si só, já é objeto de problematização da definição de “informalidade”), buscando identificar: as formas de inserção ocupacional; as atividades econômicas em que essa forma de relação de trabalho predomina; o perfil dos trabalhadores e sua remuneração, entre outros aspectos.
- **Saúde do trabalhador:** para além da preocupação geral acerca da geração de postos de trabalho, sobretudo com carteira assinada, as condições de saúde e segurança dos trabalhadores nesses empregos devem ser uma preocupação constante. Os dados atualmente disponíveis para essa temática são restritos, em particular para os municípios, não somente em termos de abrangência, mas também de capacidade explicativa, apresentando limitações importantes na qualificação da informação³⁴. A abordagem analítica desenvolvida abrange a caracterização da ocupação segundo o risco ocupacional, tanto no que diz respeito aos setores de atividade como também em relação a outros aspectos que influenciam as condições de trabalho: deslocamento casa-trabalho; jornada de trabalho; terceirização; rotatividade; cobertura previdenciária em caso de afastamento/invalidez; além disso, compreende a própria análise dos indicadores de doenças ocupacionais e acidentes de trabalho (que podem ser típicos ou de trajeto).
- **Qualificação profissional:** os estudos de qualificação procuram identificar, no limite do que é possível observar nas bases de dados disponíveis, as potenciais demandas de ensino profissional na localidade. Esses estudos observam, por um lado, a estrutura já existente de oferta de qualificação e, por outro (a partir da estrutura econômica e ocupacional da localidade), as demandas por essa formação (a partir da configuração do mercado de trabalho).
- **Emprego nas micro e pequenas empresas:** conforme determina a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas (LCP 123/2006), os governos devem facilitar a criação dessas empresas em seus territórios para incentivar o desenvolvimento regional. A fim de situar a relevância e o potencial das micro e pequenas empresas no território, bem como conhecer o tipo de emprego que é gerado por esses estabelecimentos, os estudos temáticos buscam caracterizar os empregos conforme o porte dos estabelecimentos, os setores de atividade, as ocupações, o perfil dos empregados e a remuneração, entre outras questões. Além disso, nestes estudos analisam-se as características dos Microempreendedores Individuais, figura jurídica que amplia a formalização de trabalhadores que se encontravam à margem da proteção social.
- **Rotatividade e flexibilidade no mercado de trabalho:** analisa-se a movimentação anual dos vínculos de emprego, a duração dos contratos de trabalho e o perfil dos trabalhadores que estão mais propensos a ocupar postos de trabalho mais instáveis e, portanto, mais precários.
- **Estudos setoriais:** procuram identificar as especializações econômicas do território, ou as atividades econômicas que tenham potencial de desenvolvimento econômico em sentido amplo, e impacto positivo em algum aspecto da configuração do mercado de trabalho local. Podem servir também para a análise de algum investimento específico, ou de impactos de crises setoriais. Incluem a temática das cadeias produtivas e também dos arranjos produtivos locais.

34. Essa restrição deve diminuir com a divulgação de um módulo da Pesquisa Nacional de Saúde do IBGE, que trará informações sobre o trabalho.

QUADRO 7
Lista dos estudos temáticos produzidos pelos Observatórios do Trabalho do DIEESE

Tema	Subtema	Título do estudo	Observatório do Trabalho	Ano
Mercado de trabalho e ocupação	Desemprego/desocupação Formalização	Desemprego de longo prazo e condições de trabalho em Porto Alegre	Observatório do Trabalho de Porto Alegre	2014
		A informalidade no mercado de trabalho da Bahia nos anos 2000	Observatório do Trabalho da Bahia	2013
	Trabalho independente	Um olhar sobre a informalidade no mercado de trabalho do Paraná entre 2003 e 2012	Observatório do Trabalho do Paraná	2014
		Perfil dos trabalhadores por conta própria do comércio de Porto Alegre: informações qualitativas e quantitativas – subsídios para uma política de formalização	Observatório do Trabalho de Porto Alegre	2012
	Emprego doméstico	Condições e contradições do emprego doméstico na Bahia	Observatório do Trabalho da Bahia	2014
	Rendimento do trabalho	Rendimentos e remunerações no município de Osasco	Observatório do Trabalho de Osasco	2014
	Rotatividade	Movimentação contratual no mercado de trabalho formal e rotatividade em Osasco	Observatório do Trabalho de Osasco	2014
		Movimentação contratual no mercado de trabalho formal e rotatividade no estado do Paraná e mesorregiões	Observatório do Trabalho do Paraná	2010
	Saúde do Trabalhador	Saúde e segurança do trabalhador na Bahia: uma análise setorial e ocupacional	Observatório do Trabalho da Bahia	2013
		Saúde e segurança do trabalhador paranaense: subsídio para caracterização das condições gerais de trabalho e avaliação dos impactos de acidentes e doenças ocupacionais	Observatório do Trabalho do Paraná	2014
	Perfil da força de trabalho	A inserção das mulheres no mercado de trabalho de Osasco e região	Observatório do Trabalho de Osasco	2015
			Observatório do Trabalho de Osasco	2014
		Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho da Bahia nos anos 2000	Observatório do Trabalho da Bahia	2014
			Observatório do Trabalho de Porto Alegre	2014
A inserção produtiva dos jovens no mercado de trabalho da Bahia nos anos 2000		Observatório do Trabalho da Bahia	2011	
		Observatório do Trabalho de Porto Alegre	2013	
A inserção de jovens no mercado de trabalho de Osasco e região		Observatório do Trabalho de Osasco	2015	
		Observatório do Trabalho de Osasco	2013	
Inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho da Bahia na primeira década dos anos 2000	Observatório do Trabalho da Bahia	2013		
	Observatório do Trabalho de Osasco	2014		
Inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho de Osasco	Observatório do Trabalho de Osasco	2014		
	Observatório do Trabalho de Porto Alegre	2014		

Tema	Subtema	Título do estudo	Observatório do Trabalho		
Mercado de trabalho e ocupação	Empreendedorismo	Micro e pequenas empresas e microempreendedor individual no município de Osasco	Observatório do Trabalho de Osasco	2014	
		Micro e pequenas empresas e empreendedores individuais em Porto Alegre	Observatório do Trabalho de Porto Alegre	2013	
		Programa Credibahia e perfil dos potenciais clientes para a política de microcrédito na Bahia	Observatório do Trabalho da Bahia	2012	
	Sindicalização e negociação coletiva	Balanço das negociações dos reajustes salariais do Paraná – 2012	Observatório do Trabalho do Paraná	2013	
		Balanço dos pisos salariais do Paraná – 2012	Observatório do Trabalho do Paraná	2013	
		Relatório de qualificação de indicadores da Agenda Bahia do Trabalho Decente	Observatório do Trabalho da Bahia	2013	
		O trabalho infantil na Bahia nos anos 2000	Observatório do Trabalho da Bahia	2013	
	Estrutura e atividade econômica	Atividade econômica - estudos setoriais	Análise sobre aspectos estruturais e especificidades econômicas do setor industrial na região metropolitana de Curitiba	Observatório do Trabalho de Curitiba	2015
			O mercado de trabalho formal de Osasco no comércio	Observatório do Trabalho de Osasco	2015
			O mercado de trabalho formal de Osasco no setor de serviços	Observatório do Trabalho de Osasco	2015
Estudo do mercado de trabalho da indústria da confecção no município de São Paulo			Observatório do Trabalho de São Paulo	2015	
Atividades agrícolas e agricultura familiar no município de São Paulo			Observatório do Trabalho de São Paulo	2016	
Aspectos sociais	Segurança alimentar	Análise ocupacional na agricultura familiar e segurança alimentar na Bahia	Observatório do Trabalho da Bahia	2014	
		Sistematização da experiência do SineBahia	Observatório do Trabalho da Bahia	2015	
		Estudo sobre as condições de inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho formal e subsídio às políticas de qualificação do estado do Paraná	Observatório do Trabalho do Paraná	2013	
Políticas públicas	Políticas públicas voltadas para o mercado de trabalho assalariado	Educação profissional em São Paulo	Observatório do Trabalho de São Paulo	2015	
		Estudo sobre o perfil das cooperativas baianas	Observatório do Trabalho da Bahia	2013	

Elaboração: DIEESE.

PARTE 3

PRODUÇÃO DE ESTUDOS ANALÍTICOS

- **Políticas públicas:** podem ser realizados estudos que procurem descrever a concepção, o histórico, o funcionamento e os resultados de políticas públicas na localidade, com o objetivo de aprimorar a política³⁵.

Sugere-se que o processo de elaboração desses estudos siga as etapas apresentadas na seção *Etapas de desenvolvimento dos estudos* (p. 84). Nesse particular, destaca-se a importância da **realização de oficinas de apresentação desses estudos temáticos** voltadas para gestores, conselheiros e outros atores envolvidos com o tema e com a política pública. Como será mais bem explicado no próximo capítulo, essa atividade é importante para qualificar as análises empreendidas pelos estudos, uma vez que trará contribuições a partir de diferentes pontos de vista dos atores envolvidos com as políticas públicas de trabalho, revelando a forma como eles percebem essas temáticas. Em casos de estudos baseados em informações estatísticas, eventualmente são notadas insuficiências na descrição da realidade tal como ela é percebida pelos atores, em decorrência sobretudo de limitações das próprias bases de dados. Seria ideal que as contribuições advindas da exposição fossem incorporadas em um anexo ao estudo, para registro.

Como já ressaltado anteriormente, a continuidade do trabalho de um Observatório é importante pela possibilidade de abranger diversos aspectos da realidade vinculados à agenda pública da localidade. No Observatório do Trabalho da Bahia, por exemplo, parte dos estudos temáticos desenvolvidos dedicou-se a subsidiar as discussões e proposições da Agenda Bahia de Trabalho Decente.

NOTAS METODOLÓGICAS COMO FERRAMENTA DE SISTEMATIZAÇÃO, ACÚMULO E DISSEMINAÇÃO DE CONHECIMENTO

Outra atividade realizada pelo Observatório do Trabalho é o desenvolvimento metodológico, resultado do trabalho analítico e do aprofundamento no conhecimento das bases de dados. Esse desenvolvimento deve ser registrado e, para isso, é recomendável a elaboração permanente de **notas metodológicas** que orientem o trabalho técnico e **sistematizem os avanços** alcançados nas temáticas estudadas. Nessa notas devem ser discutidas as estratégias analíticas e metodológicas empregadas pelos técnicos que conduziram os estudos, as especificidades no tratamento dos dados, as dificuldades encontradas, as questões que ficaram pendentes de aprofundamento em estudos posteriores.

Essa atividade é potencializada quando desenvolvida coletivamente com outros Observatórios do Trabalho, o que permite, além da troca entre os técnicos das evidências coletadas em cada localidade, a minimização de retrabalho, liberando tempo para avançar na fronteira do entendimento no tema.

PARTE 3

DISCUSSÃO E ELABORAÇÃO
COM GESTORES E
ATORES SOCIAIS DE PROPOSTAS
PARA A AÇÃO PÚBLICA

35. Aqui cabe destacar uma experiência em particular, realizada pelo Observatório do Trabalho da Bahia. Em 2015 foi produzido um estudo de sistematização da experiência do Serviço de Intermediação para o Trabalho (SineBahia), contando também com o uso de metodologias qualitativas de análise. Assim como todos os estudos temáticos listados no Quadro 7, este também pode ser consultado na página do Observatório do Trabalho da Bahia na internet, disponível no Anexo 1.

DISCUSSÃO E ELABORAÇÃO COM GESTORES E ATORES SOCIAIS DE PROPOSTAS PARA A AÇÃO PÚBLICA

Outra dimensão da produção de conhecimento nos Observatórios do Trabalho se dá no **debate com os gestores públicos e com a sociedade**, sendo que o papel do Observatório é o de **incentivar a participação dos atores sociais** nesse processo. Ademais, o princípio da participação social tem sido afirmado como elemento fundamental nas reflexões acerca das políticas públicas em geral e das políticas de emprego, trabalho e renda em particular.

Diversas são as ações possíveis de ser executadas pelo Observatório, no sentido de disseminar a produção técnica e fomentar a participação social. Espera-se levar ao debate nos fóruns públicos (conselhos de políticas públicas, por exemplo) e em espaços criados especificamente para socialização (seminários, oficinas, cursos etc.) o resultado dos estudos e informações produzidos pelo Observatório. A expectativa é de que os gestores e técnicos do governo, bem como os atores sociais, se apropriem da produção técnica dos Observatórios, tanto para que possam **contribuir para a construção do conhecimento a partir das suas experiências**, quanto para a própria reflexão sobre as questões levantadas pelos estudos, elaborando propostas para que os problemas diagnosticados sejam enfrentados. Assim, o Observatório pode tanto organizar atividades que fomentem a participação social e qualifiquem o debate público acerca dos problemas e desafios investigados, como também atuar na mediação de espaços de diálogo social para a formulação de propostas que visem transformar a realidade. Todas essas ações colaboram para que os atores tenham uma participação mais efetiva no processo de elaboração das políticas públicas e para que as informações se transformem efetivamente em conhecimento.

Nesse sentido, é importante que o Observatório mantenha contato com uma **rede de interlocutores** dedicados à reflexão e debate das temáticas abordadas. Podem ser os próprios gestores, técnicos do governo e conselheiros, mas é importante a inclusão dos demais membros da sociedade civil, organizada ou não, incluindo, também, as universidades e entidades de pesquisa que possuam foco nas temáticas do desenvolvimento regional e do mercado de trabalho. Isso permite a realização de uma observação conjunta, multipartite, interdisciplinar e multidimensional sobre os problemas, pautada na presença do contraditório e na busca de convergências a partir de questões que se mostram pertinentes para diversos atores. Essa etapa precisa do apoio da gestão pública local e de outras lideranças que compreendam a importância da atuação do Observatório do Trabalho, a fim de mobilizar as pessoas e instituições a participar das atividades propostas pelos Observatórios e a dar contribuições tanto metodológicas quanto na proposição de temas para a agenda pública e de estratégias de ação.

A seguir são apresentadas algumas das atividades que o Observatório do Trabalho pode organizar e/ou das quais pode participar, com vistas a atingir os objetivos elencados acima.

PARTE 3

DISCUSSÃO E ELABORAÇÃO
COM GESTORES E
ATORES SOCIAIS DE PROPOSTAS
PARA A AÇÃO PÚBLICA

1 PARTICIPAÇÃO DA COMISSÃO/ CONSELHO DE EMPREGO NAS REUNIÕES E EM OUTRAS ATIVIDADES

As reuniões e atividades das comissões/conselhos de políticas públicas são um espaço privilegiado para a realização do diálogo social. O propósito é que o Observatório do Trabalho participe regularmente desse espaço, apresentando e discutindo tanto os dados conjunturais do mercado de trabalho como os estudos temáticos/estruturais elaborados, como elemento para fomentar a reflexão, o diálogo e as proposições para a ação pública.

O Observatório do Trabalho pode se valer dos debates nesses espaços na medida em que surgem questões para investigação, aprofundamento e acompanhamento ou, ainda, quando se define um enfoque para o estudo de uma temática mais ampla que seja de interesse do conselho - ou seja, orientando a produção técnica. Inversamente, a dedicação do Observatório do Trabalho no acompanhamento sistemático das questões do desenvolvimento local e do mercado de trabalho pode levantar questões que demandem atenção do conselho e que ainda não tenham sido percebidas e/ou demandem esforço de compreensão pelos atores que o compõem ou pelos gestores.

Ao Observatório cabe o registro dessas reuniões com a finalidade de orientação do trabalho. É importante que quaisquer definições de estudos temáticos e de investigações adicionais que, eventualmente, surjam nesses espaços sejam sistematizadas, e sua compreensão, validada pelos técnicos do Observatório.

2 SEMINÁRIOS, OFICINAS E CURSOS

Tendo em vista os objetivos de incentivar a participação social e a disseminação da produção técnica, destacados anteriormente, o Observatório do Trabalho pode também realizar seminários, oficinas e cursos. Ainda que estes tenham formatos e dinâmicas distintas, eles buscam alguns **objetivos comuns**, que podem ser únicos ou combinados em uma mesma atividade.

- Algumas dessas atividades podem ter **caráter técnico**, e nelas o principal objetivo é a discussão metodológica;
- Pensando na apropriação das informações produzidas pelo Observatório e uso das ferramentas de trabalho, algumas atividades podem ter **caráter formativo**;
- Podem ser realizadas atividades de **diagnóstico participativo**, tanto para temáticas mais amplas quanto para aspectos mais restritos;
- Algumas dessas atividades podem resultar na discussão e **elaboração de propostas para a ação pública**.

Em relação à **organização** dessas atividades, cabe ao Observatório do Trabalho:

- A **preparação técnica e metodológica**: cronograma, conteúdo, planejamento das atividades, elaboração dos exercícios;
- A **coordenação técnica** da atividade, mediando os exercícios e atividades propostas;
- A **sistematização dos resultados**, na forma de relatórios que podem ou não ser posteriormente compartilhados com os demais participantes.

Os objetivos e diretrizes gerais das atividades devem sempre ser pactuados com entidades e organizações que tenham interesse no debate público, como, por exemplo, as secretarias

municipais e estaduais do trabalho. Estas, por sua vez, devem ficar responsáveis pela mobilização dos participantes e pela organização logística para a realização das atividades.

Para a realização dessas atividades, é importante definir:

- **o público-alvo:** a depender do objetivo da atividade, o público-alvo pode variar. Existem atividades que atendem especificamente às demandas de gestores e técnicos do governo; outras podem ser mais específicas para os conselheiros de políticas públicas ou, ainda, para segmentos específicos da sociedade civil; outras podem ter alcance mais amplo;
- **carga horária:** assim como a definição do público-alvo, a definição da carga horária da atividade depende do seu objetivo. Em atividades que demandam exercícios ou trabalhos em grupo (caso das oficinas), é preciso pensar em uma carga horária que contemple a abertura da atividade, sua realização e o debate posterior. Contudo, frequentemente as pessoas envolvidas não podem se ausentar por períodos longos de seus postos de trabalho. Portanto, a definição da carga horária da atividade deve levar em consideração o tempo requerido para o aprofundamento necessário nos debates e reflexões propostas, assim como a possibilidade de que sejam necessários vários encontros para dar conta dos objetivos.

Em termos de estrutura, as atividades são caracterizadas da seguinte maneira:

- **seminários:** em geral, têm uma participação mais ampla, podendo envolver conselheiros de políticas públicas, gestores públicos, sindicalistas, empresários, acadêmicos e membros de outras entidades e organizações sociais afins à temática do trabalho ou à temática específica que estiver sendo discutida. O objetivo do seminário é apresentar a produção para discussão, e sua dinâmica é dada pela formação de uma ou mais mesas (sucessivas, não simultâneas) com apresentadores e debatedores, abrindo para questões da plateia. Em geral, é organizado um seminário para a apresentação dos estudos temáticos realizados pelos Observatórios (na íntegra ou partes deles, conforme definição com a secretaria). Os convidados para a mesa podem ser, por exemplo, outros pesquisadores da mesma temática (podendo haver discussão sobre as estratégias analíticas e metodológicas), gestores públicos que desejem expor as políticas existentes ou os principais desafios que estão colocados. O resultado dos seminários tanto pode indicar possibilidades de aprimoramento metodológico quanto apresentar proposições de políticas públicas;
- **oficinas:** em geral, as oficinas visam atender um público mais específico e se caracterizam por ter uma dinâmica, previamente planejada, composta por atividades em grupo cuja finalidade é promover o diálogo e a construção coletiva de conhecimento. A concepção que fundamenta a metodologia considera a aprendizagem um processo em que a interação dos participantes com o conhecimento que se deseja obter é social e mediada; nesse sentido, o coordenador atua favorecendo a construção e não transmitindo o conhecimento formalizado. Os exercícios são elaborados para mobilizar o repertório dos participantes (tudo que eles já sabem) e criar possibilidades para o coordenador atuar na relação entre a produção técnica dos Observatórios e o conhecimento existente no grupo. Algumas possibilidades são colocadas:

> **oficinas de formação para gestores e técnicos** sobre os estudos e demais produções técnicas do Observatório do Trabalho e sobre as políticas públicas de emprego, trabalho e renda, com vistas à apropriação da produção dos Observatórios pelos gestores. Podem ser discutidos os indicadores utilizados para o estudo do tema (não só os resultados encontrados, mas as próprias escolhas dos indicadores para estudo de um determinado fenômeno), a adequação desses indicadores, suas insuficiências, as tendências que eles podem estar revelando (e que ainda

PARTE 3

DISCUSSÃO E ELABORAÇÃO
COM GESTORES E
ATORES SOCIAIS DE PROPOSTAS
PARA A AÇÃO PÚBLICA

não tenham sido percebidas e/ou que demandem esforço de compreensão). Para além da construção do conhecimento a partir da interpretação dos dados produzidos pelo Observatório, é importante treinar gestores e técnicos para uso das ferramentas analíticas proporcionadas por sistemas de consulta como o SIGWeb ou o Painel de Monitoramento, para que estes possam ser utilizados em todo seu potencial como subsídio à elaboração das políticas públicas;

> **oficinas de formação para conselheiros**, que podem tratar da própria produção técnica dos Observatórios (a exemplo das oficinas de formação para gestores e técnicos); do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda; do papel dos conselhos/comissões como um espaço de participação efetiva na proposição de políticas públicas e de controle social;

> **oficinas de diagnóstico participativo**, que têm como objetivo a construção coletiva de um diagnóstico sobre as dinâmicas socioeconômicas e o mercado de trabalho em determinado território, com vistas a subsidiar a política pública. Isso deve se dar a partir: do conhecimento socialmente acumulado, contido no conjunto de informações sobre a localidade/temática que o Observatório deve levar para a atividade; do conhecimento acumulado pelos atores sociais na sua vivência; de um novo conhecimento que será produzido pelos debates propiciados pelo encontro. Cabe à equipe do Observatório do Trabalho: a preparação das informações (indicadores) que serão apresentadas e debatidas; a elaboração de exercícios que promovam o diálogo entre os participantes a respeito das informações trazidas; a sistematização das discussões³⁶.

> **cursos**: o Observatório do Trabalho pode ministrar cursos de capacitação para o uso das ferramentas de consulta e para a disseminação de indicadores, o que amplia a capacidade analítica das informações disponibilizadas pelo Observatório.

A equipe responsável pela condução das atividades, para além do conhecimento técnico das temáticas abordadas, precisa estar também familiarizada com as estratégias de condução dessas atividades, com vistas a maximizar seu aproveitamento. Assim, é importante que técnicos da área da educação integrem a equipe que vai planejar e executar essas atividades.

PARTE 3

DISCUSSÃO E ELABORAÇÃO
COM GESTORES E
ATORES SOCIAIS DE PROPOSTAS
PARA A AÇÃO PÚBLICA

3 DIFUSÃO E DIVULGAÇÃO DOS PRODUTOS E ATIVIDADES DO OBSERVATÓRIO DO TRABALHO

O Observatório do Trabalho também deve ter uma estratégia de comunicação voltada para a divulgação e difusão dos resultados do trabalho realizado. A divulgação pode ser destinada a um público diverso, alcançando gestores públicos, técnicos das secretarias de interesses afins, conselheiros das comissões de emprego, membros da comunidade acadêmica, de organizações da sociedade civil (em particular, o movimento sindical) e dos meios de comunicação – os que atuam na localidade (jornais, rádios, revistas, emissoras de televisão) e os que são especializados no campo temático objeto do Observatório do Trabalho.

Nesse sentido, é preciso que o Observatório crie e mantenha atualizado um cadastro de endereços para envio eletrônico de malas diretas com os boletins, estudos, material de divulgação dos seminários e oficinas etc. Pode-se também informar periodicamente as atividades desenvolvidas pelo Observatório ou as de que ele participa.

36. Para uma análise aprofundada da dinâmica proposta para esta atividade, ver DIEESE (2006). Em <<https://goo.gl/JtsNhe>> (DIEESE, 2015) pode ser visto o registro em vídeo (editado) de atividades de diálogo social e diagnóstico participativo realizadas no âmbito do projeto Observatório dos Arranjos Produtivos Locais (APLs), parceria entre a Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento (AGDI) e o DIEESE. Tratam-se de cinco APLs que foram previamente selecionados pela AGDI para a realização dessas atividades, a saber: APL Agroindústria Familiar Vale do Taquari, APL Agroindústria Familiar Região Missões, APL Metalmeccânico Pós-Colheita na região de Panambi, APL Polo de Moda da Serra Gaúcha e APL Setor Audiovisual na Região Metropolitana de Porto Alegre. Além das oficinas, esse projeto contou com outras metodologias qualitativas de análise. Os relatórios técnicos das oficinas e demais produções podem ser acessados no site do Observatório, disponível no Anexo 1.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2016.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). CONGRESSO NACIONAL, 1., São Paulo. **Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda**. São Paulo: MTE, Codefat, Fonset, 2004.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). CONGRESSO NACIONAL, 2., São Paulo. **Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda**. São Paulo: MTE, Codefat, Fonset, 2005.

CARDOSO JR., José Celso; GONZALEZ, Roberto. **Dilemas e alternativas ao financiamento das políticas públicas de trabalho e renda no Brasil**. Brasília, DF: IPEA, dez. 2007. (Texto para Discussão, 1313).

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede: do conhecimento à política. In: CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo (Orgs.) **A sociedade em rede: do conhecimento à ação política**. Lisboa: Imprensa Nacional, 2005.

_____. **A sociedade em rede: a era da informação, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. v. 1.

DIEESE. **Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda**. São Paulo: DIEESE, 2015.

DIEESE. **A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000**. São Paulo: DIEESE, 2012.

_____. **A situação do trabalho no Brasil**. São Paulo: DIEESE, 2001.

_____. **Caderno do Observatório Nacional do Mercado de Trabalho**. São Paulo: DIEESE, 2015. v. 1.

_____. **Construção da Rede de Negociação das Relações de Trabalho em Saúde**. São Paulo, 2013. Convênio MS/SGTES/DEGERTS/OPAS/OMS/Carta-Acordo BR/LOA/1100076.001 – DIEESE.

_____. **Informalidade na economia solidária**. São Paulo: DIEESE, 2015. (Coleção Cadernos de Debates do Observatório Nacional da Economia e do Cooperativismo, 1).

_____. **Metodologia para mapeamento da demanda de educação profissional na Bahia**. Salvador, 2012.

_____. **Metodologia para realização de diagnóstico do mercado de trabalho com participação de atores sociais**. São Paulo, 2006.

_____. **O mercado de trabalho assalariado rural brasileiro**. São Paulo: DIEESE, out. 2014. (Estudos e Pesquisas, 74). Disponível em: <http://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2014/estpesq74trabalhoRural.pdf>. Acesso em: maio 2016.

_____. **Qualificação profissional e mercado de trabalho: reflexões e ensaios metodológicos construídos a partir da Pesquisa de Emprego e Desemprego**. São Paulo: DIEESE, 2011.

_____. **Relatório detalhado da construção e análise de indicadores de mercado de trabalho**. São Paulo, 2008. Convênio MTE/SPPE/Codefat – N° 003/2007.

_____. **Relatório técnico “proposta elaborada a partir das reuniões e oficina técnica, contendo a sistematização da concepção e estratégia do Observatório Nacional**

do Mercado de Trabalho e da articulação da Rede Observatórios do Trabalho". São Paulo, 2015. Convênio MTE/SPPE/Codefat nº 003/2014.

_____. **Rotatividade e flexibilidade no mercado de trabalho.** São Paulo, SP. DIEESE, 2011.

_____. **Rotatividade e políticas públicas para o mercado de trabalho.** São Paulo, SP. 2014.

DIEESE; BID. **As experiências de diálogo social para redução da informalidade:** modelo de intervenção social no território. Brasília, DF, 2014.

DIEESE; SEADE. **Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED:** conceitos, metodologia e operacionalização. São Paulo: DIEESE, 2009.

DIEESE; SERT; STCAS. Observatórios do Trabalho: pesquisa social para políticas públicas: In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL, 1., Porto Alegre. **Exposições e debates.** Porto Alegre: Armazém Digital, 2001.

EGGER, Urs. **Work the net:** um guia de gerenciamento para redes formais. Rio de Janeiro: GTZ, 2007.

FREY, Klaus; PENNA, Manoel Camillo; CZAJKOWSKI JR., Sérgio. **Redes de políticas públicas e sua análise.** [S.l.p]: Anpocs, 2006. Disponível em: http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=3795&Itemid=318. Acesso em: maio 2016.

GANZ LÚCIO, Clemente; PIRES FERREIRA, Sinésio. **Pesquisa de Emprego e Desemprego:** inovações conceituais e institucionais. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 20, n. 4, p. 5-17, out./dez. 2006.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Notas Metodológicas.** Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores sociais no Brasil:** conceitos, fontes de dados e aplicações. Campinas, SP; Editora Alínea, 2009.

KREIN, José Dari; SANTOS, Anselmo Luis dos; NUNES, Bartira Tardelli. **Trabalho no Governo Lula:** avanços e contradições. Campinas: IE Unicamp, fev. 2012. (Texto para Discussão. 201).

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). **Registros administrativos:** Rais e Caged. Brasília, DF: MTE, SPPE/DES/CGET, 2010. Disponível em: <http://goo.gl/HlqOck>. Acesso em: maio 2016.

MORETTO, Amilton José. **O sistema público de emprego no Brasil:** uma construção inacabada. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Campinas, 2007.

PRONI, Marcelo. **Teorias do desemprego:** um guia de estudo. Campinas: IE/Unicamp, 2015. (Texto para Discussão, 256).

TEIXEIRA, Sônia Maria Fleury. O desafio da gestão das redes de políticas. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DEL CLAD, 7. Lisboa. **La reforma del Estado y de la administración pública.** Lisboa, 2002.

SITES DE INTERESSE

Associação Brasileira de Estudos do Trabalho. Disponível em: <<http://abet-trabalho.net.br/>>

Banco Central do Brasil. Disponível em: <<http://www.bacen.gov.br>>

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>

Comissão Nacional de Classificação. Disponível em: <<http://www.concla.ibge.gov.br>>

Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Disponível em: <<http://www.cdes.gov.br/>>

Data Zoom – Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.econ.puc-rio.br/datazoom/>>

Departamento de Informações do SUS. Disponível em: <<http://datasus.saude.gov.br/>>

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br>>

European Employment Policy Observatory. Disponível em: <<http://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=1086&langId=en>>

Forum Nacional de Secretarias de Trabalho. Disponível em: <<http://www.fonset.org.br>>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>

Instituto de Pesquisas Aplicadas / IPEA . Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/>

Instituto Observatório Social. Disponível em: <<http://www.observatoriosocial.org.br>>

Labour Market Observatory. Disponível em: <<http://www.eesc.europa.eu/?i=portal.en.lmo-observatory>>

Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br>>

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>>

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br>>

Ministério do Trabalho e Previdência Social. Disponível em: <<http://www.mtps.gov.br>>

Observatórios do Trabalho – DIEESE. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/materialinstitucional/obsApresentacao.html>>

Observatório Nacional da Economia Solidária e do Cooperativismo. Disponível em: <<http://ecosol.dieese.org.br/>>

Organização Internacional do Trabalho. Disponível em: <<http://www.ilo.org.br>>

Painel de Monitoramento do Mercado de Trabalho. Disponível em: <<http://mercadode-trabalho.mte.gov.br>>

Pesquisa de Emprego e Desemprego – DIEESE. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/analiseped/ped.html>>

Portal da Transparência do Governo Federal – Controladoria Geral da União. Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br>>

Portal do Empreendedor – Microempreendedor Individual. Disponível em: <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>>

Portal do Fundo de Amparo ao Trabalhador – Comissões Estaduais e Municipais de Emprego. Disponível em: <<http://portalfat.mte.gov.br/codefat/comissoes-estaduais-e-municipais-de-emprego/>>

Portal do Fundo de Amparo ao Trabalhador – Conselho Deliberativo do FAT. Disponível em: <<http://portalfat.mte.gov.br/codefat/>>

Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho. Disponível em: <<http://acesso.mte.gov.br/portal-pdet/home/>>

Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário). Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/portal/>>

Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior. Disponível em: <<http://alice-web.desenvolvimento.gov.br/>>

SITES DE INTERESSE

ANEXOS

ANEXOS

ANEXO 1

Lista dos Observatórios participantes das oficinas

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO ESTADO DA BAHIA

- **Website:** <http://geo.dieese.org.br/suprof/>
- **Instituição vinculada:** Superintendência de Educação Profissional da Bahia (Suprof)/ Secretaria de Educação do Estado da Bahia e DIEESE
- **Tempo de funcionamento:** 2009-2015 (dias atuais)
- **Financiamento:** Secretaria de Educação do Estado da BA

OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS - OBMIGRA

- **Website:** <http://acesso.mte.gov.br/obmigra/>
- **Instituição vinculada:** Ministério do Trabalho; e Universidade de Brasília (UnB)
- **Tempo de funcionamento:** 2014-2015 (dias atuais)
- **Financiamento:** Universidade de Brasília e Ministério do Trabalho

OBSERVATÓRIO DO MUNDO DO TRABALHO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

- **Website:** <http://www.ifg.edu.br/observatorio/index.php/nos>
- **Instituição vinculada:** Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação; e Rede Nacional de Pesquisa e Inovação em Tecnologias Digitais - Renapi
- **Tempo de funcionamento:** 2006 - 2015

OBSERVATÓRIO DO TRABALHO – NÚCLEO DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL

- **Website:** <http://observatoriotrabalhocaxiasrs.blogspot.com.br/p/observatorio-do-trabalho-nucleo-de.html>
- **Instituição vinculada:** Universidade de Caxias do Sul; e Prefeitura de Caxias do Sul
- **Tempo de funcionamento:** 2006-2015

OBSERVATÓRIO DO TRABALHO DO DISTRITO FEDERAL

- **Website:** <http://www.trabalho.df.gov.br/trabalhador/observatorio-do-trabalho.html>
- **Instituição vinculada:** Assessoria de Gestão Estratégica e Projetos da Secretaria do Trabalho e empreendedorismo do Distrito Federal

ANEXOS

- **Tempo de funcionamento:** Desde fevereiro de 2015
- **Financiamento:** Secretaria do Trabalho e empreendedorismo do DF

OBSERVATÓRIO DO TRABALHO DO ESTADO DA BAHIA

- **Website:** <http://geo.dieese.org.br/bahia/index.php>
 - **Instituição vinculada:** Secretaria de Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do estado da Bahia; e DIEESE
 - **Tempo de funcionamento:** 2010-2015
 - **Financiamento:** Secretaria de Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do estado da BA (a partir do final de 2015, financiado com recursos do convênio com Ministério do Trabalho)
- Observatório do Trabalho do Estado do Paraná
- **Website:** <http://geo.dieese.org.br/parana/>
 - **Instituição vinculada:** Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária do Paraná – SET; e DIEESE
 - **Tempo de funcionamento:** 2012 - 2014
 - **Financiamento:** Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária do PR

OBSERVATÓRIO DO TRABALHO DO MUNICÍPIO DE CURITIBA

- **Website:** <http://curitiba.dieese.org.br/>
- **Instituição vinculada:** Secretaria Municipal do Trabalho e Emprego de Curitiba; e DIEESE
- **Tempo de funcionamento:** 2007-2012 e 2014-2015
- **Financiamento:** Convênio com Ministério do Trabalho e Prefeitura Municipal de Curitiba

OBSERVATÓRIO DO TRABALHO DO MUNICÍPIO DE OSASCO

- **Website:** <http://geo.dieese.org.br/osasco/>
- **Instituição vinculada:** Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão de Osasco; e DIEESE
- **Tempo de funcionamento:** 2006-2015
- **Financiamento:** Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão de Osasco

OBSERVATÓRIO DO TRABALHO DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE

- **Website:** <http://geo.dieese.org.br/poa/>
- **Instituição vinculada:** Secretaria Municipal do Trabalho e Emprego de Porto Alegre; e DIEESE
- **Tempo de funcionamento:** 2012-2014
- **Financiamento:** Secretaria Municipal do Trabalho e Emprego de Porto Alegre

OBSERVATÓRIO DO TRABALHO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

- **Website:** <http://saopaulo.dieese.org.br/>
- **Instituição vinculada:** Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo; e DIEESE

ANEXOS

■ **Tempo de funcionamento:** 2006 – 2008

■ **Financiamento:** Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo de São Paulo

OBSERVATÓRIO DOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

■ **Website:** <http://agdi.dieese.org.br/>

■ **Instituição vinculada:** Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento; e DIEESE

■ **Tempo de funcionamento:** 2013-201

■ **Financiamento:** Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento

OBSERVATÓRIO SOCIAL DE PELOTAS

■ **Website:** <http://wp.ufpel.edu.br/observatoriosocial/>

■ **Instituição vinculada:** Instituto de Filosofia, Sociologia e Política (Ifisp) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

■ **Tempo de funcionamento:** 2013-2015

OBSERVATÓRIO UNILASALLE: TRABALHO, GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

■ **Website:** <http://unilasalle.edu.br/canoas/noticias/observatorio-unilasalle-trabalho-gestao-e-politica/>

■ **Instituição vinculada:** Pesquisa e extensão/ curso de pós-graduação da Unilassale (instituição comunitária do município de Canoas/RS); Parceria com Universidade do Vale dos Sinos

■ **Tempo de funcionamento:** 2012-2015

ANEXO 2

Relatórios metodológicos dos Observatórios do Trabalho

Observatório	Produto	Link
Observatório do Trabalho do estado da Bahia	Relatório metodológico de indicadores de acompanhamento do mercado de trabalho da Bahia – 2010	http://observatorios.dieese.org.br/ws2/producao-tecnica/arquivo/2/762
	Relatório metodológico de indicadores de acompanhamento do mercado de trabalho da Bahia – 2012	http://observatorios.dieese.org.br/ws2/producao-tecnica/arquivo/2/761
	Relatório metodológico de indicadores de acompanhamento do mercado de trabalho da Bahia – 2014	http://observatorios.dieese.org.br/ws2/producao-tecnica/arquivo/2/763
Observatório do Trabalho de Osasco	Relatório de atualização e ampliação de indicadores de acompanhamento do mercado de trabalho de Osasco e Região – 2014	http://observatorios.dieese.org.br/ws2/producao-tecnica/arquivo/2/765
	Atualização do relatório de qualificação dos indicadores de acompanhamento do mercado de trabalho de Osasco e Região – 2015	http://observatorios.dieese.org.br/ws2/producao-tecnica/arquivo/2/764
Observatório do Trabalho de Curitiba	Relatório de qualificação dos indicadores de acompanhamento do mercado de trabalho de Curitiba – 2016	http://observatorios.dieese.org.br/ws2/producao-tecnica/arquivo/2/766

ANEXO 3

Fichas de qualificação de indicadores

Observatório	Produto	Link
Observatório dos Arranjos Produtivos Locais	Ficha de qualificação da matriz de indicadores	http://agdi.dieese.org.br/arquivos/fichas/fichas-de-qualificacao-dos-indicadores.pdf
Educação Profissional do estado da Bahia	Qualificação de indicadores	http://geo.dieese.org.br/supprof/indicadores.php
Observatório do Trabalho do estado da Bahia	Relatório de qualificação de indicadores da Agenda Bahia do Trabalho Decente	http://observatorios.dieese.org.br/ws2/producao-tecnica/arquivo/2/158

DI-ESE

FAT
AMPARO AO
TRABALHADOR

MINISTÉRIO DO
TRABALHO

